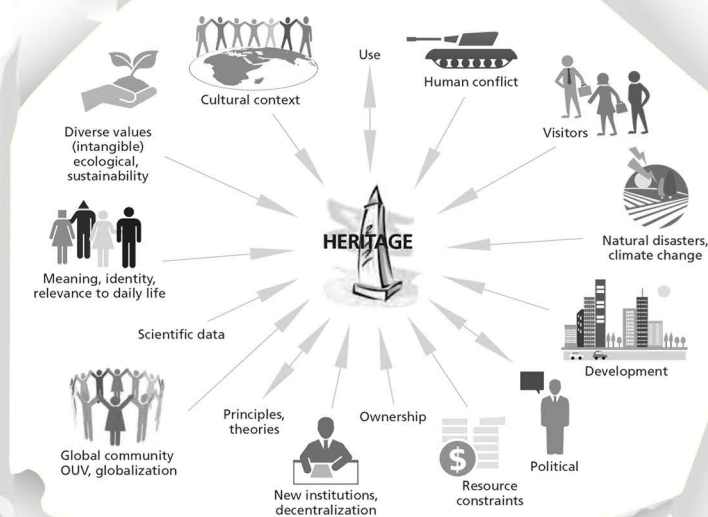




JORNADAS IBEROAMERICANAS DE ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO EM PORTUGAL, MAÇÃO'2017



Edição:
Sara Garcês

TEXVH

série II

4



INSTITUTO TERRA E MEMÓRIA



FICHA TÉCNICA

REVISTA TECHNE | série 2, no 4, volume 1

XIV Jornadas IberoAmericanas de Arqueologia e Património em Portugal; Mação 27 e 28
Março 2017

Propriedade: ITM – Instituto Terra e Memória

Direcção: a Direcção do ITM

Editores deste volume: Sara Garcês © 2018, ITM

Comissão Editorial do Presente Volume

Sara Garcês

Grupo Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências (u. ID73 – FCT); Instituto Terra e Memória;

Sara Cura

Grupo Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências (u. ID73 – FCT); Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado do Vale do Tejo, Mação; Instituto Terra e Memória;

Luiz Oosterbeek

Grupo Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências (u. ID73 – FCT); Instituto Terra e Memória; Instituto Politécnico de Tomar.

Comissão Científica da Techne

Ana Maria Gama da Silva, Centro de Investigação em Antropologia e Saúde (CIAS),
Departamento Ciências da Vida, Universidade de Coimbra, Portugal;

André Soares, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil;

Cláudia Umbelino, CIAS, Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Portugal;

Cleia Detry, UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Portugal;

Davide Delfino, Câmara Municipal de Abrantes (Projecto M.I.A.A.), Instituto Terra e Memória, Grupo Quaternário e Pré-História (Centro de Geociências - uID73-FCT), Portugal;

Enrique Cerrillo Cuenca, Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), Instituto de Arqueología - Mérida, Espanha;

Ethel Allué, Institut Català de Paleoecologia Humana i Evolució Social, Espanha;

Fernando Coimbra, Instituto Terra e Memória, Portugal;

Francisca Hernández Hernández, Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense de Madrid, Espanha;

George Nash, Department of Archaeology & Anthropology, University of Bristol, Reino Unido; Hipólito Collado Giraldo, Instituto de Estudios Prehistoricos, CUPARQ, Grupo Quaternário e Pré-História (Centro de Geociências - uID73-FCT), Espanha;

Ingelore Scheunemann, Instituto BioAtlântica, IBIO, Brasil;

Jairo José Zocche, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil;

Jorge Dinis, Departamento de Ciências da Terra da Universidade de Coimbra, IMAR- Centro do Mar e do Ambiente, Portugal

José Augusto Ramos, Centro de História da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal

Luís Mota Figueira, Instituto Politécnico de Tomar, Portugal

Luís Raposo, Museu Nacional de Arqueologia, Portugal

Luís Santos, Instituto Politécnico de Tomar, Portugal

Palmira Saladié, Institut Català de Paleoecologia Humana i Evolució Social (IPHES), Espanha

Paulo DeBlasis, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, Brasil

Pedro Funari, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil

Rita Cadima, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

Sérgio Nunes, Centro de Investigação Aplicada em Economia e Gestão do Território, Instituto Politécnico de Tomar, Portugal

ISSN: 2182-9985

Imagem da capa: World Heritage Centre, 2013 (<https://whc.unesco.org/en/documents/125840>)

TECHNE é uma revista de carácter monográfico, subordinada a um tema geral definido para cada volume, com uma periodicidade mínima de 1 volume/ano. A revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona um maior progresso do conhecimento.

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos autores. Os artigos assinalados foram submetidos a revisão por pares.

CONTACTAR ITM, Instituto Terra e Memória, Lg. dos Combatentes, 6120-750 Mação, Portugal

MAÇÃO, 2018



(Esta publicação foi apoiada pela FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., através de fundos nacionais, no âmbito do projeto UID/Multi/00073/2013 do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra)

| Techne 4 (1) |

XIV JIAP

XIV JORNADAS IBEROAMERICANAS DE
ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO DE PORTUGAL

27 - 28 MARÇO, 2017 - MAÇÃO

| Actas das Jornadas | Actas de las Jornadas | Conference Proceedings |

Edição:

Sara Garcês

Organização



Co-Organização



MAÇÃO, 2018

Editorial

This volume of *Téchné* includes 9 papers presented on occasion of the 14th edition of the Iberian-American Journeys on Archaeology and Heritage (JIAP), in 2018.

Initiated back in 2007, the JIAP gatherings are a moment for researchers involved in the transatlantic studies animated by ITM and partners (namely the Polytechnic Institute of Tomar, the Quaternary cluster of the Geosciences Centre of Coimbra University and several Brazilian entities) to meet and present the progress of investigations which attempt to benefit from the intersection of European and American epistemological approaches. The Federal University of Santa Maria, the School of Advocacy of the Lawyers Bar, the Instituto Documento and the Espaço Arqueologia company were the main Brazilian partners in this edition.

Dilemmas and concerns on conservation are discussed in the papers by André Soares and Luís Barone. Methodological contributions are discussed in the papers by Cristóvão et al., Rita Anastácio and Jedson Cerezer et. al. The papers by David Pereira et al., Neide Barrocá Faccio and Raul Novasco et al., deal with settlement patterns. Rock art is the theme of the research presented by Leonardo Paéz.

The XVth JIAP will meet again in March 2019, in Mação, Portugal.

Este volume da Téchné inclui 9 artigos apresentados por ocasião da XIV edição das Jornadas Ibero-Americanas em Arqueologia e Património (JIAP) em 2018.

Iniciados em 2007, os encontros da JIAP são um momento para os investigadores envolvidos nos estudos transatlânticos, animados pelo ITM e parceiros (nomeadamente o Instituto Politécnico de Tomar, o Centro de Geociências da Universidade de Coimbra e várias entidades brasileiras), conhecerem e apresentarem o progresso de investigações que tentam beneficiar da interseção de abordagens epistemológicas europeias e americanas. A Universidade Federal de Santa Maria, a Escola de Advocacia da Ordem dos Advogados, o Instituto "Documento" e a empresa "Espaço Arqueologia", foram os principais parceiros brasileiros nesta edição.

Dilemas e preocupações com a conservação são discutidos nos trabalhos de André Soares e Luís Barone. Contribuições metodológicas são discutidas nos trabalhos de Cristóvão et al., Rita Anastácio e Jedson Cerezer et al. Os trabalhos de David Pereira et al., Neide Barrocá Faccio e Raul Novasco et al., tratam dos padrões de assentamento. A arte rupestre é o tema da pesquisa apresentada por Leonardo Paéz.

O XV JIAP reúne novamente em março de 2019, em Mação, Portugal.

ÍNDICE

1-7	<i>Dilemas da Conservação do Patrimônio Arqueológico no Brasil</i> André Luis R. Soares
9-20	<i>Where do we go now? Primeiros passos na construção de um geoportal arqueológico para o Alto Ribatejo.</i> Jorge Cristóvão, Nelson Almeida, Rita Anastácio, Luiz Oosterbeek
21-30	<i>Organização socioespacial dos Kayapó Meridional: trajetórias entre os séculos XVIII e XX</i> David Lugli Turtera Pereira & Neide Barrocá Faccio
31-42	<i>Arte rupestre del área Noroccidental de la cuenca del lago de Valencia. Un acercamiento desde la arqueología, la etnohistoria y la etnografía</i> Leonardo Páez
43-51	<i>Conflitos em torno do patrimônio edificado no Pontal do Paranapanema (Estado de São Paulo – Brasil)</i> Luís Antonio Barone
53-64	<i>Sistema de ocupação Guarani no Vale do Rio Paranapanema: Município de Iepê, SP.</i> Neide Barrocá Faccio
65-73	<i>Povoamento Jê Meridional no Planalto de Santa Catarina: inferências a partir de dados arqueológicos e paleoambientais</i> Raul Viana Novasco & Pedro Ignácio Schmitz
75-82	<i>Os desafios da gestão do patrimônio, no âmbito da gestão do território com recurso a tecnologias de informação geográfica</i> Rita Ferreira Anastácio
83-91	<i>Aplicação de técnicas e métodos de registro e cadastro de sítios com arte-rupestre na região dos Campos Gerais, estado do Paraná, Brasil</i> Jedson Francisco Cerezer, Valdir Luiz Schwengber, Douglas Gonçalves Pereira, Raul Viana Novasco



<http://www.pacadnetwork.com/itm/index.php/techne/techne-2018>
eISSN: 2182-9985

Dilemas da Conservação do Patrimônio Arqueológico no Brasil

André Luis R. Soares*

Professor do Programa de Pós-Graduação em História, mestrado e doutorado – PPGH/UFSM, Coordenador do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória – NEP/UFSM.

Artigo submetido em

13/09/2017

Artigo aceite em

15/08/2018

Artigo publicado em

14/09/2018

Resumo

Este texto busca apresentar algumas atividades e suas problematizações em valorização do patrimônio através da metodologia denominada Educação Patrimonial. Se propõe a relatar os dilemas da conservação do patrimônio histórico e arqueológico a partir do estudo de caso da Vila de Santo Amaro do Sul, distrito de General Câmara, uma pequena cidade brasileira no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Palavras-chave:

Educação patrimonial; Santo Amaro do Sul; Patrimônio cultural;

1. Introdução

Este texto busca apresentar algumas atividades e suas problematizações em valorização do patrimônio através da metodologia denominada Educação Patrimonial. Este texto se propõe a relatar os dilemas da conservação do patrimônio histórico e arqueológico a partir do estudo de caso da Vila de Santo Amaro do Sul, distrito de General Câmara, uma pequena cidade brasileira no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

O relato aqui é parte de um projeto maior em arqueologia e educação patrimonial desenvolvido entre os anos de 2005 e 2010 no local, no qual foram constatadas posturas distintas do órgão responsável pelo patrimônio, no qual a opinião da coletividade foi desconsiderada ou pouco relevante no olhar do instituto fiscalizador.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, é uma autarquia federal responsável pela proteção do patrimônio no Brasil. Através dos exemplos aqui citados, discutiremos os dilemas da conservação no que concerne ao diálogo entre população civil e governo federal, bem como suas consequências para uma e outra instância.

2. Breve histórico do local

A ocupação inicial da área que corresponde a atual Santo Amaro se deu por conta da expansão das possessões portuguesas em direção ao rio da Prata, que teve na fundação da Colônia de Sacramento (1680 -1777), a ruptura dos limites acordados no Tratado de Tordesilhas. Sacramento transformou-se no entreposto que permitia a atuação de comerciantes luso-brasileiros na área, bem como constituía um mercado de aquisição de couros e também de prata contrabandeada das minas de Potosi. Nesse período a região platina constituiu um ponto de interação entre portugueses, jesuítas, espanhóis, índios tape, charrua, minuano.

Durante o século XVIII a colônia portuguesa na América sofreu importantes transformações. A cidade do Rio de Janeiro consolidava sua importância como um dos principais entrepostos do Atlântico Sul, servindo de conexão para diversas rotas terrestres e marítimas entre África, Europa e América. Para o Rio de Janeiro confluíam também as rotas que trazia metais preciosos, ouro das Minas e prata proveniente do comércio no rio da Prata. As rotas do comércio legal – e principalmente as do comércio ilegal – com o Prata ocuparam importante papel na expansão das rotas comerciais e nos

* André Luis Ramos Soares | alrsoaressan@gmail.com

negócios da elite comercial fluminense (Prado, 2003, p. 79).

Com a expansão em direção ao rio da Prata e a localização de rebanhos de gado e cavalo (Vacaria do Mar), remanescentes da primeira fase das reduções (1626-1641), outras capitanias passaram a se interessar pela área, além do que a abertura do Caminho de Laguna a Sacramento (1726) e posteriormente a ligação com São Paulo viabilizaram o deslocamento para a região. (Laytano, 1983).

Nesse período os povoados do litoral catarinense serviram de apoio aos deslocamentos até a Colônia do Sacramento. Em 1684, temos a fundação de Laguna, que contribuiu de forma relevante para a conquista de terras no Rio Grande do Sul. No lado castelhano temos no período de 1682 a 1768, o retorno dos jesuítas a região do Tape, vindo a formar os Sete Povos das Missões, com o intuito de defender a fronteira espanhola no rio da Prata. (Quevedo, 2003).

A descoberta de ouro na região de Minas Gerais, depois em Goiás e Mato Grosso durante o século XVIII, engendrou grandes mudanças na colônia e na sua relação com a metrópole, que buscou mecanismos para centralizar o poder. Por outro lado, a distância das minas em relação ao litoral, necessitava do transporte realizado pelas mulas, além do que o gado, a carne e o leite, serviam de complemento à alimentação dos mineiros.

Inicialmente o gado foi deslocado da região nordeste e, posteriormente, os paulistas passaram a capturar o gado que vivia nas planícies do Rio Grande do Sul, sendo comercializado nas feiras de Sorocaba, despertando o interesse na ocupação do Rio Grande do Sul. Em 1725 já temos o estabelecimento do tropeiro João de Magalhães, sendo que em 1732, foi doada a primeira sesmaria (Manoel Gonçalves Ribeiro).

O “Caminho das Tropas” passou por uma série de modificações, sendo que primeiramente, o deslocamento se dava pela Praia. Em 1728 foi aberto o Caminho dos Conventos (Souza Farias) saindo de Araranguá, penetrando nos Campos de Cima da Serra até chegar em Curitiba, e, finalmente em Sorocaba. Este traçado foi modificado a partir de 1730, quando Cristóvão de Abreu, utilizou os Campos de Viamão (Registro de Santo Antônio da Patrulha-RS), rumando ao norte até chegar aos Campos de Vacarias (Registro de Santa Vitória),

atravessando o Rio Pelotas, indo até Lages, Campos dos Curitibanos, cruzando os rios Negro e Iguaçu, até os Campos onde posteriormente foi instalado o Registro de Curitiba, último ponto antes da feira de Sorocaba¹.

Em 1737, temos a fundação do Rio Grande, sendo que a partir do forte Jesus-Maria-José, temos a comandância do Presídio, denominação dada à povoação surgida ao redor do forte Jesus-Maria-José e subordinada ao comandante da fortaleza. (Fortes, 1981, p. 51). Assim, gradativamente, a coroa portuguesa foi garantindo suas possessões na região, sendo o passo seguinte a criação de freguesias e implantação da máquina burocrática. Aos poucos, os luso-brasileiros foram se expandindo, de leste para oeste e, em 1752, já estavam localizados na confluência dos rios Jacuí e Pardo, fundando o regimento de Dragões Jesus Maria José de Rio Pardo, conhecido como tranqueira invicta do Rio Grande do Sul (Quevedo, 2003, p.32).

Com a chegada dos casais dos Açores em 1750 (cerca de 400) e sua instalação em áreas próximas ao litoral, estabeleceram pequenas povoações (Torres, Mostardas, Estreito e Gravataí). Outros foram acomodados ao longo do rio Jacuí e Taquari (Porto Alegre, Santo Amaro, Taquari, etc.) (Fortes, 1981).

Não sabemos como os açorianos sobreviveram nos primeiros tempos, reconhece a professora Helen Osório, que pesquisou a distribuição de terras no início da colonização portuguesa, no Rio Grande do Sul. As poucas referências que encontrou em documentos foram manifestações da Câmara de Viamão a respeito do grande número de casais e da falta de terras para acomodá-los. Deram bexigas nos casais que foram para Viamão e têm morrido muitas crianças, diz Gomes Freire, governador do Rio de Janeiro, numa carta de 1753, ano em que a maior parte dos casais desembarcou em Rio Grande. Eles deveriam seguir para as Missões, mas o fracasso do Tratado de Madri obrigou o governo a distribuí-los para Viamão e Porto Alegre e daí, nos anos seguintes, para Santo Amaro e Rio Pardo, onde ficaram dispersos, vivendo em choças sem receberem as terras prometidas (Bones, 1998, p.86).

Nesse período, buscando resolver a questão das fronteiras entre as Coroas Ibéricas, foi assinado o tratado de Madrid (1750), que determinava que Portugal entregasse à Espanha a Colônia de Sacramento e a Espanha entregaria a Portugal a região dos Sete Povos das Missões. Tal acordo não

¹ <http://cipa.icomos.org/fileadmin/papers/olinda/99c507.pdf>

foi concretizado em função da resistência dos indígenas em defender suas terras, resultando no que ficou conhecido como Guerra Guaranítica (1754-1756). Com o início dos trabalhos de demarcação da fronteira meridional entre Portugal (general Gomes Freire de Andrade) e Espanha (marquês de Valdelírios) a partir de 1752, acirraram-se os ânimos, quando a comissão demarcadora aproximou-se das áreas de influência das reduções jesuíticas. Frente à animosidade dos “tapes” a comissão suspendeu os trabalhos, recolhendo-se Gomes Freire de Andrade a Rio Pardo, onde já havia ordenado em fins de 1751 a construção de dois grandes depósitos para munição e víveres em Rio Pardo e Santo Amaro (Rodrigues apud Antunes, 1994, p.17).

O interesse em que servisse como ponto estratégico para dar cobertura militar à Colônia do S. Sacramento levou a Coroa portuguesa a criar, em 1760, a capitania do Rio Grande de São Pedro, vinculada ao Rio de Janeiro. A capitania teve inicialmente três sedes: Viamão, Rio Pardo, e a partir de 1772, Porto Alegre (Quevedo, 2003, p.33).

Em substituição ao tratado de Madrid, foi assinado em 1761 o Tratado de El Pardo, anulando as transferências de territórios acordadas no tratado de Madrid, sendo que a partir de 1762, o governador de Buenos Aires, D. Pedro de Cevallos, invadiu a Colônia de S. Sacramento, e na sequência (1763) atacou Rio Grande, que permaneceu até 1776 sob o domínio Espanhol, estando dessa forma à capitania alijada de seu acesso ao mar.

O comandante da praça de Rio Grande, o governador coronel Sena Madureira, conseguira transferir a sede do governo para a Capela Grande de Viamão. Nesta povoação permaneceu o governo até 1773, quando, já sendo governador o coronel José Marcelino de Figueiredo, este o transferiu novamente, mas, desta vez para São Francisco do Porto dos Casais, que logo recebeu o nome de Porto Alegre (Fortes, 1981, p.69).

Em 1777, temos a assinatura do tratado de Santo Ildefonso, onde foi acordada a devolução da Ilha de Santa Catarina e de Rio Grande ao domínio Português, sendo que à Espanha foi entregue a Colônia de Sacramento e a região dos sete povos das missões.

Em 1801 temos a incorporação das Missões pelos luso-brasileiros, a partir da ofensiva militar de Manoel dos Santos Pedroso e José Borges do Canto. No mesmo ano, o tratado de Badajoz, regulamenta a posse de Portugal que recebeu a região dos Sete

Povos, ficando o Rio Grande do Sul com os contornos atuais.

Rebaixada da condição de sede à distrito, Santo Amaro foi paulatinamente abandonada e manteve seu traçado original do século XVIII, com catorze prédios tombados como patrimônio histórico, além da praça principal e do traçado urbano preservado. Em 2005 o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas – CEPA da Universidade de Santa Cruz do Sul, em contato com o Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória – NEP, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, realizam projeto conjunto dentro das obras de restauração da Igreja Matriz, datada de 1778. As escavações ocorreram juntamente com o levantamento do patrimônio cultural eleito pela comunidade, bem como um projeto de médio prazo de valorização dos bens culturais do local, materiais e imateriais, e as dificuldades enfrentadas pelo local na preservação do próprio patrimônio.

O desenvolvimento do projeto

Uma das atividades que o NEP – UFSM desenvolve é a socialização do conhecimento, mormente através de atividades designadas como Educação Patrimonial. Porém a socialização compreende capacitar os diferentes públicos alvos a respeito dos processos de identificação, valorização, proteção e divulgação do patrimônio cultural local. Neste sentido, dois pontos devem ser destacados. Considerando a Educação Patrimonial (EP) como uma metodologia, vamos nos ater aqui a dois elementos fundamentais: 1º - o objetivo é a valorização do patrimônio LOCAL. Isso implica, em um ato contínuo, o (re) conhecimento dos bens culturais considerados relevantes para a comunidade em questão; 2º - observar que as ações educativas têm caráter político, no sentido de emponderamento dos grupos subalternos aos quais os bens culturais não foram ou não têm a valorização apropriada.

Não se trata de não observar a totalidade do patrimônio. O levantamento dos patrimônios culturais hoje se encontra a cargo de iniciativas do poder público ou da iniciativa privada que percebe nos bens culturais uma fonte de renda e/ou exploração econômica. A parte da obrigação que a União possui em registro, preservação e valorização dos seus patrimônios, a ausência de recursos somada ao despreparo dos cidadãos em definir quais são os elementos de identificação cultural

levam à condenação os bens culturais de diversas cidades, sob forma de abandono, esquecimento ou depredação.

Por outro lado, a determinação do que constitui o patrimônio de uma localidade ainda se encontra em fase incipiente, no qual o poder público ou a legislação determina o que deve ser tombado ou reconhecido como representativo das comunidades. Embora a constituição tenha sofrido muitos acréscimos positivos, parte da população ainda desconhece os mecanismos de reconhecimento de identificação, registro e tombamento de bens culturais, materiais ou imateriais. Mais das vezes, conscientemente ou não, continua se valorizando-se os bens da elite dominante.

A política de preservação do patrimônio histórico e artístico se reduziu praticamente à política de preservação arquitetônica do monumento de pedra e cal. O levantamento sobre a origem social do monumento tombado indica tratar-se de: a) monumento vinculado à experiência vitoriosa da etnia branca; b) monumento vinculado à experiência vitoriosa da religião católica; c) monumento vinculado à experiência vitoriosa do Estado (palácios, fortes, fóruns, etc.) e na sociedade (sedes de grandes fazendas, sobrados urbanos, etc.) da elite política e econômica do país. (Falcão, 1984, p. 28).

Dito de outra forma é relativamente fácil observar que grande parte dos patrimônios do país, ou de seus bens tombados, se constitui em representantes da etnia branca, católica ou militar, excluindo-se assim uma parcela significativa da população. Por outro lado, desde os povos originários até os povos escravizados no passado, cruzando por grupos minoritários de imigrantes, excluídos, marginalizados ou periféricos, somente há pouco tempo tem sido alvo de ações de valorização dos seus bens culturais. Isto não chega a ser novidade. Porém, no que concerne à valorização, o papel do NEP é, além de promover o reconhecimento e a visibilidade aos grupos subalternos, é o de tomar posição frente àqueles grupos que são sistematicamente excluídos do processo, visualizando assim a Educação Patrimonial como processo de autovalorização das comunidades invisibilizadas pela manutenção de um status quo de elites que preferem a continuidade do discurso de “cadinho de culturas” como referia Gilberto Freyre.

Embora esta aproximação pareça ter pouca relação com a constituição patrimonial do país, como dito acima, é muito recente a preocupação com os

grupos minoritários, sejam migrantes, populações rurais, ou mesmo povos originários, no que concerne a valorização dos seus bens culturais. Basta ver a problemática indígena no que concerne aos direitos mínimos para uma pálida ideia disso. Em termos percentuais, não é necessário dizer que os bens ligados à tríade branco – católico – militar excedem em centenas de vezes os bens ligados à matriz afro, aos povos originários ou migrantes, tomados no todo ou em separado.

Os problemas levantados

Destarte o repasse dos recursos do município serem escassos a ponto de não haver estrada pavimentada entre a sede e o distrito (e ainda por cima em mau estado), existem problemas que impedem o desenvolvimento tanto econômico quanto do bem estar da saúde da população. Vamos citar os três casos que nos chamam atenção pela falta de diálogo entre o poder público e a população.

A caixa d'água localizada na praça, por exemplo, não atende com água tratada a maioria da população. Vários moradores afirmam que a qualidade da água que abastecesse os moradores é de qualidade duvidosa, obrigando-os a adquirir filtros, de diversos tipos ou valores, para obter água potável. Frente a isso a prefeitura iniciou o processo de construção de nova caixa d'água, ao lado da escola Rio Grande do Sul, a única do distrito, em terreno cedido pela mesma. A construção, realizada com recursos do município, demorou mais de 2 anos até ser concluída, sendo uma estrutura de concreto, ferro e cimento, para suportar a colocação de uma caixa d'água que atendesse a parte mais alta da cidade, onde encontra-se a praça e as casas do traçado urbano original. O ponto de divergência é que embora a necessidade de qualidade de vida, o IPHAN não apenas não autorizou como solicitou a demolição da estrutura da caixa d'água.

A justificativa do superintendente à época (2007) foi que a construção da mesma iria interferir tanto no conjunto arquitetônico da praça, alterando a volumetria, como estava sendo construído em área considerada tombada pelo patrimônio (figura 1).

O segundo caso de conflito e divergência foi a instalação de um monumento em homenagem a imigração açoriana, também na praça, em área arqueologicamente irrelevante (pois havia sido escavada e não apresentado vestígios, além de ter sido alterada em seu subsolo pela abertura de rua no local). A prefeitura, em alusão a efeméride de



Figura 1 : Foto da estrutura da caixa d'água, que não foi autorizada pelo IPHAN e foi destruída após estar quase pronta. © Foto do autor.

aniversário da localidade, contratou um artista plástico para a instalação de escultura em metal com formato de caravela, em alusão a saga dos açorianos até a fundação da Vila de Santo Amaro, no ano de 1750.

A instalação foi colocada, cimentada, e foi convidado o representante do IPHAN para a inauguração. Novamente, além de não comparecer, o representante proibiu a inauguração por tratar-se de modificação na área tombada da praça do local. (figura 2). A revelia disso, a prefeitura inaugurou e o monumento permanece na praça para apreciação dos turistas que vão até o local.

No terceiro exemplo o caso ilustra a falta de compreensão do IPHAN em relação a preservação do próprio patrimônio histórico. A Sra. Maria (nome fictício) mora em uma das casas tombadas como patrimônio histórico do local. Figura 3. Ao solicitar autorização para troca do piso de madeira, apodrecido e infestado de cupins, por um piso cerâmico, a recomendação do IPHAN do Estado do



Figura 2: Monumento a imigração dos açorianos².

RS foi de que a substituição deveria ser por outro piso de madeira, preferencialmente da mesma espécie!!!! O que causa repulsa são dois elementos, que, em conjunto, causam estranheza extrema: 1 – o piso original data do século XVIII, quando árvores como Cedro (*Cedrella fissilis*), Pinheiro (*Araucária brasiliensis*) ou outras nativas, além de abundantes, não tinham lei de restrição ao corte. Atualmente, além da proibição do corte de madeiras nativas, o custo da mesma (em pranchões de 4 cm de espessura, como as originais) são absolutamente impraticáveis, o que demonstra a falta de sensibilidade do órgão. Ao ser questionada, a superintendência do IPHAN não permitiu a substituição (que foi realizada à revelia) e também afirmou que não poderia fazer doações ou colaborações para o pagamento do piso em conformidade com o recomendado.

Conclusão?

Pretendi dar um breve relato sobre os dilemas da preservação e conservação do patrimônio histórico no Brasil, a partir do estudo de caso da Vila de Santo Amaro, distrito do município de General Câmara, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. As atividades desenvolvidas na valorização do patrimônio cultural, desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória- NEP- UFSM, foram no sentido de sensibilizar a comunidade no sentido de reconhecer e valorizar seu passado histórico. Neste artigo não entrei na discussão sobre o conceito de patrimônio, as variáveis dos registros patrimoniais e a discussão sobre patrimônio

² Foto disponível em http://3.bp.blogspot.com/_mdPX0GL38jQ/TDZDmzmDrCI/AAAAAAAAAkQ/fSNhgrX6O60/s1600/IMG+037.jpg, último acesso em 29 de maio de 2017.

material e imaterial, entre outras coisas. Aqui, a discussão foca-se sobre como o órgão responsável pela preservação do patrimônio coloca, neste caso, os bens de pedra e cal como prioritários em relação as pessoas. Neste sentido, o campo da Educação Patrimonial é um lugar onde o posicionamento político é necessário, e se a EP é uma metodologia de trabalho para valorização, deve-se responder antes a quem interessa e de quem é o patrimônio. Como também, qual grupo social se está valorizando, e qual grupo se está esquecendo, uma vez que a memória, como outros campos, têm seu par semântico que é o esquecimento. Aqui, colocamos a pergunta simples: o que é mais importante? A pedra e cal ou as pessoas que detém, de fato, o bem cultural? E em que medida um se sobrepõe ao outro e qual o limite entre preservação e congelamento do lugar? Em que medida pode-se colocar um sítio histórico em uma redoma no qual a preservação seja a custa da população sem água potável ou sem direito as condições mínimas de habitação em suas casas?

Assim, pode-se falar de uma ação educativa que tem objetivos claros com a valorização do patrimônio, com clareza de quem está atuando, a que grupo está servindo, e quais metas deseja a curto, médio ou longo prazo. Desta forma, buscamos estar sintonizados com as demandas das comunidades, e suas apreensões relativas ao seu passado, sua história, suas memórias, e, por extensão, seus patrimônios. A valorização do patrimônio é, como ação educativa, uma tomada de posição em relação à cultura dominante, sem diminuir esta, mas valorizando a polifonia construída pelas diversas oralidades. Para além das dicotomias de dominantes e dominados, observar que há diferentes formas de construir o passado, e na diversidade é que está a maior riqueza do patrimônio.

Bibliografia

- Arruda, R., 1996. A contribuição dos Estudos Antropológicos na Elaboração dos Relatórios de Impacto Sobre o Meio Ambiente. In: CALDARELLI, S. (Org.). *Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural*, Universidade Católica de Goiás, p. 138-144.
- Falcão, J., 1984. *Política de preservação e democracia*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 21, p. 45.
- Horta, M.L.P., 2000. Fundamentos da Educação Patrimonial. In: *Ciências & Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras* n. 27, jan./jun. Porto Alegre: FAPA, p. 25-35.
- Horta, M.L.P., Grunberg, E.; Monteiro, A.Q., 1999. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial.
- Itaqui, J., 1998. *Educação Patrimonial: a experiência da Quarta Colônia*. Santa Maria: Pallotti.
- Klamt, S.C. ; Soares, A.L.R. Breve Manual de Patrimônio Cultural: subsídios para a Educação Patrimonial. Santa Cruz do Sul: Edunisc. *Revista do CEPA*, v. 28, p. 44-65.
- Klamt, S.C., 2004. Pré-História e Arqueologia: sugestões metodológicas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. Santa Cruz do Sul: Edunisc. *Revista do CEPA*, v. 28, p.19-43.
- Lemos, C.A.C., 1987. O que é patrimônio histórico. São Paulo: Brasiliense.
- Magnani, J.G.C. & Morgado, N. 1996. Futebol de várzea também é patrimônio. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 175-184.
- Neves, M.P., 2009. *Casa de David Canabarro em Santana do Livramento, RS: diferentes apropriações do patrimônio histórico-cultural*. Monografia de conclusão de Curso de Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre.
- Oliveira, F. de; Soares, A. L. R. ; Klamt, S.C., 2007. Educação Patrimonial no município de Santana do Livramento, RS: Pesquisa Arqueológica. Resgate Histórico da Casa de David Canabarro e inserção do tema no currículo escolar. In: *Anais do VIII Congresso Internacional de Educação Popular e VIII Congresso Internacional de Educação Popular*, Santa Maria, RS. Santa Maria, RS: Gráfica Universitária, v. 1. p. 145-145.
- Rodrigues, M., 1996. De quem é o patrimônio? um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. In. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 195-203.
- Silva, O.P., 1996. O Levantamento Arqueológico de Sítios de Engenhos da Parte Sul da Ilha de Santa Catarina. Anais da VIII Reunião Científica da SAB. Org. Arno A. Kern, Porto Alegre, *EdiPUCRS*, v. 2, p. 417-431.
- Soares, A. L. R., 2006. (Org.). Educação Patrimonial e a Pesquisa Arqueológica do "Sítio Casa de David Canabarro" em Santana do Livramento, RS. In: *IX Cidade Revelada: I Fórum Nacional de Conselhos de Patrimônio Cultural*. CD-Rom.
- Soares, A. L. R., 2003a. (Org.). *Educação Patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria, Ed. da UFSM.
- Soares, A. L. R., 2003b. Educação Patrimonial: valorização da memória, construção da cidadania,

- formação da identidade cultural e desenvolvimento regional, In: Soares, A. L. R. (Org.). *Educação Patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: Ed. UFSM, p. 15-32.
- Soares, A. L. R., Klamt. S. C., 2008. (Org.). *Educação Patrimonial: teoria e prática*. Santa Maria: Ed. da UFSM.
- Soares, A. L. R., Klamt. S. C., 2010. (Org.). *Santo Amaro do Sul: Arqueologia e Educação Patrimonial*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Varine, H. de., 2000. A nova museologia: ficção ou realidade. In: *Museologia social*. Porto Alegre. UE/ Secretaria Municipal de Cultura, p. 21-33.



<http://www.pacadnetwork.com/itm/index.php/techne/techne-2018>
eISSN: 2182-9985

Where do we go now? Primeiros passos na construção de um geoportal arqueológico para o Alto Ribatejo.

Jorge Cristóvão*
Instituto Terra e Memória

Nelson Almeida**
Grupo Quaternário e Pré-História, Centro de Geociências (uI&D 73-FCT), Universidade de Coimbra
Instituto Politécnico de Tomar

Rita Anastácio***
Grupo Quaternário e Pré-História, Centro de Geociências (uI&D 73-FCT), Universidade de Coimbra
Instituto Politécnico de Tomar

Luiz Oosterbeek****
Grupo Quaternário e Pré-História, Centro de Geociências (uI&D 73-FCT), Universidade de Coimbra
Instituto Politécnico de Tomar
Instituto Terra e Memória

Artigo submetido em
12/09/2017
Artigo aceite em
15/08/2018
Artigo publicado em
14/09/2018

Palavras-chave:
Portugal; Alto Ribatejo;
Arqueologia; Neolítico; SIG;

Resumo

A sub-região do Alto Ribatejo abrange parte do centro de Portugal, zona de confluência de diferentes territórios em que o denominador comum é o rio Tejo. Nas últimas décadas, o estudo desta região do ponto de vista arqueológico tem sido bastante dinâmico. O projeto “Tarefas em movimento através das formas: a dispersão agro-pastoril para e a partir do Alto Ribatejo” (MTAS), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e que têm por objetivo a revitalização do estudo das ocupações neolíticas na região, é a mais recente iniciativa de investigação sobre o tema. Um dos primeiros objetivos do projecto, passa pela criação de um geoportal, de domínio público, que contenha na sua base a informação mais relevante relativa ao património arqueológico holocénico da região. Com efeito, expõem-se o trabalho metodológico desenvolvido, as limitações empíricas e técnicas, bem como a primeira versão funcional do geoportal arqueológico do Alto Ribatejo.

1. Introdução

O presente trabalho surge no âmbito do projeto de investigação MTAS - “Tarefas em movimento através das formas: a dispersão agro-pastoril para e a partir do Alto Ribatejo” (MTAS), financiado pela Fundação Ciência e Tecnologia (contrato PTDC/EPH-HIS/4356/2016). O projeto tem como objetivo o estudo do processo de neolitização na região,

focando-se em quatro objetivos principais: i) padrões de ocupação; ii) revisão estratigráfica e aquisição de novos dados; iii) economia das matérias-primas; e iv) caracterização do povoamento. De modo a atingir os seus objetivos gerais, o projeto propõe-se reanalisar trabalhos relacionados com a problemática enunciada, realizando, ao mesmo tempo, campanhas intensivas

* Jorge Cristóvão | jorgecristovao70@gmail.com ** Nelson Almeida | nelsonjalmeida@gmail.com *** Rita Anastácio | rfanastacio@ipt.pt **** Luiz Oosterbeek | loost@ipt.pt

de escavação e prospeção em locais chave para a compressão da transição para as primeiras economias de produção na região.

Dentro destes trabalhos e no âmbito geral do projeto, um dos objetivos passa pela criação de um Geoportal, para acesso público, com informação resultante dos trabalhos de investigação levados a cabo nos últimos 30 anos, incluindo os novos dados que surgirem durante a execução do projeto MTAS. Para a criação deste Geoportal foi necessário, primeiramente, criar uma plataforma de informação geográfica (SIG) que permita a compilação de informação geoespacial relacionável com o processo de neolitização no Alto Ribatejo. A sua projeção digital permitirá proceder a novas análises de relações inter-espaciais e inter-sítios, cujo resultado permitirá compreender melhor as dinâmicas de povoamento neolítico no Alto Ribatejo. Todos os dados geográficos foram trabalhados tendo por base o sistema de Coordenadas convencionado para Portugal, PT-TM06/ETRS89, de acordo com as especificações da Direção Geral do Território.

1.1. Região em estudo

No âmbito do projeto MTAS, definiu-se a região de estudo como o Alto Ribatejo. A importância desta região advém do facto da sua posição central no território português e fazendo com naturalidade uma confluência de territórios e povos. de acordo com Oosterbeek *et al.* (2010) “No Ocidente peninsular, podemos identificar três grandes unidades geomorfológicas que dominam Portugal e confluem no Alto Ribatejo: formações detríticas que colmatam os amplos vales fluviais, bordejados pelo Maciço Hespérico (xistos e granitos, essencialmente) e pelo Maciço Calcário Estremenho. A delimitação do Alto Ribatejo decorre tanto da geografia física, como da geografia humana. No plano físico, trata-se de um território cujo esqueleto é constituído pela bacia hidrográfica do Tejo, nela se incluindo o baixo Zêzere, o Nabão, o Almonda, o Alviela, o Rio Frio e o Ocreza. Os seus limites são, deste ponto de vista, difíceis de descortinar, pois decorrem essencialmente da relação que o povoamento humano foi estabelecendo com o território: mais do que físicas, as fronteiras do Alto Ribatejo são humanas e comportamentais”. Embora a região esteja do ponto de vista territorial bem definida, importa no

entanto delimitar administrativamente a área de estudo do Alto Ribatejo sobre a qual se inserem os trabalhos de investigação do projeto. Desta forma a área de estudo insere-se na área ocupada pelos seguintes concelhos: Abrantes, Alcanena, Alvaiázere, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha (figura 1).

2. Metodologia

O processo de criação do geoportal passou por encontrar uma plataforma de suporte digital que fosse ao mesmo tempo estável e dinâmica de forma a proporcionar ao utilizador final a melhor experiência possível. Neste sentido optou-se por usar a plataforma da ESRI, ArcGIS Online, com o geoportal propriamente dito, a ter por base a Web App - StoryMap. Esta plataforma permite criar vários tipos de mapas, dependendo da informação de base e que depois podem ser usados para a criação de um StoryMap, Web App que oferece um variado leque de opções a nível de interface permitindo criar mapas dinâmicos com recurso simultâneo a texto e imagem.

2.1. Aquisição de dados

A aquisição dos dados relativamente à construção do geoportal dividiu-se em dados arqueológicos e dados geográficos de suporte digital. Relativamente aos dados do património arqueológico holocénico do Alto Ribatejo estes foram recolhidos através do cruzamento de informação de entre as varias fontes disponíveis:

- a) Portal do Arqueólogo, base de dados online dos sítios arqueológico portugueses, autoria da Direção Geral do Património Cultural(DGPC);
- b) Cartas arqueológicas de cada concelho;
- c) Bibliografia específica relativa aos trabalhos arqueológicos desenvolvidos nas diversas zonas do Alto Ribatejo.

No que toca aos dados geográficos digitais foi usado:

- a) Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) – Versão 2016, na Escala 1:25.000 com sistema de coordenadas PT-TM06/ETRS89, versão vetorial shapefile. A CAOP contém todos os limites administrativos de Portugal;
- b) Mapas de base do ArcGIS® 10.4 Desktop.
- c) Base de dados, com coordenadas PT-

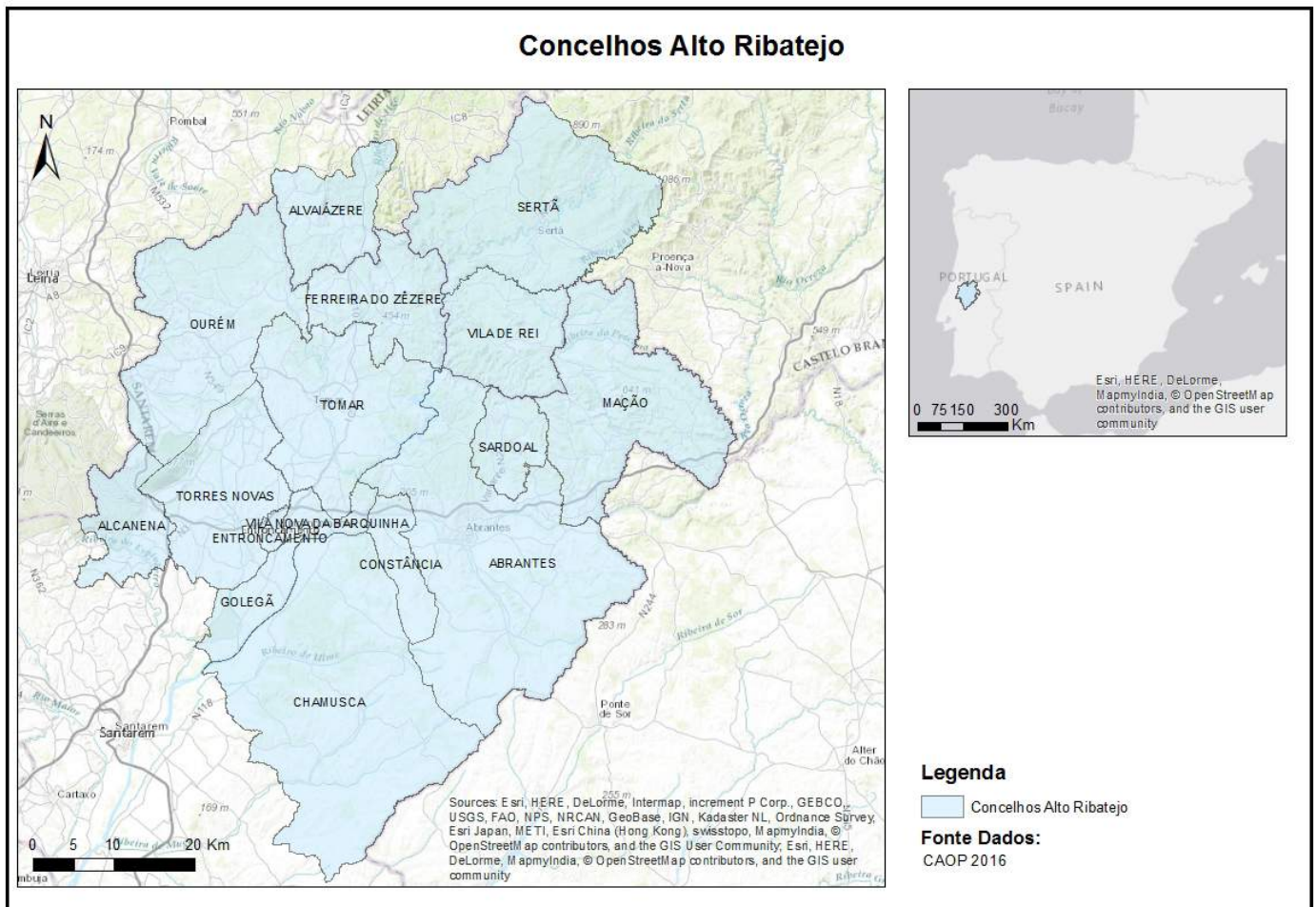


Figura 1: Concelhos do Alto Ribatejo.

TM06/ETRS89 e precisão de 1km, dos sítios arqueológicos do Médio Tejo, cuja origem remonta ao Trabalho de Doutoramento da investigadora Rita Anastácio. Esta BD não contém todos os sítios arqueológicos usados na construção do geoportal, pelo que a questão da conversão das coordenadas será explicada mais à frente;

2.2. Tratamento de Dados Bibliográficos

A recolha dos dados bibliográficos foi feita desde o primeiro momento com o conhecimento que esta informação seria usada para criar uma tabela de dados em Excel que seria posteriormente transferida para formato Shapefile de forma a poder trabalhar os dados em ArcGIS e gerar os mapas pretendidos para o Geoportal. Esta situação implicou a criação da tabela de dados a dois tempos. Em primeiro fez-se a recolha dos dados relevantes dos sítios arqueológicos da região, tendo a tabela que conter toda a informação relevante para a caracterização dos sítios arqueológicos e em segundo, a tabela de dados teria que ter uma arquitetura que permitisse a manipulação dos

dados em ArcGIS.

Neste sentido, e de forma a otimizar o processo de recolha de dados, este foi dividido em várias fases. A primeira das quais teve por base o levantamento dos sítios arqueológicos de cada concelho, informação que consta no sítio online do Portal do Arqueólogo. Desta forma, e para cada um dos dezasseis concelhos, foi feito um levantamento de cada um dos sítios arqueológicos com cronologias Mesolítica, Neolítica e Calcolítica. Posteriormente, e para complementar a lista, foi feito o levantamento dos sítios arqueológicos presentes em cada uma das cartas arqueológicas, se existirem, dos concelhos abrangidos pelo MTAS. Finalmente foi feito um último levantamento de informação em bibliografia específica dos trabalhos arqueológicos/artigos/teses de mestrado e doutoramento que têm sido escritos sobre a arqueologia da região. Findo o levantamento exaustivo dos sítios arqueológicos da região, procedeu-se a uma filtragem dos dados visando: sítios cuja informação disponível seja diminuta ao ponto de não permitir classificar o sítio; e sítios com apenas um artefacto (achado

Nº	Concelho	Sítios Total	Retirados	Total Final
1	Abrantes	124	65	59
2	Alcanena	19	1	18
3	Alvaiázere	17	8	9
4	Chamusca	4	1	3
5	Constância	29	18	11
6	Entroncamento	2	0	2
7	Ferreira do Zêzere	16	7	9
8	Golegã	6	3	3
9	Mação	22	1	21
10	Ourem	26	15	11
11	Sardoal	10	5	5
12	Sertão	6	4	2
13	Tomar	60	19	41
14	Torres Novas	31	9	22
15	Vila de Rei	0	0	0
16	Vila Nova da Barquinha	10	5	5
TOTAL		382	161	221

Tabela 1: Relação entre os concelhos e o # de sítios arqueológicos.

isolado) (tabela 1); A próxima etapa foi a optimização da tabela de dados de forma a que esta pudesse ser trabalhada em ArcGIS. Esta optimização passou pela inclusão de descritores secundários binários afectos aos descritores principais. Classificou-se cada um dos descritores relevantes (cerâmica cardial, fauna, ossos, etc.) com os algarismos 0 ou 1, de acordo com a presença ou ausência de vestígios. O mesmo foi feito de forma a individualizar as diversas cronologias, mais especificamente Neolítico Antigo, Médio e Final. Desta forma, e por aplicação do acima descrito, temos a Tabela 2.

2.3. Sistema de Coordenadas

Um dos pilares fundamentais da tabela de dados foi a inclusão para cada um dos sítios arqueológicos das respectivas coordenadas, pois só assim é possível manipular os dados em ambiente SIG. Todos os sítios apresentam coordenadas com base no sistema ETRS89/ PT-TM06 (Tab.3). O Sistema de coordenadas ETRS89/ PT-TM06 caracteriza-se geograficamente do modo apresentado na tabela 3. A falsa origem das coordenadas rectangulares pode ser traduzida na seguinte representação gráfica

(Figura 2). De forma a uniformizar o trabalho todos os sítios arqueológicos foram localizados com coordenadas ETRS89/PT-TM06. Para esse fim foi utilizada a aplicação online WebTransCoord v.0.9, obtida a partir do site da DG Território. Esta aplicação permite relocar os sítios arqueológicos para ETRS89 com reduzida margem de erro.

2.4. Processamento em Ambiente SIG da Tabela de Dados

2.4.1. Preparação dos dados

Completada a tabela de dados em Excel com a informação relativa aos sítios arqueológicos e respectivas coordenadas, procedeu-se à importação dos dados para o ArcGIS. De forma a proteger a localização de cada um dos sítios arqueológicos, não foram reveladas as coordenadas. A solução encontrada para esta situação passou pela utilização do Método das Áreas Quadrículas (fonte: Tese Doutorado da Investigadora Rita Anastácio). Este método passa pela criação de uma grelha de quadrados com 1km² de área cujo posicionamento geográfico tem por base a grelha da Carta Militar de Portugal 1:25 000, do Instituto Geográfico do Exército.

OBJECTID	# GERAL
ID2	# numero dentro do concelho
CNS	Código Nacional de Sitio
X	Coordenada x
Y	Coordenada Y
CONCELHO	Concelho a que pertence
FREGUESIA	Freguesia a que pertence
CRONOLOGIA GERAL	Cronologia geral atribuída
MESOLÍTICO	Sim (1) ou Não (0)
NEOLÍTICO	Sim (1) ou Não (0)
NEOLÍTICO ANTIGO (NA)	Sim (1) ou Não (0)
NEOLÍTICO MÉDIO (NM)	Sim (1) ou Não (0)
NEOLÍTICO FINAL (NF)	Sim (1) ou Não (0)
CALCOLÍTICO	Sim (1) ou Não (0)
TIPO	Tipo de sitio arqueológico
DESCRIÇÃO	Descrição do sitio
DATAÇÕES	Presença (1) ou ausência (0) de datações
INDUSTRIA LÍTICA	Descrição da industria lítica
CERÂMICA	Descrição dos fragmentos de cerâmica
CERÂMICA 2	Presença (1) ou ausência (0) de cerâmica
CERÂMICA CARDIAL	Presença (1) ou ausência (0) de cerâmica cardial
CERÂMICA DECORADA	Presença (1) ou ausência (0) de cerâmica decorada
FAUNA	Descrição dos vestígios faunísticos
FAUNA2	Presença (1) ou ausência (0)
OSSOS HUMANOS	Descrição dos vestígios osteológicos
OSSOS HUMANOS2	Presença (1) ou ausência (0)
ARTEFACTOS OSSO	Descrição dos vestígios de artefactos com base em osso.
ARTEFACTOS OSSO2	Presença (1) ou ausência (0)
ESTRUTURAS	Presença (1) ou ausência (0) de estruturas e descrição das mesmas
ESTRUTURAS2	Presença (1) ou ausência (0)
OUTROS	Descrição de outros vestígios que não se inserem nas categorias anteriores.
OUTROS2	Presença (1) ou ausência (0)
RELEVÂNCIA	Grau de relevância dos sítios arqueológicos: 1,2,3
ACESSOS	Descrição dos acessos
BIBLIOGRAFIA	Identificação da bibliografia relevante para encontrar informação sobre o sitio
FONTE	Origem da informação - Especifica
FONTE 2	Origem da informação – Geral

Tabela 2: Arquitectura da tabela de dados.

Elipsóide de referência:	GRS80	Semi-eixo maior: $a = 6\,378\,137\text{ m}$ Achatamento: $f = 1 / 298,257\,222\,101$
Projecção cartográfica:	Transversa de Mercator	
Latitude da origem das coordenadas rectangulares:	39° 40' 05",73 N	
Longitude da origem das coordenadas rectangulares:	08° 07' 59",19 W	
Falsa origem das coordenadas rectangulares:	Em M (distância à Meridiana): 0 m Em P (distância à Perpendicular): 0 m	
Coefficiente de redução de escala no meridiano central:	1,0	

Tabela 3: Caracterização do sistema de coordenadas ETRS89/PT-TM06 cuja origem das coordenadas rectangulares falsa é em Vila de Rei (DGT, 2017).

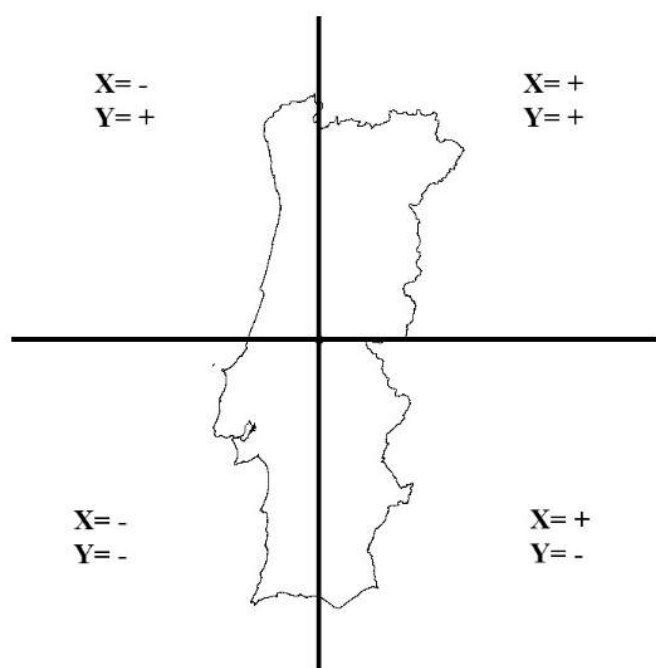


Figura 2: Representação da falsa origem do sistema ETRS89/PT-TM06.

A grelha foi gerada em ArcGIS (Fishnet) sobre a área total abrangida pelo posicionamento dos sítios arqueológicos. Com a adopção desta solução, aquando da visualização do geoportal, apenas se sabe que o sítio arqueológico se encontra dentro daquela área de 1 km². A grelha criada é composta por 6722 quadriculas de 1 km² codificadas alfa numericamente (Colunas A-CE e Linhas 1-81). Com a grelha criada o próximo passo foi seleccionar os quadrados sobre os quais recaiam os sítios arqueológicos. Este passo foi feito com recurso em ArcGIS (Select by Location) cruzando o posicionamento da layer dos sítios arqueológicos com a layer da grelha de 1 km². O resultado final traduziu-se numa grelha final com 169 quadrados

(Figura 3).

Devido à área útil de cada quadrado ser 1km², algumas quadriculas contém em si mais do que um sítio arqueológico. Desta forma importa associar a cada sítio a quadricula sobre a qual este recai. Para realizar esta relação foi usada a função em ArcGIS (Join Data), activada a partir da layer dos sítios arqueológicos de relacionamento com a layer da grelha, através da opção “it falls inside”. A layer resultante desta operação de análise apresenta agora na sua tabela de atributos a informação de em qual quadricula se inserem os respectivos sítios arqueológicos. De forma oposta, importa agora relacionar cada quadricula com os sítios arqueológicos de forma a verificar quais os sítios arqueológicos em cada quadricula. Esta operação é feita em ArcGis (Relate), activada partir da layer da grelha com os 169 quadrados, e pedindo para relacionar as duas layers através do field “Quad”. O resultado da operação pode ser visto através da consulta da tabela de atributos da layer da Grelha, seleccionando uma dada quadricula e usando a função “Relate” serão indicados todos os sítios arqueológicos cuja posição geográfica se situa dentro da área de 1x1km dessa quadricula (Figura 4).

O próximo passo foi associar efectivamente a layer da grelha das quadriculas 1x1km com a layer dos sítios arqueológicos de forma que a criar uma nova layer de grelha 1x1km que contenha em si a informação referente aos sítios arqueológicos. Para realizar este passo utiliza-se a ferramenta de análise espacial em ArcGis (Spatial Join).

Com esta ferramenta é possível adicionar à Layer da grelha de 1x1km, os atributos da layer dos sítios arqueológicos pedindo para fazer uma junção “join

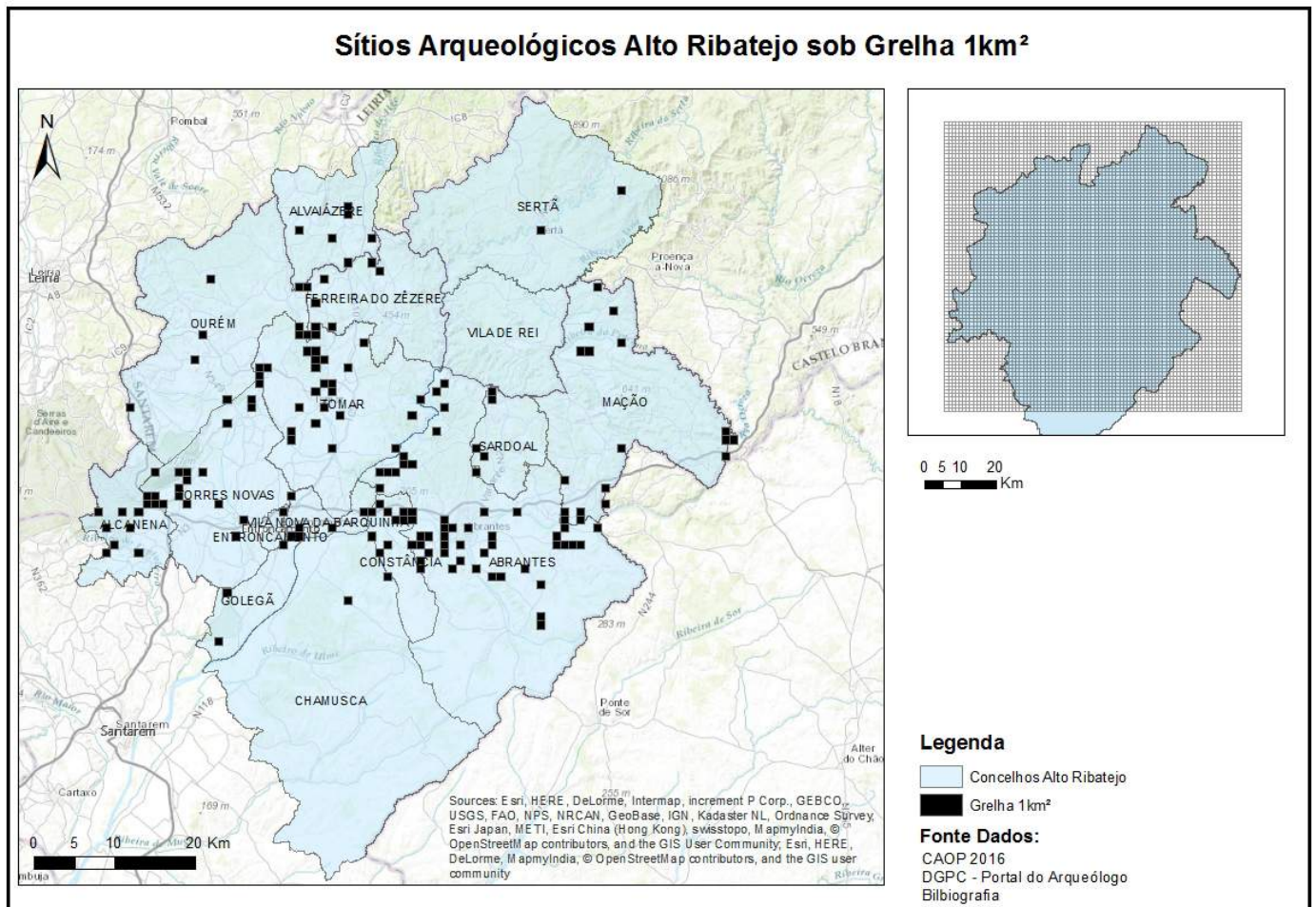


Figura 3: Mapa com o resultado final entre o cruzamento da posição dos sítios geográficos com a grelha quilométrica.

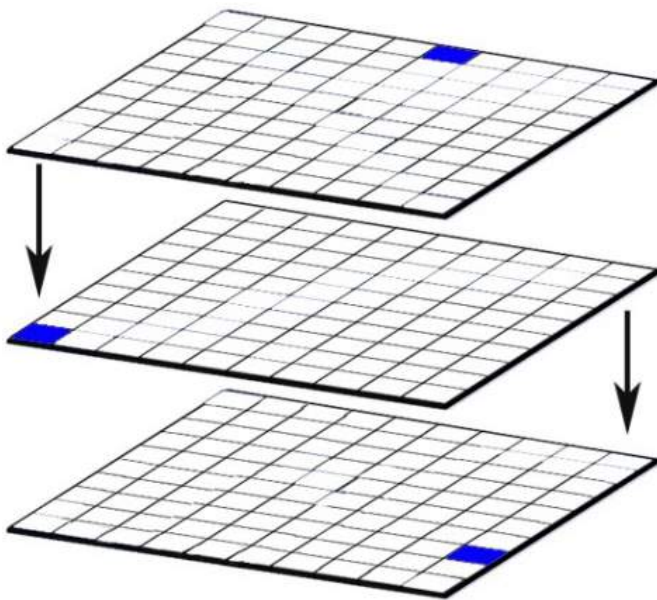


Figura 4: Demonstração do resultado do "Spatial Join" para quadrículas com vários sítios arqueológicos dentro sua área útil.

one-to-many". O resultado desta operação surge na forma de uma nova layer de quadrículas 1x1km, que contem em si a informação relativa a cada sitio arqueológico a que cada quadrícula corresponde. Como referido anteriormente, existem quadrículas,

como o caso da AP46, à qual correspondem a mais do que um sitio. Nesta situação, e com recurso ao "Spatial Join", não existe uma verdadeira atribuição das características de cada sitio arqueológico às quadrículas. Ou seja, o que o software fez foi, e no caso específico de quadrículas com múltiplos sítios, criar uma "quadrícula para cada sítio" que se se sobrepõem dando a impressão que se trata de uma só quadrícula com toda a informação (Figura 4), não respeitando o princípio da topologia. Metodologicamente esta situação de multiplicação geométrica não é a mais correta, contudo o resultado final era o pretendido, uma vez que seleccionando uma quadrícula, é possível visualizar individualmente a informação de cada sitio arqueológico. Com o recurso a esta informação é agora possível criar diversos temas com a informação pretendida.

2.4.2. ArcGIS Online

Como referido anteriormente o Geoportal foi desenvolvido com recurso à plataforma ArcGIS Online, através da criação de Web Maps que depois

foram incorporados em diversas Web Mapping Applications, que no final resultou na criação do StoryMAP do Geoportal. O processo divide-se em 3 fases: criação de mapas, uso dos webmaps para a criação de Web Mapping Apps, uso dos Web Mapping Apps, para a criação de StoryMap/Geoportal (Figura 5).

O processo de criação de um Web Map é em tudo similar à criação de qualquer tema de dados no ArGIS Desktop, uma vez que estão presentes opções de edição similares as da versão Desktop. O primeiro passo desta primeira etapa é a importação dos temas (.zip) a trabalhar para o Web Map. Depois de importadas as camadas, o processo consistiu em manipular as mesmas de forma a dar forma ao mapa e a mostrar a informação. Criados os Web Maps com a informação visual e escrita que queremos transmitir ao público, o próximo passo passou pela incorporação destes mesmos mapas em Ferramentas do ArcGIS Online chamadas Web Mapping Apps. A estrutura escolhida para apresentação final dos dados no geoportal está demonstrada na Figura 6.

3.1. Resultados do processamento dos dados em Excel

Com o processamento dos dados em folha de cálculo é possível realçar algumas considerações relativas à caracterização da ocupação Holocénica do Alto Ribatejo. Com os dados reunidos e sumarizados em diversas categorias é possível caracterizar cada concelho relativamente a quantidade de sítios arqueológicos e quais as cronologias com mais expressão na região.

O gráfico da figura 7 mostra a distribuição dos sítios para cada um dos concelhos do Alto Ribatejo. É possível verificar que os concelhos de Abrantes, Tomar, Torres Novas e Mação são os concelhos do Alto Ribatejo com mais sítios arqueológicos. Para além da dispersão dos sítios pelos concelhos importa também analisar a distribuição dos sítios quanto às cronologias abordadas, neste caso Mesolítico, Neolítico e Calcolítico (Figura 8).

Verifica-se que da totalidade dos 221 sítios considerados, 78% são ou considerados sítios de cronologia neolítica ou tem componente neolítica. Da totalidade dos sítios com cronologia Neolítica (Figura 9), temos 12% com Neolítico Antigo; 7% com Neolítico Médio e 16% com Neolítico Final. A percentagem restante são sítios que embora estejam

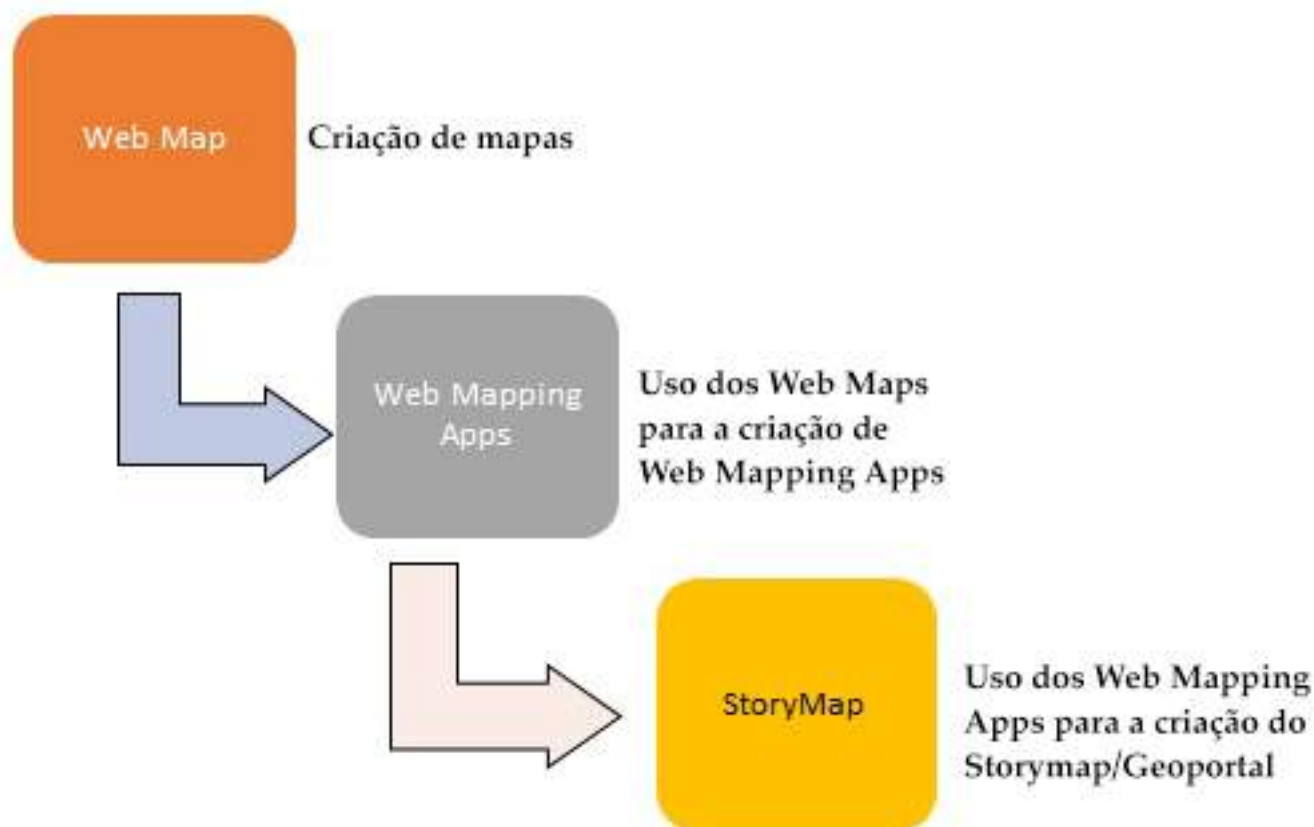


Figura 5: Processo de criação de um StoryMap.

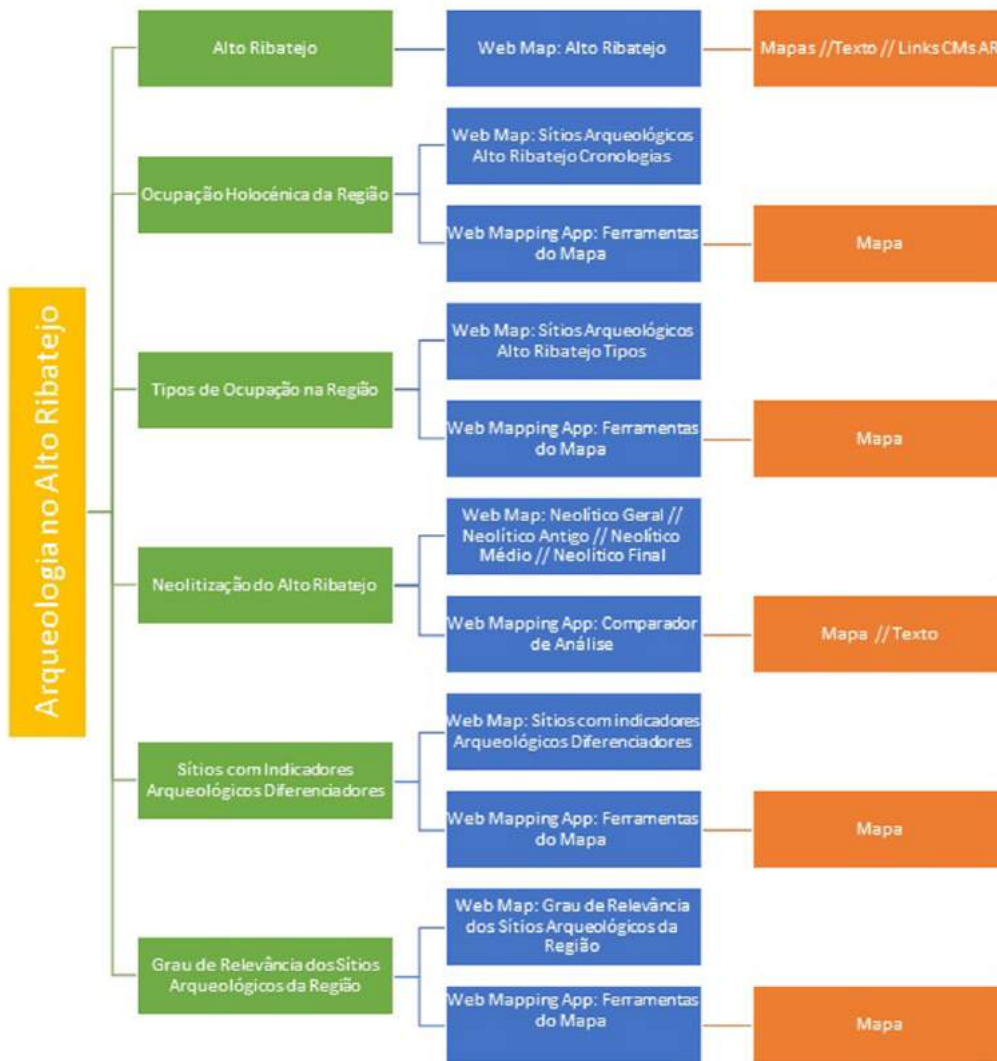


Figura 6: Estrutura conceitual do Geoportal.

classificados como Neolítico, não estão definidos quanto ao período específico.

Da totalidade de sítios, 55% tem componente Calcolítica, com a maioria destes a serem classificados como calcolíticos ou terem componente calcolítica. O Mesolítico tem considerável menor representação, com apenas 6% dos sítios. Caracterização dos sítios quanto à sua tipologia (Figura 10).

Com a análise do gráfico da figura 10, verificamos que da totalidade dos sítios arqueológicos que quanto à tipologia, verificamos que as tipologias mais recorrentes são, os Povoados com 27% de representação, o Megalitismo – Anta com 13%, as necrópoles com 12%, e as estações ao ar livre com 10%. Caracterização de sítios arqueológicos quanto à presença de materiais (Figura 11).

Com o gráfico da figura 11, verifica-se que 92% dos sítios possuem indústria lítica; 63% tem cerâmica (decorada, não decorada e Cardial). Foram

identificados em 14% dos sítios materiais faunísticos, e também em 14%, foram identificados vestígios osteológicos humanos. Da totalidade dos 221 sítios arqueológicos, apenas 11% se encontram datados.

Relativamente à caracterização dos fragmentos cerâmicos, dos 140 sítios com fragmentos de cerâmica, em 34% dos sítios foram encontrados fragmentos decorados, sendo que em apenas 5% existem fragmentos com cerâmica cardial.

Tendo em conta a natureza deste trabalho de caracterização, importava também classificar a totalidade dos sítios quanto ao seu grau de relevância, mais especificamente tentar definir um grau de importância para os sítios arqueológicos de forma a tentar perceber quais são os mais importantes de um ponto de visto do estudo arqueológicos (Figura 13). Desta forma, e atendendo as características de cada sítio, os mesmos foram classificados como:

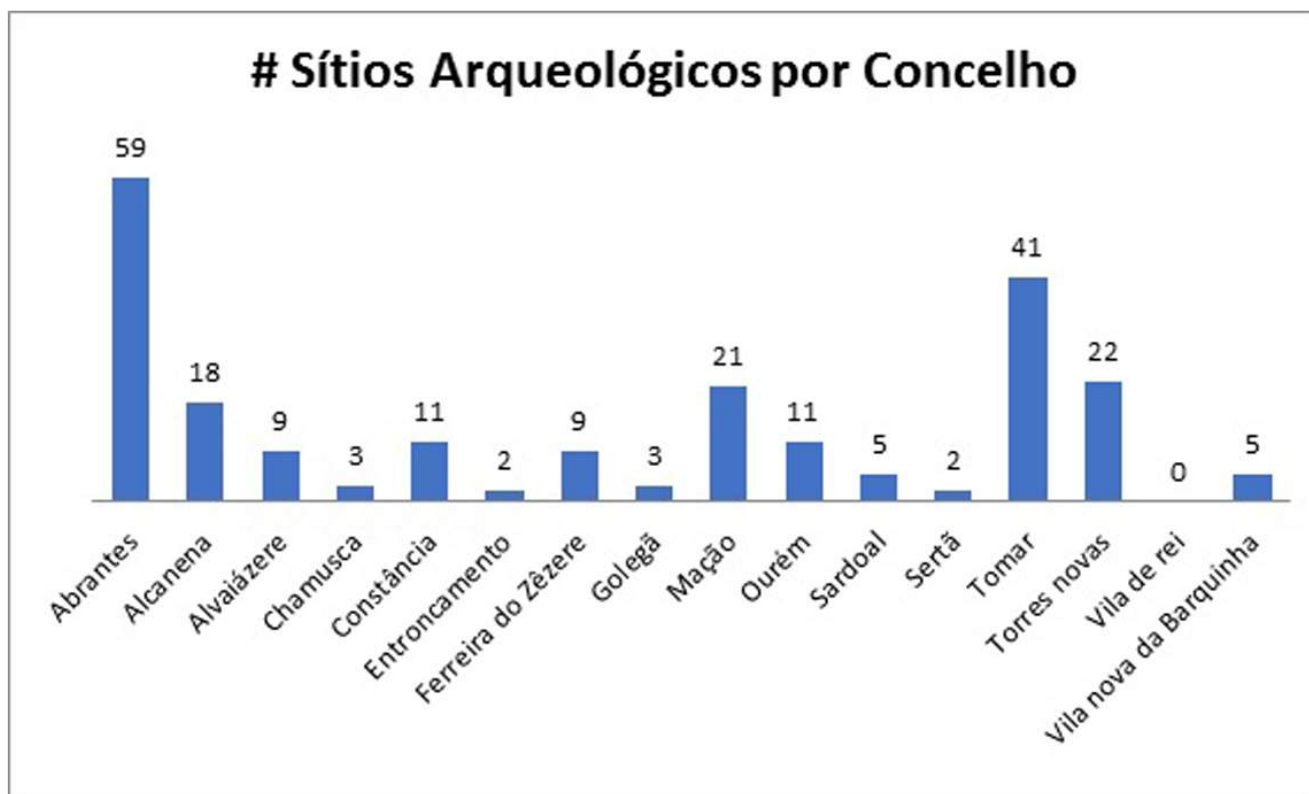


Figura 7: Número de sítios arqueológicos por concelho.

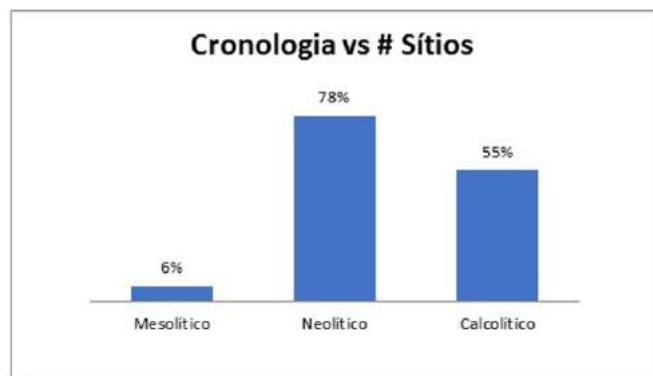


Figura 8: Gráfico com relação entre a distribuição dos sítios quanto à sua cronologia.

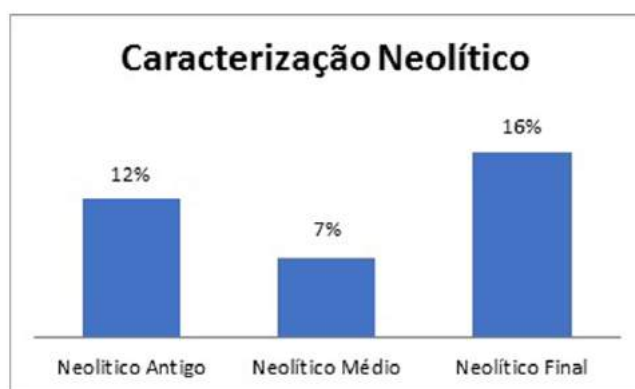


Figura 9: Gráfico com caracterização Neolítico.

- Grau 1 (Baixo) - Grau Baixo - Sítios não escavados e sem materiais de relevo;
- Grau 2 (Médio) - Sítios escavados e sem materiais de relevo;
- Grau 3 (Alto) - Sítios escavados e com materiais de relevo.

Esta classificação é sempre passível de ser discutida. Contudo tendo em conta a forma como os dados foram recolhidos e organizados, esta classificação foi aquela que melhor satisfazia a necessidade de classificar os sítios quanto à sua importância.

Com a análise do gráfico a figura 13, verifica-se que 62% dos sítios arqueológicos do Alto Ribatejo têm

baixa relevância, 16% têm relevância média e 22% dos mesmos apresentam um grau de relevância alto. Estes últimos podem ser considerados como os sítios arqueológicos mais importantes da região, uma vez que, e atendendo a sua caracterização, são sítios basais para o estudo do povoamento holocénico do Alto Ribatejo.

4. Conclusões

Com a execução do projeto MTAS espera-se dar um novo impulso ao estudo do neolítico na região do Alto Ribatejo. Com efeito a criação deste geoportal marca o primeiro passo nessa direção. Evidentemente é um trabalho que por natureza será

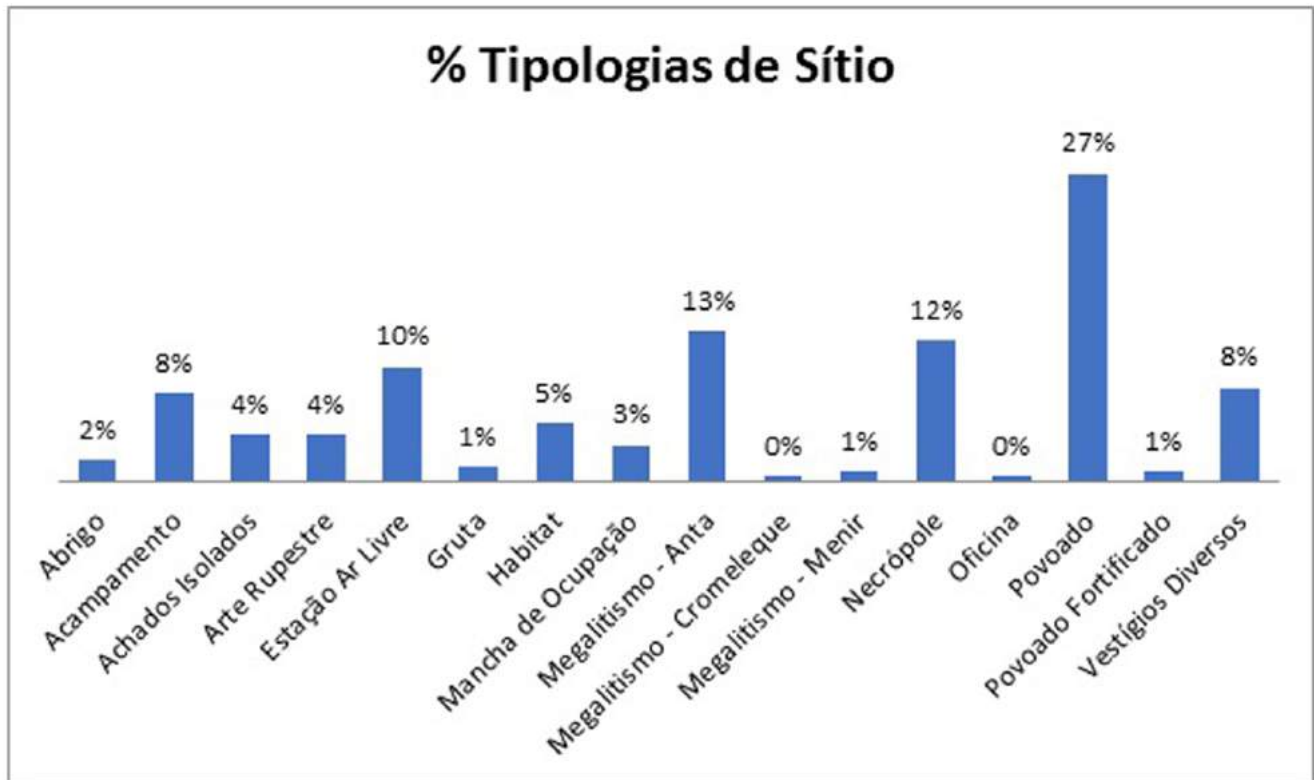


Figura 10: Gráfico com caracterização dos sítios quanto à sua tipologia.

sempre incompleto, contudo o acesso a informação existente será agora mais simples, porque pela primeira vez foi criada uma plataforma que permite visualizar em tempo real a localização e características de cada sítio arqueológico. Analisando em retrospectiva o trabalho desenvolvido, a grande parte do mesmo foi centrada na recolha e processamento dos dados referentes a cada sítio arqueológico. De facto, a grande mais valia deste trabalho, a par da criação da plataforma, foi o desenvolvimento de uma padronização no processamento dos dados que permitiu reunir num só ambiente de processamento informação referente aos sítios arqueológicos mais importantes da região.

Com este trabalho, e a partir da análise dos dados em ambiente SIG, é agora possível interpretar em tempo real a evolução do povoamento holocénico na região. Sendo possível correlacionar todos os sítios arqueológicos quanto à sua cronologia, tipologia e presença/ausência de materiais arqueológicos diferenciadores. A plataforma resultante apresenta para além de um visual apelativo, várias camadas de informação, todas interactivas e com possibilidade de correlação em tempo real. No entanto, a mesma metodologia

também revelou algumas limitações da plataforma ArGIS Online. A mais evidente, é a limitação da mesma relativa a possíveis atualizações futuras. Dada a arquitetura da mesma, torna-se necessário para o acrescento de novos sítios arqueológicos refazer toda a plataforma de raiz. Pois alguns dos temas são transversais a todos os sítios arqueológicos. Um outro ponto a assinalar está relacionado com a multiplicidade de fontes de informação. Esta variação implica que por vezes um determinado tipo de sítio arqueológico possa ser classificado de outra forma por um outro autor. Desta forma ficou evidente que a única maneira de criar um repositório informativo dos sítios arqueológicos da região que seja imparcial e “honesto” é se a informação que consta da base de dados for trabalhada sempre pela mesma equipa. Caso contrário, podem-se verificar variações interpretativas das características e cronologias de cada sítio, o que pode comprometer uma correta análise da evolução da ocupação holocénica da região. Com a criação deste Geoportal e pela primeira vez existe uma plataforma digital que reúne a informação referente à ocupação da região no holocénico, de fácil leitura e com possibilidade de crescimento e maturação da informação. Será



Figura 11: Gráfico com caracterização dos sítios quanto à presença de materiais arqueológicos.



Figura 12: Gráfico com caracterização dos sítios quanto à presença de materiais arqueológicos.

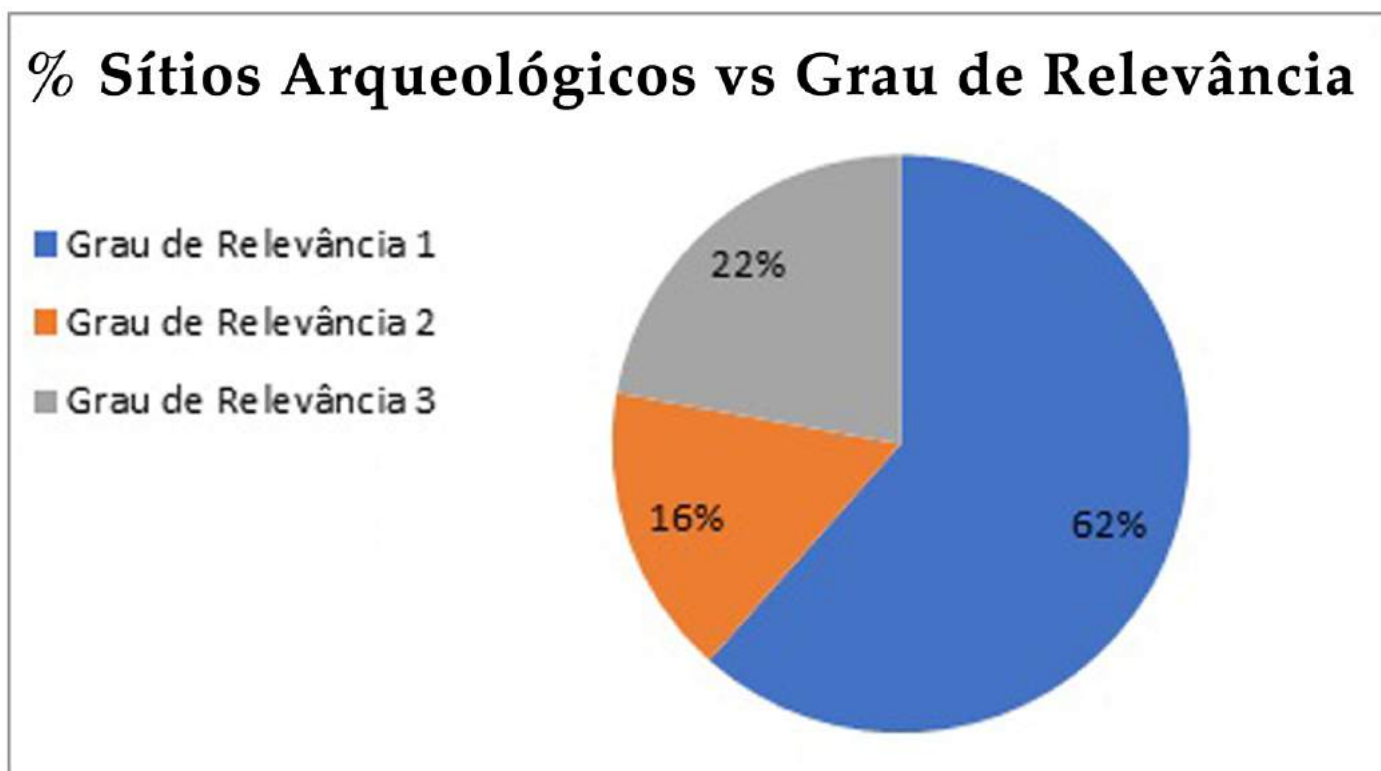


Figura 13: Gráfico com a classificação dos sítios quanto ao seu grau de relevância.

também interessante acrescentar as cronologias em falta, nomeadamente Paleolítica, Idade Bronze e Ferro e Romano. Obtendo-se assim um mapa digital interativo e transversal a todos os períodos cronológicos da ocupação pré-histórica e histórica do Alto Ribatejo.

O Geoportal pode ser consultado em: <http://arcg.is/2nfNoZF>.

Bibliografia

Anastácio, R., 2016. *Da Gestão do Património Cultural à Gestão do Território com Recurso a Tecnologias de Informação Geográfica: contributos metodológicos. Caso de Estudo - Região do Médio Tejo*. Vila Real:

[Tese Doutoramento]. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Oosterbeek, L., Cura, S., Carrondo, J., Garcês, S., Gomes, H., & Tomé, T., 2010. Pré-história do Alto Ribatejo. Breve Panorâmica. *Zahara*, 15, pp. 77-88.



<http://www.pacadnetwork.com/itm/index.php/techne/techne-2018>
eISSN: 2182-9985

Organização socioespacial dos Kayapó Meridional: trajetórias entre os séculos XVIII e XX.

David Lugli Turtera Pereira*

Doutorando em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia – Universidade de São Paulo (USP);

Neide Barrocá Faccio**

Livre-Docente na Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP);

Artigo submetido em

12/09/2017

Artigo aceite em

15/08/2018

Artigo publicado em

14/09/2018

Palavras-chave:

Kayapó Meridional;

Organização socioespacial;

Território; Colonização;

Aldeamento;

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar e demonstrar as estratégias de organização socioespacial dos Kayapó Meridional em seu território. O período de análise inicia-se no ano de 1722, com as primeiras expedições de Anhanguera à província de Goiás, e estende-se até 1913, com as últimas notas históricas sobre os Kayapó Meridional no Triângulo Mineiro e Norte paulista. Nesses séculos de invasão luso-brasileira ao território Kayapó Meridional foram produzidos dezenas de documentos sobre o tema, bem como estudos secundários sobre este grupo indígena, seu território e o impacto colonial sobre sua organização. Alguns deles foram localizados e consultados nesta pesquisa, assim, apresentamos um conjunto de informações sobre os elementos espaciais, sociais e culturais deste grupo.

1. Quem são os Kayapó Meridional?

A família linguística Jê apresenta uma grande distribuição geográfica, exclusivamente brasileira, ocupando, sobretudo, a região central do país em áreas de campos cerrados. A família Jê subdivide-se nos seguintes grupos: Timbira, Kayapó, Akwén e Kaingang, ressaltando que as línguas dos Suyá, Kren-akarôre (Panará) e dos Tapayúna estão aparentadas mais estreitamente com o grupo Kayapó (Rodrigues, 1994; Vasconcelos, 2013).

Dentro do grupo Kayapó existe uma distinção entre grupos do Sul e do Norte proposta pela primeira vez por Ehrenreich, no final do século XIX. Entre os Kayapó do Norte estão os Xikrin, Gradaú, Gavião, Apinajé, Krahô e Timbira e entre os Kayapó do Sul, incluiu-se os Panará (Giraldin, 1997).

Segundo Giraldin (1997), Vasconcelos (2013) e

Mano (2010) a designação Kayapó Meridional ou Cayapó do Sul refere-se aos antepassados dos Panará. Esse grupo historicamente habitou desde o Sul de Goiás (margem direita do Paranaíba e formadores do Araguaia), Sudeste do Mato Grosso (afluentes da margem direita do Paraná até o Alto Taquari e Piqueri), Noroeste de São Paulo e Triângulo Mineiro.

Tanto Giraldin (1997) quanto Vasconcelos (2013) utilizam o termo Cayapó com “C” e não com “K”, como é convencional, no sentido de distinguir entre os grupos “do Norte” com “K” e os grupos “do Sul” com “C”. Ressalta Giraldin (1997) que a adoção do termo Cayapó atende a grafia da época em que foram retratados.

Sublinhamos que os povos Jê, entre os quais predomina a designação genérica Kayapó ou

* David Lugli Turtera Pereira | davidlugli12@yahoo.com.br ** Neide Barrocá Faccio | nfaccio@terra.com.br

Cayapó não corresponde a uma etnotaxonomia social, mas aponta para uma alcunha criada pelos próprios colonizadores e grupos indígenas inimigos frente a uma gama de dialetos e subgrupos filiados a este termo (Mano, 2010; Rasteiro, 2015).

A exemplo de Rasteiro (2015), o nome que usaremos para designar este grupo indígena será Kayapó com a letra “K”, segundo a convenção assinada em 1953 na primeira Reunião Brasileira de Antropologia. Kayapó Meridional (ou do Sul) será a denominação usada por nós no que tange à diferenciação do grupo Kayapó Setentrional (ou do Norte), os quais, embora aparentados, são claramente diferentes e não podem ser considerados como derivados um do outro (Giraldin, 1997; Nimuendaju, 1952). A alcunha Caiapó ou Cayapó será usada neste texto apenas nos casos de citações diretas ou indiretas de outros autores.

2. Qual era seu território e em que época histórica foram retratados?

A caracterização histórica do território¹ Kayapó Meridional está fortemente associada ao processo de conquista por colonizadores luso-brasileiros. Neste aspecto, a territorialidade Kayapó Meridional² é mais bem compreendida, nos documentos históricos, se associada ao processo de territorialização colonial³.

A territorialização colonial forçou uma reorganização territorial Kayapó. Assim, num primeiro momento, os Kayapó foram desterritorializados, mas, posteriormente, eles se reterritorializaram em outras áreas já previamente conhecidas de seu próprio território que, no entanto, apresentavam outra função para sua organização socioespacial. Ou seja, áreas que antes eram cursadas com o intuito de realizar diversas atividades de subsistência como coleta e pesca foram transformadas em áreas de assentamento (Cavalcante, 2013; Haesbaert, 2005).

O objetivo neste item é demonstrar a história de

vida⁴ do território Kayapó Meridional, acompanhando suas movimentações e a transformação/manutenção de sua organização socioespacial. Iniciaremos a análise do território/territorialidade Kayapó Meridional com os relatos de Antonio Pires de Campos (1862) que, navegando pelos rios Tietê, Paraná e Paranaíba, escreve:

[...] fallando do Rio Grande⁵ (em que mete o Thieté e perde o seu nome) navegando por elle acima, se dá em um rio chamado Pernahiba⁶, e por elle cima habitam o gentio chamado Cayapó. Este gentio é de aldêas, e povoam muita terra por ser mui a gente, cada aldêa com seu cacique, que é o mesmo que governador [...] vivem de suas lavouras, e no que mais se fundam são batatas, milho, e outros legumes, mas os trajes d'estes barbaros é viverem nús (Campos, 1862, p. 437).

Esse pequeno fragmento de texto é suficiente para delimitarmos parte do território Kayapó, ou seja: Rio Paraná acima até seu encontro com o Rio Paranaíba, onde hoje é a divisa dos estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. O texto também faz referência às aldeias que se espalham por uma faixa de terra considerável, por haver “mui a gente”, e à presença da figura do cacique, cada qual comandando sua aldeia, onde havia lavouras com batata e o milho como cultivos mais importantes.

O território Kayapó descrito por Campos (1862, p. 438) estende-se, no sentido sul, até onde hoje é o Rio Pardo (MS) e, na direção oeste, até onde hoje é o Rio Taquari (MS). Informa o autor que esse vasto território não era, necessariamente, todo ocupado por aldeias Kayapó, mas formavam vastas áreas de mobilidade territorial, onde esse grupo utilizava os recursos naturais e fazia guerra com outros grupos indígenas e colonizadores luso-brasileiros.

A territorialidade Kayapó Meridional, bem como o usufruto da terra e a prática de ataque aos colonizadores dentro de seu território, também pôde ser apreciada em outra fonte histórica. No ofício de Gomes Jardim⁷, endereçada ao Governo Imperial no ano de 1869⁸, comenta o autor sobre a

¹ O conceito de território indígena difere-se das delimitações territoriais fixadas por meio do poder e controle do Estado. O território indígena é uma terra tradicionalmente habitada por um grupo cultural, caracterizada com fartura de nomes étnicos, que, além de conceituarem a paisagem, idealizam um conjunto de lugares hierarquizados e conectados a uma rede de itinerários (Bonnemaison, 2002; Ferguson & Chanthaphonh, 2006).

² Entendida como estratégias de movimentações socioespaciais dentro e fora de seu território (Bonnemaison, 2002).

³ Processo de conquista ou organização por parte dos colonizadores que se apropriam e modificam os territórios das comunidades locais, impondo nova territorialização (Orejas, 1998).

⁴ Para Zedeño (1997) o território indígena assume uma estrutura cíclica que pode ser analisada em três dimensões essenciais: interação homem-terra, escala espacial das interações e processos históricos de uso da terra.

⁵ Nessa época o Rio Paraná era chamado de Rio Grande.

⁶ Pela descrição do autor refere-se ao Rio Paranaíba.

⁷ Presidente da Província de Mato Grosso.

aldeia do Piquiri⁹, localizada na margem do rio homônimo, no estado de Mato Grosso do Sul. Jardim (1869, p. 551) escreve: [...] os homens entranham-se no sertão durante parte da boa estação do anno á cata de mel e de caça, e presume-se que n'estas excursões elles chegam ás vezes até a estrada de Goyaz, e tem ahi commettido parte dos malefícios [...].

Se considerarmos que esses homens habitavam a aldeia do Piquiri, localizada ao norte do Mato Grosso do Sul, e que suas excursões chegariam à estrada de Goiás, a mobilidade sazonal desse grupo era muito extensa e, provavelmente, pontilhada de aldeias e acampamentos onde faziam paragens.

No ano de 1817 Manuel Aires de Casal, pesquisador português, define o território Kayapó Meridional como Caiapônia. Na visão do autor a Caiapônia, obviamente habitada pela nação Kaiapó Meridional desde tempos imemoriais, estendia-se ao norte até o distrito de Goiás, a oeste até a Bororonia, da qual é separada pelo Rio Araguaia, e a sudeste até os rios Paraná, Paranaíba e Anicuns, que a separam da Província de São Paulo (Rio Paraná) e do distrito do Rio das Velhas (demais rios). Conforme o processo de colonização do Centro-oeste brasileiro ocorria, novos dados sobre os Kayapó Meridional apareciam. No ano de 1861, Machado de Oliveira (1861, p. 496) escreve que todo o “território dominado por esses índios no seu descobrimento está como encaixilhado pelas serras Dourada, Santa Martha, e Sellada, e estende-se até à margem septentrional do Paranaíba, um dos mais volumosos braços do Paraná e seu confluente do lado direito”. Salienta Oliveira (1861, p.504) que nessa época os Kayapó sofriam intenso ataque dos colonos “mamelucos” que nas terras desses indígenas andavam à procura de ouro. Ao que parece, uma estratégia tomada pelos Kayapó foi a de fazerem “parada” à distância dessas frentes de exploração aurífera, onde pudessem tomar situação defensável. O autor informa que esses locais escolhidos foram pelo Rio Paraná e pela Serra de Santa Marta. Ressaltamos que a região setentrional do Rio Paraná foi um ponto estratégico para os Kayapó, tanto no que se refere a sua economia

pesqueira, quanto para fugir das frentes de colonização aurífera. Campos (1862) menciona que um aglomerado de aldeias Kayapó localizava-se acima do Rio Paranaíba e que eles realizavam excursões para o Rio Paraná e afluentes (rios Sucuriú e Verde), enfatizando que nessa área não havia aldeias. Duas questões podem ser levantadas em relação a este ponto: (1) Campos não sabia da existência de aldeias nesta região?; (2) Nesse período essa área fazia parte do território Kayapó, mas não era utilizada como habitação? Desta feita, se em 1723 nenhuma aldeia foi mencionada por Campos (1862) no Rio Paraná e afluentes, em anos posteriores outros viajantes as mencionaram. O processo de povoamento dessa região, provavelmente, se deu pela expulsão e/ou aldeamento dos Kayapó no caminho de Goiás, sobretudo, na região de Vila Boa de Goiás, onde se concentrava a exploração aurífera. Diante da pressão colonizadora, parte dos grupos Kayapó assumiu a estratégia de migrar para o Rio Paraná e afluentes estabelecendo aldeias e formando uma organização socioespacial bem definida.

Alguns relatos históricos ajudam-nos a entender esse processo de territorialidade/territorialização Kayapó. No ano de 1726, uma descrição do então governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, transcrita por Afonso Taunay (2012) comenta que a tropa seguindo viagem Rio Paraná abaixo foi dormir na barra do Rio Apeú, numa dilatada “praia da parte esquerda, porque da direita anda o gentio, que é de certo o pior que tem estes sertões” (Taunay, 2012, p. 223). O relato em apreço foi realizado numa época contemporânea a de Campos ([1723] 1862). Mesmo não mencionando o “gentio” dessa região, pressupomos que sejam os Kayapó¹⁰. O fato de o autor dizer “anda” mostra que os mesmos não estavam estabelecidos ali, mas, provavelmente, essa região era alvo de suas excursões, já naquela época temidas pelos aventureiros e colonizadores. Oitenta e quatro anos depois da viagem de Meneses pela confluência dos rios Tietê-Paraná abaixo, João Ferreira de Oliveira Bueno¹¹ realiza o mesmo trajeto fluvial descrevendo os acontecimentos dessa viagem.

⁸ Portanto, 146 anos depois dos relatos de Campos.

⁹ Apesar de o ofício ter sido dirigido ao Governo Imperial no ano de 1869, o comentário de Gomes Jardim relata atividades dos Kayapó nessa aldeia por volta da década de 1830, como se faz entender no documento.

¹⁰ O local citado abarca a extensa área descrita por Campos (1862) como território Kayapó.

¹¹ Tesoureiro-mor de São Paulo.

O primeiro contato com os Kayapó se deu ao retornarem à barra do Rio Tietê, próximo a uma ilha na confluência com o Paraná, com três indígenas que pescavam. Segundo o autor “nenhum sobresalto tiveram, antes convieram em vir na canôa ao meu quartel, revestindo-se de tanta confiança e candura, que no embarque lançaram na praia seus arcos e frechas [...]” (Bueno, 1908, p. 144). Após esse encontro fortuito, Bueno solicita ao pequeno grupo de indígenas que dissessem aos seus chefes que viessem ao seu encontro.

No dia seguinte vieram ao encontro de Bueno um grupo maior de indígenas junto aos seus chefes. Em diversos episódios desse encontro fica claro que este grupo Kayapó já estava largamente habituado ao convívio junto aos colonizadores¹². Com base na data de 1810, quando se deu este encontro, acreditamos que parte desse grupo indígena já havia sido aldeado e que sua procedência era a antiga província de Goiás¹³.

Numa conversa amistosa em que Bueno oferece aos chefes dos Kayapó terras e ferramentas, vislumbramos como se dava a distribuição das aldeias naquele território. Comenta Bueno (1908, p. 146):

Depois que os chefes me ouviram, responderam que estavam promptos, porém que os seus índios não sabiam navegar por cachoeiras o que para o anno lhes levasse dez canôas grandes para elles virem, e igualmente viveres; e que além dos de suas aldêas, haviam de convidar a gente de duas aldêas, que ficam acima do Salto de Urubupungá, uma grande e outra menor, ambas do seu commando, para os acompanhar; e que além disto, no Rio Sucuriú haviam três aldêas de muita gente, commandadas por outro chefe, a quem também haviam de convidar para o mesmo fim, e que eu lhes não faltasse.

Após 16 anos da viagem de Bueno, em 1826, temos os relatos de Hércules Florence (1875), que navegou pelos rios Tietê e Paraná. Seu relato remete à presença de grupos Kayapó habitando a região da Foz do Tietê até o Salto de Urubupungá. Caminhando por meia légua da margem do Rio Paraná¹⁴ os viajantes chegam a uma aldeia Kayapó.

A aldeia foi descrita como “composta de 10 palhoças e nas quais não havia viva alma por se acharem os índios nas suas plantações à margem do Sucuriú” (Florence, 1875, p. 389). Na descrição consta também que a casa do chefe era maior que as outras e que ali se encontravam troncos de palmeira furados¹⁵.

Após algumas vistorias na aldeia, os viajantes deixaram-na voltando para suas canoas e partindo para o Salto de Urubupungá. Descreveu-o Florence (1875) como um estrondoso salto de água com uma largura de quatro léguas, com grande número de saliências e reentrâncias. Cita ainda que na margem esquerda havia uns ranchos, feitos pelos Kayapó “de construção muito inferior às míseras choupanas de seu aldeamento. Nada mais eram do que folhas de palmeiras apoiadas em forquilhas de paus” (Florence, 1875, p. 390). Quanto a esses “ranchos feitos pelos Cayapó”, bem poderia ser um acampamento temporário, próximo ao conjunto de cachoeiras, destinado a alguma atividade específica. Sustentamos essa hipótese pelo fato de Florence mencionar o estado provisório de tais construções, que segundo ele eram inferiores às da aldeia.

O relato de Florence (1875) aponta para uma organização socioespacial configurada por uma aldeia Kayapó próxima à margem esquerda do Rio Paraná, interligada a uma área de roça à beira do Rio Sucuriú, afluente do Paraná; e por acampamento(s) localizado(s) no Salto de Urubupungá. Essa configuração mostra uma rede de exploração ambiental bem estabelecida por habitação, campo agrícola e acampamento, situados próximo ao grande Salto.

Os relatos históricos mencionados apoiam a hipótese de que, num primeiro momento, a região que engloba a foz do Tietê – Paraná, Salto de Urubupungá ao norte e Rio Sucuriú ao sul, era cursada pelos Kayapó Meridional, mas estes ainda não apontavam a presença de habitações. As aldeias começaram a serem descritas na região no ano de 1810 com os relatos de Bueno. Bueno (1908) indica que esses grupos vieram de Goiás e, provavelmente, já haviam sido aldeados. Sua organização socioespacial parecia estar bem

¹² É evidente no relato de Bueno que os mesmos estavam acostumados ao tipo de alimentos e as ferramentas que a tripulação trazia, bem como a eles era totalmente familiar o culto católico.

¹³ Numa conversa entre Bueno e um dos chefes dos Kayapó, este informa que “o General de Goyaz (um pequenino) não era bom, porque lhes não dava ferramentas, nem vestuário” (Bueno, 1908, p. 146).

¹⁴ Estado de Mato Grosso do Sul.

¹⁵ Segundo Giralдин (1997), provavelmente, seriam troncos usados nas corridas de toras, atividade típica dos Kayapó.

estabelecida à época, havendo nessa região ao menos sete aldeias, de tamanhos variados e comandadas por apenas dois “chefes” demonstrando um poder político bem constituído.

3. Como eram suas aldeias e aldeamentos?

O início da fundação dos aldeamentos dos Kayapó Meridional ocorreu no final do século XVIII. A história contada por Saint-Hilaire (1937) e Pohl (1951) inicia-se com a insurgência de grupos Kayapó que, indomáveis, atacavam as caravanas que se dirigiam a São Paulo, mesmo após a guerra do sertanista Pires de Campos¹⁶. No ano de 1780 inicia-se o processo de redução dos grupos Kayapó que, paulatinamente, após se concentrarem em centenas de indivíduos em Vila Boa de Goiás, são direcionados a um aldeamento nas proximidades.

Segundo consta nas fontes históricas pesquisadas, a aldeia Maria foi o primeiro aldeamento construído para reduzir os grupos Kayapó Meridional de Goiás. Construído no ano de 1781, o aldeamento foi edificado à margem do Rio Fartura, sobre uma colina baixa, pela qual se estende a meia légua de distância uma paisagem serrana, banhada pelo Rio dos Pilões. No auge de sua ocupação a aldeia Maria pôde ter acolhido cerca de 600 pessoas que exerciam diversas atividades no local (Aires de Casal, 1817; Pohl, 1951).

Emanuel Pohl (1951) visitou a aldeia Maria no ano de 1818, quando esta já havia sido abandonada há seis anos. Descreve a antiga povoação contendo duas casas térreas, construídas de madeira e barro, cobertas de telhas. Próximo a elas encontrava-se um paiol para guarda de colheitas e em seu entorno dispunham as antigas cabanas dos Kayapó Meridional. Estas estavam configuradas em círculo, enfileiradas uma do lado da outra, tendo o paiol como centro. Informa-nos o autor que as cabanas eram construídas da madeira e das fibras das palmeiras.

Tanto Pohl quanto Saint-Hilaire visitaram a aldeia Maria, estando esta totalmente abandonada naquele período. No entanto, a aldeia São José de Mossamedes, nos anos das visitas desses naturalistas¹⁷, encontrava-se habitada e algumas informações de cunho etnográfico puderam ali ser

obtidas.

Pohl (1951) diz que a aldeia Mossamedes foi erigida em 1755 e no ano de 1780 foi edificada a igreja. No início a ocupação era destinada às tribos Acroás, Javaés e Carajás. Com o desaparecimento desses grupos indígenas, a aldeia de Mossamedes ficara vaga e, como era mais próxima da Vila Boa de Goiás (capital da província à época) do que a aldeia Maria, as autoridades julgaram ser mais econômico transferir os Kayapó desta para aquela.

A implantação do aldeamento aconteceu no cume de uma colina, sendo rodeada por morros. Saint-Hilaire (1937) descreve minuciosamente os edifícios, sua disposição e a organização espacial desse complexo construtivo. Cita que parte dessa construção era reservada aos Kayapó, mas que naquela época encontrava-se vazia. Sua narrativa evidencia uma informação importante quanto à ocupação Kayapó nesse local, a de que eles não habitavam o núcleo do aldeamento. Pohl (1951) também sustentou essa mesma informação: “preferem habitar cabanas construídas por eles próprios, de palmeiras e cobertas de ervas [...] construíram-nas do lado ocidental da aldeia e também nas plantações denominadas roças, a uma légua de distância” (Pohl, 1951, p. 360).

Se lembrarmos que os Kayapó da aldeia Maria habitavam as cabanas construídas de madeira e fibra de palmeira, em formato circular¹⁸, notaremos que, ao serem transferidos para a aldeia Mossamedes, eles resistiram em habitar as casas previamente construídas. Esse comportamento é registrado por Saint-Hilaire (1937, p. 107): “acostumados, nas florestas, a dormir sob choças onde não era possível entrar sem abaixar-se, os índios acharam muito frias as casas altas e cobertas de telhas em que queriam aloja-los, e eles próprios construíram outras muito baixas, a poucos passos da aldeia”.

A distribuição das casas construídas pelos Kayapó se deu em dois núcleos. Um deles, próximo ao aldeamento, tinha de oito a dez casas, e o outro, localizado a uma légua, nas suas plantações, tendo este a maior parte das habitações. Suas plantações ficavam de frente à Serra Dourada e as habitações estavam dispersas entre as árvores. Em seu interior

¹⁶ “Um dos grandes óbices opostos ao povoamento de Goiás proveio da hostilidade dos caiapós, nação numerosa e aguerrida a quem acabou destruindo Antônio Pires dos Campos, o famoso Pay Pirá, em diversas jornadas” (Taunay, 2012, p. 189)

¹⁷ Ano de 1817 para Pohl e o ano de 18a19 para Saint-Hilaire.

¹⁸ Como veremos adiante, uma continuidade cultural em relação ao modo em que viviam em suas próprias aldeias.

localizam-se “pedras que servem de fogão, cestas de uma forma particular, chamadas jucunús, e, às vezes, giraus, que têm apenas a largura do corpo: nisto consiste o mobiliário de tais choupanas” (Saint-Hilaire, 1937, p. 111).

Importante salientar que estes dois naturalistas, Pohl e Saint-Hilaire, além de descreverem fisicamente a aldeia Mossamedes, também trazem importantes anotações sobre a organização social e a cultura material deste grupo indígena.

Pohl (1951) oferece relatos sobre o modo de vida dos Kayapó “em estado selvagem”, registrando que seus assentamentos se localizam nas extensas matas situadas a sudoeste da aldeia Mossamedes¹⁹. Comenta que “ali vagueiam, vivendo da caça, da pesca, de raízes, de mel silvestre, etc. Cultivam um pouco de milho de grão negro e azul, que preferem a qualquer outra variedade como o mais rico em farinha [...] em estado selvagem, vivem em poligamia [...]” (Pohl, 1951, p. 363). O autor ainda registra que suas ocupações prediletas consistem em caçar e pescar na mata: “Quando apanham uma peça de caça, o que não é trabalhoso, dada a abundância dela na mata virgem, descansam o dia inteiro; deitam-se e entregam-se a ociosidade” (Pohl, 1951, p. 364). Hilaire vai complementar essas informações básicas anotando que os Kayapó que vivem na floresta estão “submetidos a um cacique geral que tem sob suas ordens vários capitães: na aldeia os portugueses deram títulos de coronel, capitão, alferes, aos indivíduos mais considerados pelos seus compatriotas [...]” (Saint-Hilaire, 1937, p. 120).

Comenta Saint-Hilaire (1937) que os Kayapó que vivem em estado livre nas matas conhecem apenas a indústria de fazer arcos, flechas e uma espécie de balaio que chamam de jucunú. Salientamos que estes também detinham algum conhecimento no lascamento de cristais de rocha em quartzo. Esse fato fica explícito na descrição de Pohl (1951, p. 366), como uma atividade que consistia no alívio da dor de cabeça. Quanto ao saber fazer das atividades oleiras, nada conseguimos de informação em Pohl ou Saint-Hilaire. O que fica registrado no relato desses viajantes é a descrição de objetos como os jucunús (cestas), bem como os itsché (arco) e as caschoné (flechas).

As visitas de Pohl e Saint-Hilaire ocorreram num

momento de declínio da ocupação Kayapó no aldeamento de Mossamedes. Em 1833 boa parte da população havia abandonado Mossamedes, permanecendo ali, principalmente, os velhos e deficientes. No ano de 1879 o aldeamento de São José de Mossamedes torna-se oficialmente extinto.

Num segundo momento do processo de aldeamento dos Kayapó Meridional, levantamos informações importantes sobre os estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Segundo os relatos do coronel Ricardo José Gomes Jardim (1869), a povoação que se formou em Santana do Paranaíba iniciou-se no ano de 1835 com a vinda de 150 a 160 Kayapó, de ambos os sexos, que emigraram das aldeias de Goiás. Segundo as informações obtidas, supomos que, nesse período, houve a emigração de parte dos “fugitivos” de Mossamedes para esta localidade situada à margem do Rio Paranaíba, onde hoje é o estado de Mato Grosso do Sul.

O aldeamento Santana do Paranaíba recebeu a visita de viajantes no ano de 1857, com o Dr. Kupfer, e em 1882, com o capitão Joaquim Lemos da Silva. Kupfer descreve as casas da vila como construídas de barro e cobertas com folhas de palmeira, sendo a casa dos homens dispostas no centro do pátio da aldeia. Na descrição de Lemos a aldeia é construída na forma tradicional, circular com a casa dos homens no centro do pátio, onde os líderes reuniam-se para deliberar os assuntos da comunidade (Giraldin, 1997).

Nesse período outro aldeamento se formava no mesmo estado, era a aldeia do Piquiri. Segundo Jardim (1869) a aldeia do Piquiri contava com 300 Kayapó, aproximadamente, tendo à frente dessas famílias um mesmo chefe a quem elas também obedeciam em Goiás. Pelo relato do autor, esse chefe tinha grande poder agregador, pois “tem-se conservado quase todas reunidas” (Jardim, 1869, p. 551). No entanto, essas famílias já haviam abandonado boa parte de sua organização agrícola, “poucos se têm dado aos trabalhos agrícolas” (Jardim, 1869, p.551), preferindo os homens da aldeia se embrenharem nas matas executando atividades como a coleta de mel e a caça (Jardim, 1869, p.551).

Para os aldeamentos de Minas Gerais, mais especificamente do Triângulo Mineiro, temos a referência do Cônego Antonio José da Silva, que

¹⁹ Essas extensas matas onde se aglomeram os Kayapó coincidem com a região da Serra de Santa Marta e Serra dos Cayapó.

escrevendo de Uberaba no ano de 1825 afirmava que existiam cerca de mil índios Kayapó aldeados a 40 léguas, próximo ao Rio Grande (Giraldin, 1997). Alexandre de Sousa Barbosa (1918), agrimensor da região, descrevera que existiam ao menos três aldeamentos no Triângulo Mineiro, entre eles, dois localizavam-se na margem direita do Rio Grande, a saber: o São Francisco Salles e o aldeamento de Água Vermelha (Barbosa, 1918; Giraldin, 1997).

No ano de 1871 a Diretoria Geral dos Índios de Minas Gerais informava que no aldeamento de São Francisco Salles existia um total de 118 índios, que nesse momento estavam deixando a aldeia para se mudarem para um local chamado Cachoeira, provavelmente, Cachoeira da Água Vermelha, na margem do Rio Grande (Giraldin, 1997).

No ano de 1911 Alexandre de Souza Barbosa encontra na região Oeste do Triângulo Mineiro, na confluência dos rios Paranaíba e Grande, um grupo de índios Kayapó, oriundos da aldeia Água Vermelha, na época localizada na comarca de Frutal (MG). Salientou o agrimensor que esse grupo Kayapó se autodenominava Panará (Barbosa, 1918). Segundo consta em seu manuscrito, intitulado “Cayapó e panará”, Barbosa (1918) recebe informações de que há aproximadamente trinta anos²⁰: [...] os indios de Agua Vermelha andavam apenas nus. Nas terras da aldeia poucos plantam, não possuem gado e sua principal alimentação é fornecida pela pesca no rio Grande. Fazem em suas terras paulistas desabitadas à margem esquerda deste rio pequenas roças para ceva da caça. [...]. Informaram-nos que havia antigamente no centro da aldeia uma casa maior que as outras e a que chamavam piruá, onde se tomavam de grandes deliberações [...] e se celebravam as festas e os casamentos sob as ordens do capitão, este em tudo, cegamente obedecido (Barbosa, 1918, p. 10).

Na década de 1880, a população Kayapó-Panará em Água Vermelha era de, aproximadamente, 600 habitantes. No entanto, na data do registro de Barbosa (1918), no ano de 1911, essa população estava reduzida a apenas 50 indivíduos.

Posteriormente, informações orais coletadas das cidades próximas de onde se localizava a aldeia Água Vermelha dão conta da presença dos remanescentes das aldeias Kayapó-Panará daquela área, ainda na década de 1960. No relato oral de um

marceneiro de Uberaba, coletado pela pesquisadora do arquivo de Uberaba, Sônia Maria Fontoura, ele conta que em idade de 12 anos seu pai o levava para pescar no Rio Grande e que além do aldeamento Água Vermelha, existiam outras aldeias mais abaixo num local chamado Canal de São Simão. Na primeira aldeia as casas estavam dispostas em círculo, mas na última elas estavam em linha reta (Giraldin, 1997).

Um dos últimos relatos que fazem menção aos Kayapó-Panará na região do Triângulo Mineiro foi registrado por engenheiros da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, que no ano de 1913 realizaram a exploração científica do Rio Grande e de seus afluentes. Contam-nos os engenheiros Guilherme Wendel e Arthur Horta O’Leary (1913) que eles receberam a visita de alguns índios, próximo ao Salto da Água Vermelha (SP). Esses índios informaram a eles que tinham sua moradia numa aldeia pouco abaixo do Salto no lado mineiro²¹. Segundo os engenheiros esses indígenas antigamente “viviam em suas terras entre o porto da Aldêa e a cachoeira dos Índios, já há mais de uma geração mudaram-se para Agua Vermelha” (Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1913, p. 14-15).

As informações fornecidas pelos engenheiros da Comissão Geográfica e Geológica relata a movimentação dos Kayapó-Panará do aldeamento de São Francisco Salles para o de Água Vermelha. Um marcador de paisagem importante entre essas duas antigas ocupações Kayapó refere-se ao fato de que ambas estavam instaladas na margem mineira do Rio Grande, muito próximas de grandes saltos ou cachoeiras, sendo a de São Francisco Salles chamada de Cachoeira dos Índios e a do aldeamento de Água Vermelha chamado de Salto da Água Vermelha.

4. Considerações Finais

O resultado desta pesquisa bibliográfica configura-se como importante fonte documental a respeito dos Kayapó Meridional, demonstrando a complexidade histórica e socioespacial deste grupo. Elaboramos aqui uma síntese que poderá fornecer um conjunto de informações e desdobramentos para diversas disciplinas sociais.

O território Kayapó Meridional era vasto,

²⁰ Próximo ao ano de 1880.

²¹ Com base no referencial geográfico e temporal, esses índios, nessa época, ocupavam a aldeia Água Vermelha.

estendendo-se ao norte até a Serra Dourada (Goiás), a oeste pela Serra Santa Marta e dos Caiapós (Goiás) até a cabeceira dos rios Piquiri e Taquari (Mato Grosso do Sul), ao sul até o Rio Pardo, afluente da margem direita do Rio Paraná (Mato Grosso do Sul – São Paulo) e a leste englobando todo o Triângulo Mineiro até o Rio das Velhas (Minas Gerais).

Os primeiros relatos dão conta de um grande contingente populacional, diversas aldeias espalhadas pelo território e uma organização política bem estabelecida, tendo em alguns casos uma única chefia para várias aldeias. Com a intensificação do empreendimento colonial e a desapropriação de suas terras tradicionais, alguns grupos Kayapó começam a migrar para outras áreas de seu território, reorganizando-se socioespacialmente em algumas décadas.

A movimentação deste grupo por seu território pôde ser observada nos documentos históricos. Neste aspecto, destacamos algumas estratégias de mobilidade socioespacial: (1) movimentaram-se dentro de seu próprio território para fugir da pressão colonial, defendendo-se topograficamente nas serranias do Sudoeste de Goiás ou migrando para o Rio Paraná, na altura do Salto do

Urubupungá; (2) a desterritorialização provocada pelo avanço colonial implicou uma reterritorialização Kayapó; (3) a reterritorialização Kayapó reconfigurou socioespacialmente algumas áreas que tinham uma função dentro do território passando a ter outra.

É recorrente nos documentos históricos a descrição dos Kayapó Meridional organizados em aldeias de tamanhos distintos, tendo cada aldeia seu próprio “chefe”, havendo em alguns casos relatos de lideranças regionais, englobando várias aldeias. A distribuição dessas aldeias, geralmente, é caracterizada pela proximidade aos grandes rios e seus afluentes, bem como aos marcadores de paisagem como cachoeiras (Urubupungá, SP-MS; Salto dos Índios e Água Vermelha, MG-SP) e serras (Caiapó, Santa Marta e Serra Dourada, GO). Outro padrão observado no assentamento desses grupos foi a formação de uma rede englobando habitação, roças e acampamento.

A configuração das aldeias e aldeamentos apontam algumas características comuns, que são marcadores socioespaciais dos grupos Kayapó Meridional. São eles: (1) recepção de embarcações em um “porto” instalado num grande rio (como o Rio Paraná ou o Grande), próximo a saltos/

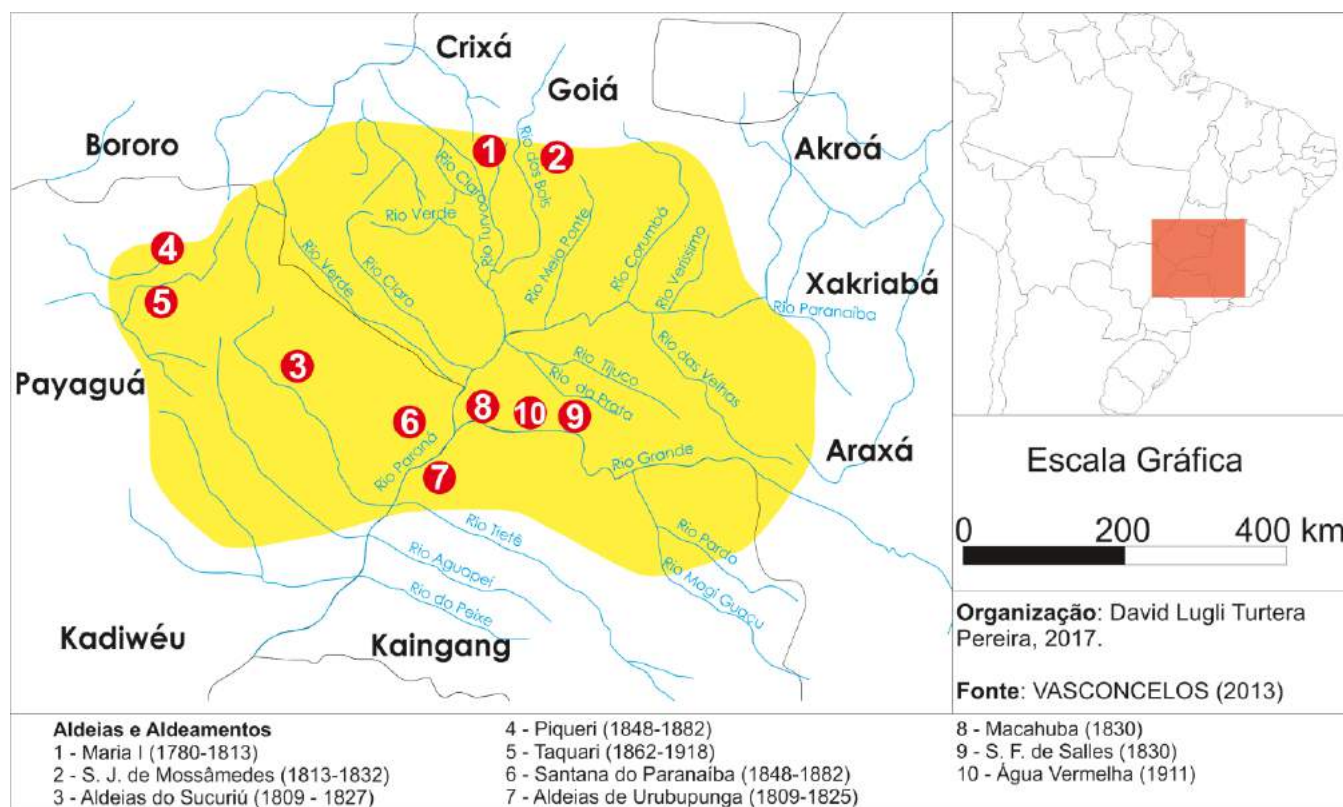


Figura 1: Território Kayapó Meridional.

cachoeiras; (2) aldeias e aldeamentos²² apresentando formato circular, com a casa dos homens no centro (ou piruá), tendo de 8 a 10 casas; (3) população variando entre 150 (Santana do Paranaíba/MS) a 600 (Aldeia Água Vermelha/MG) pessoas por aldeamento²³; (4) no geral, as casas eram confeccionadas com embira, folhas e fibras de palmeira buriti (*Mauritia Vinífera*).

Outra característica socioespacial a mencionar é a mobilidade de subsistência Kayapó. Neste aspecto, suas roças eram caracterizadas pelo cultivo de milho (grão negro e azul), batata e outros cultivos. Geralmente, as roças ficavam distantes da aldeia. Saint-Hilaire (1937) fala em uma légua de distância, em outro caso, como mencionado por Barbosa (1918), as roças eram abertas perto da margem de um grande rio (neste caso o Rio Grande no lado paulista) para a ceva da caça. Praticavam atividades de caça (abundante na mata virgem) e coletas (raízes e mel silvestre). Segundo as fontes apresentadas, as excursões de caça e coleta percorriam extensas áreas de seu território, sendo que elas poderiam durar meses e se estenderem para locais centenas de quilômetros longe da aldeia. A pescaria era tida como atividade de suma importância na bacia do Rio Grande e Paraná. Barbosa (1918) assinala que a principal alimentação de um grupo Kayapó era fornecida pela pesca no Rio Grande e Florence (1875) aponta os ranchos instalados a margem do salto de Urubupungá.

Este levantamento bibliográfico é um primeiro passo para o ordenamento das fontes etno-históricas sobre este grupo que habitou, por pelo menos 200 anos, uma vasta área que englobava parte do Centro-sul brasileiro. Informações de sítios arqueológicos estabelecidos nessa extensa área apresentando datações recentes podem ser confrontadas aos dados históricos aqui compilados. A ideia é entender como grupos indígenas ordenaram seu território e se organizaram socioespacialmente durante os últimos séculos.

Bibliografia

Aires de Casal, M., 1817. *Corographia Brasilica ou Relação Histórico-Geographica do Brasil*. Rio de Janeiro.
Barbosa, A.S., 1918. *Cayapó e panará* [manuscrito].
Bonnemaison, J., 2002. *Viagem em torno do território*. In:

Corrêa, R. L.; Rosendahl, Z. *Geografia cultural: um século*, 3. Ed. Uerj, Rio de Janeiro, pp. 83-131.

Campos, A. P., 1862. Breve notícia do gentio bárbaro que há na derrota das minas de Cuiabá e seu recôncavo, na qual declara-se os reinos [...]. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*, 25 (3), 437-449.

Bueno, J.F.O., 1908. Simples narração da viagem que fez ao Rio Paraná o tesoureiro-mór da Sé d'esta cidade de S. Paulo [...]. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, 3, 139-151.

Colwell-Chanthaphonh, C., 2009. Myth of the Anasazi: archaeological language, collaborative communities, and the contested past. *Public Archaeology*, 8 (2-3), 191-207.

Cavalcante, T.L.V., 2013. *Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis.

Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1913. *Exploração do Rio Grande e de seus afluentes* (1910), São Paulo.

Ferguson, T. J. ChipColwell-Chanthaphonh, 2006. *History Is in the Land: Multivocal Tribal Traditions in Arizona's San Pedro Valley*.

Florence, H., 1875. Esboço da viagem feita pelo Sr. de Langsdorff no interior do Brasil, desde setembro de 1825 até março de 1829. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 355-46.

Giraldin, O., 1997. *Cayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. Editora da Unicamp, Campinas.

Giraldin, O., 2000. Renascendo das cinzas. Um histórico da presença dos Cayapó-Panará em Goiás e no Triângulo Mineiro. *Sociedade e cultura*, v. 3, n.1 e 2, p 161-184, jan/dez.

Haesbaert, R., 2005. *Território, territorialidade e multiterritorialidade*. Rio de Janeiro.

Jardim, R.J.G., 1869. Creação da Diretoria dos Índios na Província de Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, 9, 548-554.

Mano, M., 2010. Metáforas Históricas e Realidades Etnográficas: A construção de uma história do contato Kayapó no Triângulo Mineiro. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, 23 (2).

Nimuendajú, C., 1952. Os Gorotire. *Revista do Museu*

²² Neste caso pondera-se que algumas áreas dentro dos aldeamentos foram construídas pelos próprios Kayapó. Essas áreas geralmente eram preferidas por eles para morar ou acampar de forma sazonal.

²³ Consta nos documentos históricos apenas referência populacional para os aldeamentos.

- Paulista*, 427-53.
- Oliveira, M., 1861. Os Cayapós. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, 24, 491-525.
- Orejas, A., 1998. El estudio del Paisaje: visiones desde la Arqueología. *Arqueología Espacial*, 19-20: 9-19
- Pohl, J.E., 1951. *Viagem no Interior do Brasil*. Primeira Parte. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro.
- Rasteiro, R.P., 2015. *Arqueologia dos Jê da Bacia do Rio Grande: história indígena no Norte de São Paulo e no Triângulo Mineiro*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- Rodrigues, A.D., 1994. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. Edições Loyola. São Paulo.
- Saint-Hilaire, A., 1937. *Viagem às nascentes do Rio S. Francisco e pela Província de Goyaz*. Tomo 2. Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- Taunay, A., 2012. *História das bandeiras paulistas*. CDPB, 2012.
- Vasconcelos, E.A., 2013. Proposta de sistema fonológico para a língua dos Cayapó do Sul aldeados em São José de Mossamedes. *Estudos Linguísticos*, 42 (1), 257-269.
- Zedeño, M.I., 1997. Landscapes, land use, and the history of territory formation: an example from puebloan southwest. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 4(1), 63-103.



<http://www.pacadnetwork.com/itm/index.php/techne/techne-2018>
eISSN: 2182-9985

Arte rupestre del área Noroccidental de la cuenca del lago de Valencia. Un acercamiento desde la arqueología, la etnohistoria y la etnografía

Leonardo Páez*

Artigo submetido em

12/05/2017

Artigo aceite em

15/08/2018

Artigo publicado em

14/09/2018

Palabras clave:

Arte rupestre; lago de Valencia;
metodología etnohistórica;

Resumen

El presente estudio muestra algunas consideraciones preliminares relacionadas a los sitios con arte rupestre del área Nor-occidental de la región geohistórica del lago de Valencia, estado Carabobo, Venezuela, suponiendo un acercamiento a los contextos socio-históricos y culturales de su producción y uso. Se afronta el estudio de los grupos aborígenes y sus posibles descendientes criollo-mestizos que ocuparon esta región antes y después del advenimiento y actuación de los europeos en el siglo XVI, abarcando un espacio temporal de cuatro mil años. Por vía del enfoque de la metodología etnohistórica, se presenta entonces un cuerpo de ideas tentativo que aborda interrogantes como autorías, cronología, función social y subsistencia de imaginarios colectivamente compartidos en torno a estos espacios durante la época Precolonial, Colonial y Republicana.

1. El método etnohistórico y el estudio del arte rupestre

Salvando puntuales excepciones¹, la praxis investigativa del arte rupestre venezolano se ha concentrado por lo general en dar cuenta de las características descriptivas de los materiales encontrados, así como de su significado originario a través de lo que evocan sus representaciones gráficas. Esto se deduce de la revisión bibliográfica a disposición, donde se entrevé los pocos trabajos orientados a complementar la toma in situ de datos métricos y descriptivos con informaciones que propugnen un acercamiento a su significación, bien entre comunidades actuales, grupos criollo-mestizos del pasado u originarios pueblos indígenas de su contexto espacial.

Se plantea entonces el reto de avanzar más allá de esta praxis común, proyectando la investigación

desde los contextos socio-culturales de producción y uso de estas manifestaciones, incluso más allá del ocaso y extinción de tales contextos. Tal planteamiento conlleva a considerar un procedimiento que permita la búsqueda e interpretación de datos que directa o indirectamente den cuenta de las tramas sociales relacionadas puntualmente con el espacio geográfico donde tales objetos se alojan. El desafío está en la reconstrucción sincrónica y/o diacrónica de la vida de los pueblos que habitaron el contexto espacial donde se insertan las manifestaciones rupestres motivo de investigación. En tal sentido, el método etnohistórico, entendido como el estudio multidisciplinario de los pueblos indígenas del pasado y la pervivencia de sus imaginarios entre comunidades criollo-mestizas descendientes y campesinas actuales², supone una poderosa

* Leonardo Paez | leopaezorama@gmail.com

¹ Donde cabrían destacar, entre otros, las investigaciones de González Nájuez, 1980; Sujo Volsky, 1987; Rivas, 1993; Tarble y Sacaramelli, 1993; Antczak y Antczak, 2007; Morón, 2007; Tarble y Scaramelli, 2010; Vargas Arenas, 2010; Jaimes Ramírez, 2011; Navarrete, 2013; Páez, 2016.

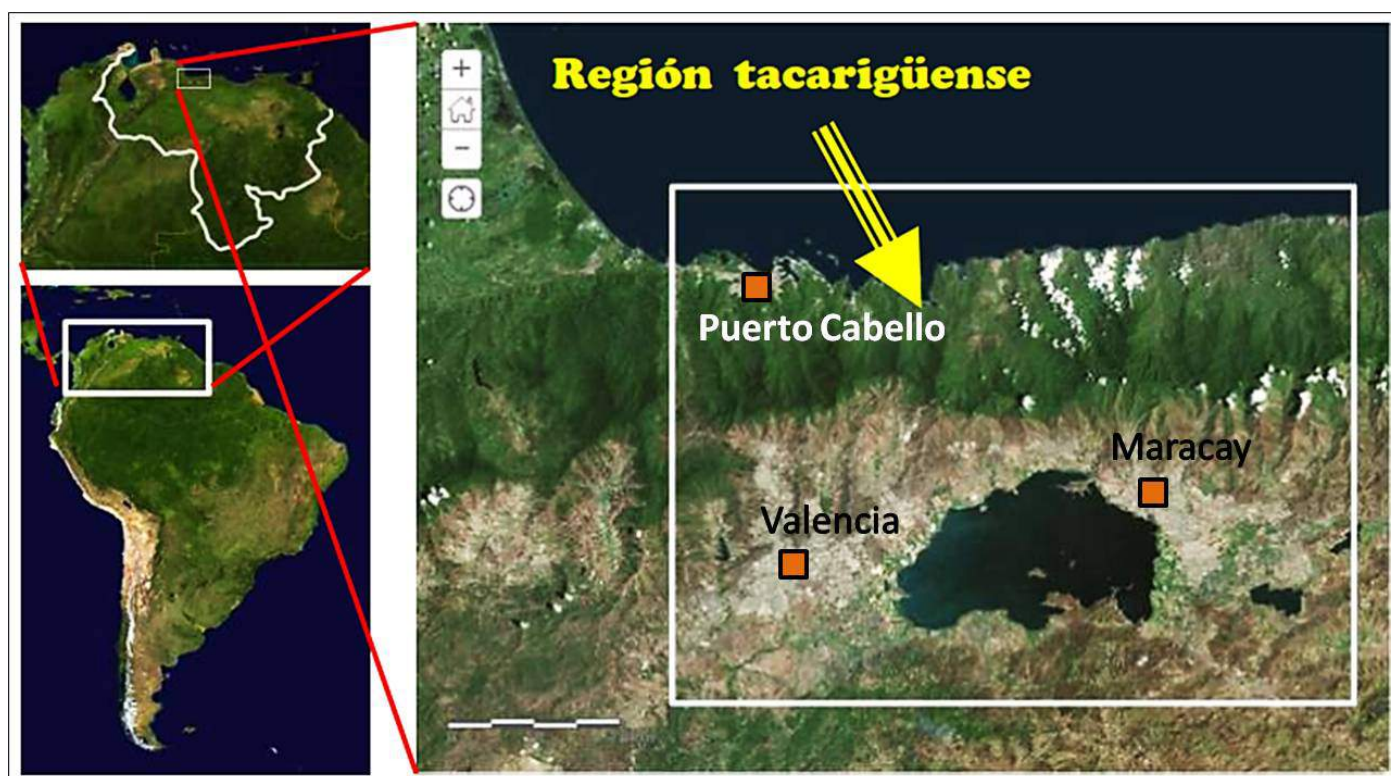
² Bajo esta noción, desde hace unos años la Escuela de Antropología de la Universidad Central de Venezuela (UCV) asume una línea de investigación bajo el término de "antropología histórica". Desde esta perspectiva, se asume que la noción "etno", de manera peyorativa ... "ha sido utilizada, dentro de la general geopolítica del saber occidental, para definir los saberes producidos por los grupos culturales y étnicos extraoccidentales en oposición a los producidos por la modernidad occidental, en cuyo seno se habrían gestado las "ciencias", es decir, saberes con valor universal" (Amodio, 2005: 15).

herramienta de trabajo que garantiza un plausible acercamiento a la comprensión de los contextos socio-históricos y culturales inherentes a la producción y uso del arte rupestre. Mediante este enfoque cobra valor como importante fuente de datos el acceso e interpretación de documentos, pero también la indagación del registro arqueológico o la consideración de los testimonios orales, todo auxiliado por marcos conceptuales aportados por la disciplina antropológica. De allí su importancia al momento de emprender praxis investigativas que propugnen avanzar más allá de la mera compilación de datos métricos y observaciones in situ de los artefactos rupestres, en aras de una acertada interpretación del origen, uso-función y significación, sincrónica y/o diacrónica, de esta pretérita expresión.

2. La región geohistórica del lago de Valencia y el PARANOT

La praxis investigativa que se trae a colación, supone una muestra de lo que pudiera implementarse en las regiones geohistóricas venezolanas (u otros espacios geográficos) en pro de un acercamiento a las tramas por las cuales se

produjeron y usaron las manifestaciones rupestres que perviven en sus predios. Ésta hace referencia a la región geohistórica del lago de Valencia o región tacarigüense³, la cual, durante los últimos milenios de la época Precolonial venezolana, poco más o menos entre los años 2.200 antes de Cristo (a.C.) y 1.400 después de Cristo (d.C.), ocupaba una extensión aproximada de 4.500 km² del territorio Centro-norte de Venezuela (mapa 1). Este particular contexto espacial y temporal, se asume, está integrado por tres sub-regiones diferenciadas⁴, concebidas aquí como paisajes culturales: 1) un paisaje lacustre al Sur, abarcando la cuenca hidrográfica del lago de Valencia, depresión tectónica de 3.410 km² de tierras fecundas y un lago de 380 km² en su sección baja, a 408 m.s.n.m. (Decarli, 2008); 2) un paisaje costero al Norte, ocupando 100 km de línea litoral y una superficie calculada en 500 km², presentando en su sección Oriental pequeños valles constreñidos entre el mar Caribe y la cordillera de La Costa, y una costa playera en su lado Occidental extendida al Oeste de Puerto Cabello hasta el delta del río Yaracuy (Cruxent y Rouse (1982 I [1958]; Guevara, 1983); y 3) un paisaje cordillerano al Centro, dominado por



Mapa 1: Ubicación aproximada de la región tacarigüense en el contexto geográfico Centro-norte venezolano. Elaboración propia sobre mapa topográfico de Venezuela (<http://www.oarval.org/TopoVNZ.jpg>) y mapa satelital del área Centro-norte venezolano (www.arcgis.com).

³ Como también se convendrá en llamar aquí, en reconocimiento al antiguo topónimo aborigen del lago de Valencia: la laguna de Tacarigua.

⁴ Cabe la posibilidad que para la llegada de los europeos en el siglo XVI, la región tacarigüense haya abarcado un cuarto paisaje cultural comprendido por los valles intermontanos de Chirgua y Guataparo, al Oeste de la depresión del lago de Valencia.



Mapa 2: Ubicación aproximada de las sub-regiones de la región tacarigüense, entendidas como paisajes culturales. Elaboración propia sobre mapa topográfico de Venezuela (<http://www.oarval.org/TopoVNZ.jpg>) y mapa satelital del área Centro-norte venezolano (www.arcgis.com).

una franja montañosa cercana a los 700 km² de la llamada cordillera de La Costa, sistema montañoso que discurre paralelo a la línea litoral y que funge de divisoria entre el paisaje lacustre y el costero (mapa 2).

En las faldas y laderas de los estribos y montañas de la sección occidental del paisaje cordillerano, en su vertiente Norte y Sur, se encuentran importantes vestigios arqueológicos representados por un conjunto de Sitios con Arte Rupestre⁵ (SAR) contentivo de petroglifos, morteros, puntos acoplados y monumentos megalíticos (imagen 1). Allí se ubican cientos de inscripciones pétreas y algunas estructuras hechas en roca en apariencia asociados a antiguos caminos transmontanos, los cuales integran un paisaje cultural que produce al tiempo presente variedad de interrogantes y opiniones a las que los investigadores aún no han podido dar satisfactoria respuesta (mapa 3).

La franja cordillerana donde se alojan estos artefactos, recibirá aquí el título tentativo de Paisaje con Arte Rupestre del Área Noroccidental Tacarigüense (PARANOT). La noción Paisaje con Arte Rupestre, aquí sugerido, se entiende como un tipo de paisaje cultural donde múltiples SAR y las

particularidades o fenómenos naturales presentes en su entorno posiblemente desempeñaron entre los grupos sociales implicados un rol esencial en la transmisión y conservación de importantes significados religiosos, sociales, políticos y/o económicos. El PARANOT, se concibe entonces como un espacio donde pervive un número significativo de SAR posiblemente vinculados social, histórica y culturalmente entre sí y al ámbito espacial de la región tacarigüense (mapa 4). Desde el enfoque político-territorial, el PARANOT incluye una extensa zona que abarca parte de los actuales municipios Diego Ibarra, San Joaquín, Guacara, San Diego, Naguanagua, Puerto Cabello (estado Carabobo) y Mario Briceño Irigorry (estado Aragua), con una superficie aproximada de 560 km².

3. El PARANOT durante la época Precolonial (2.200 a.C. - 1.400 d.C.)

En líneas generales, el PARANOT supone el acto creativo de diferentes sociedades que habitaron la región tacarigüense antes del arribo de los europeos a América. A través de la interpretación de los datos arqueológicos e histórico-documentales

⁵ Se asume en esta investigación, como unidad mínima de análisis, el concepto de SAR, planteado por Martínez Celis (2012: 69-81) para el abordaje de la investigación, gestión y protección del arte rupestre. Esta noción define ... "la extensión de terreno (superficial y subterráneo) que contiene o está relacionado con el emplazamiento rocoso en que se inscriben los motivos rupestres" ... (Ibíd.: 80).

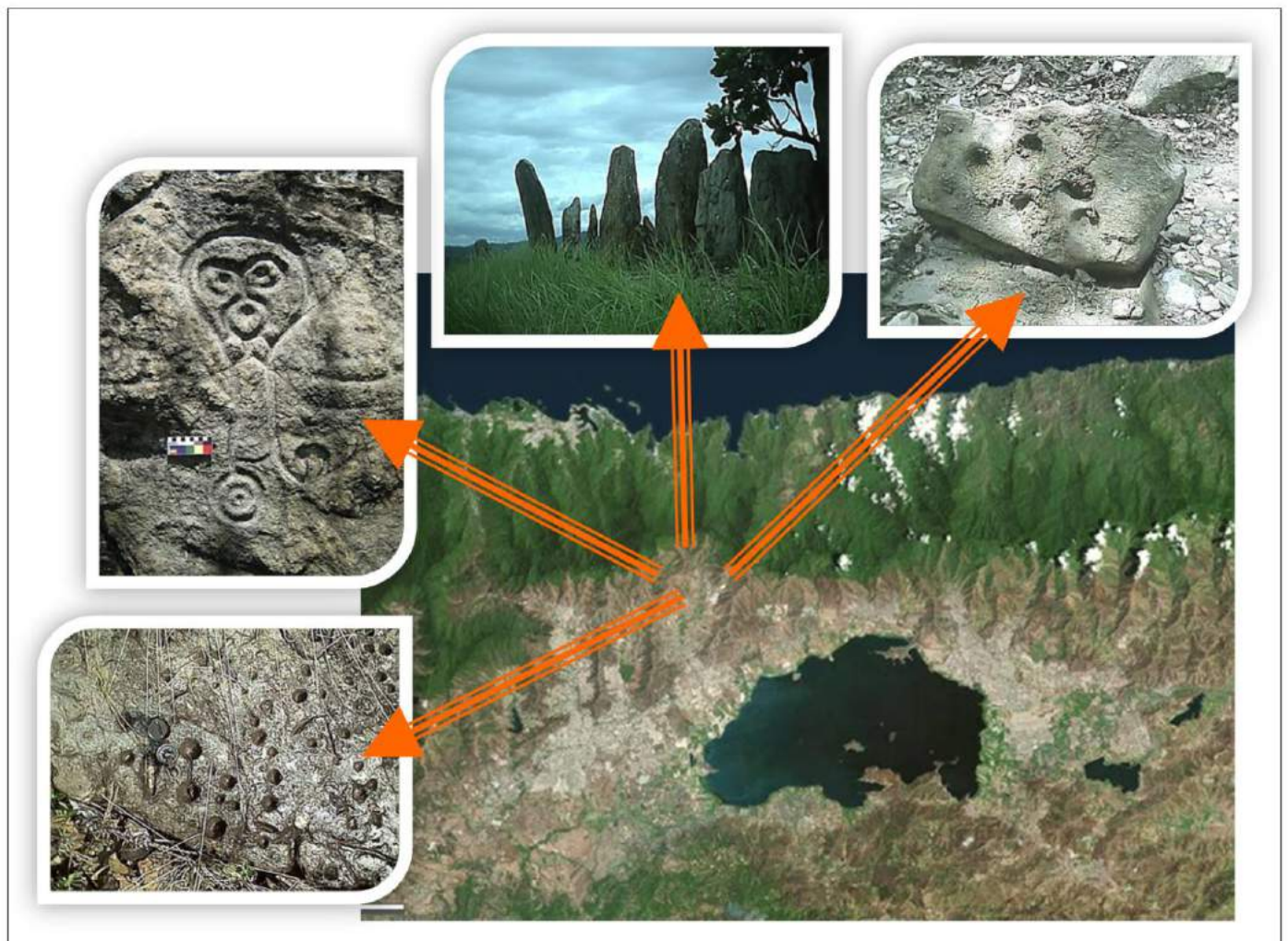
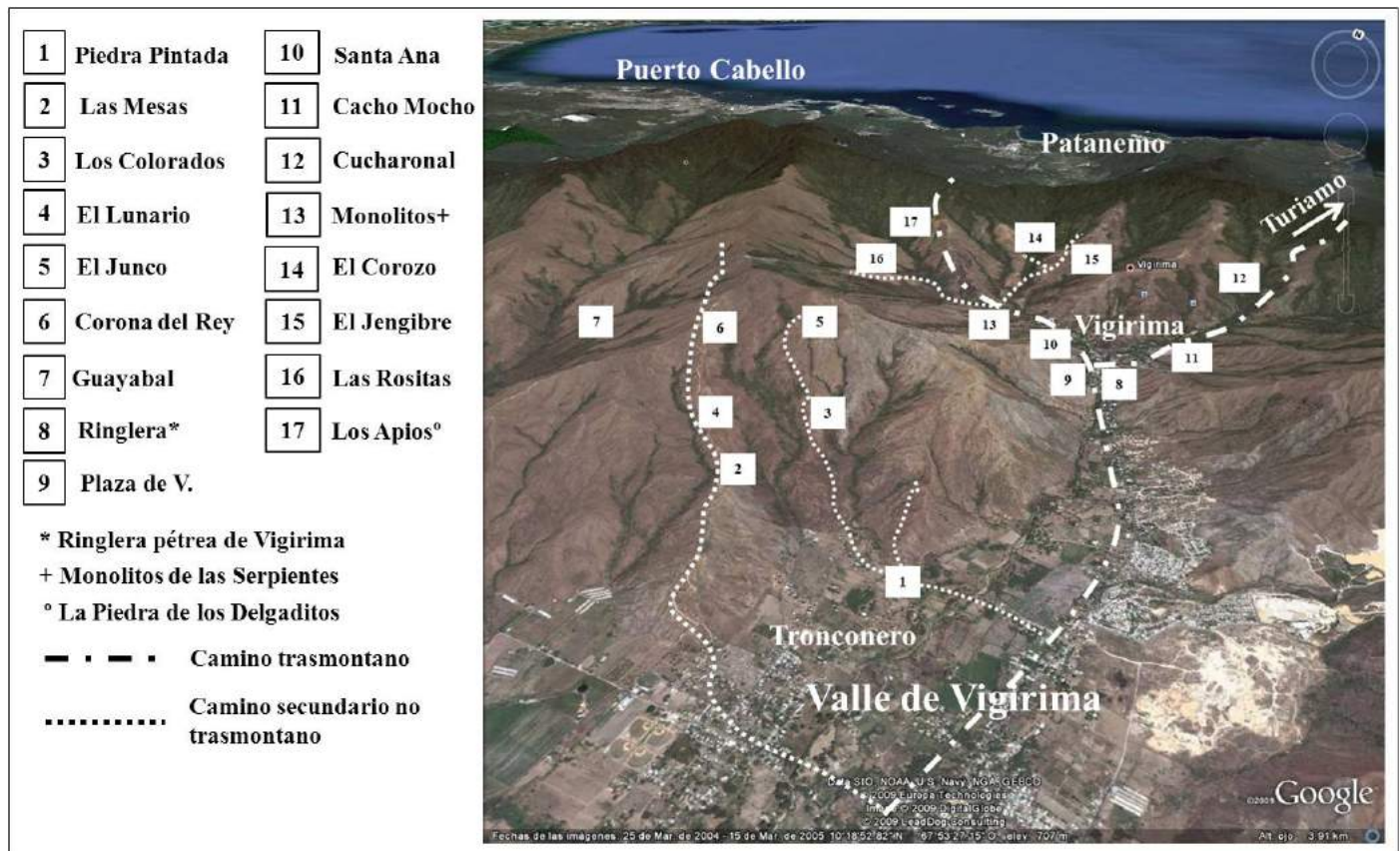


Imagen 1: Manifestaciones rupestres de la sección Occidental del paisaje cordillerano tacarigüense. Fotos e infografía: Leonardo Páez.



Mapa 3: SAR de las montañas de Vigirima posiblemente asociados a antiguos caminos trasmontanos y secundarios. Fuente: Páez, 2016.



Mapa 4: Manifestaciones rupestres de la sección Occidental del paisaje cordillerano tacariguense. Fotos e infografía: Leonardo Páez.

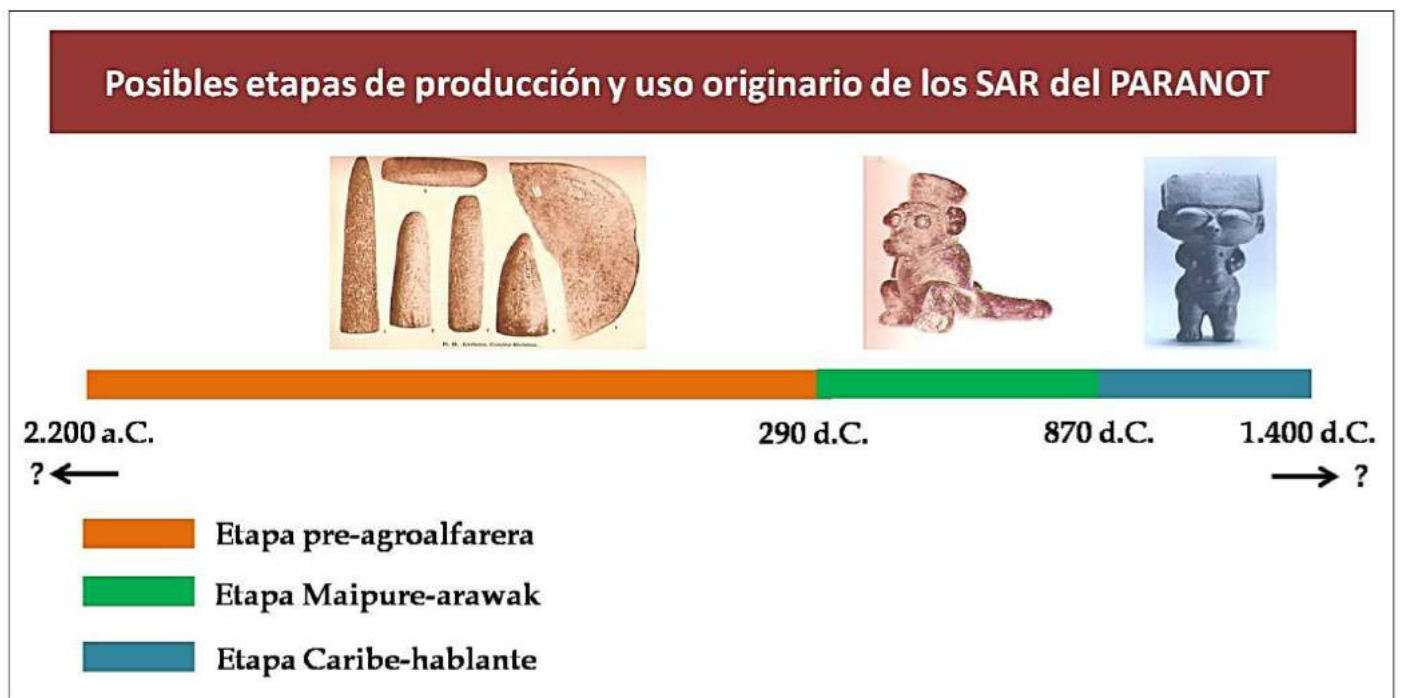


Ilustración 1: Posibles etapas de producción y uso originario de los SAR del PARANOT. Elaboración propia.

disponibles, se pueden ubicar tentativamente tres períodos en que originariamente los diferentes SAR del PARANOT se habrían (re)construido, (re)utilizado y/o (re)interpretado, a saber: 1) el pre-agroalfarero (2.200 a.C.- 20 d.C.); 2) el Maipure-Arawak (20 d.C.- 870 d.C.); y 3) el Caribe-hablante (870 d.C.- 1.400 d.C., sin descartar una continuidad

en la época Colonial) [ilustración 1]. Serían entonces 3.600 años de posible manufactura, uso y función social originario de los SAR del PARANOT, asociados a los constantes cambios socio-históricos producto de sucesivos procesos de ocupación y la dinámica de las relaciones interétnicas inter e intra regionales surgidas en la

región tacarigüense durante la época Precolonial (Zucchi, 1985; Tarble, 1985; Oliver, 1989; Rivas, 2001; Herrera, 2009). Esta presunción inicial podría sustentarse en la variedad de signos y de tipos de surco observables en los petroglifos (imagen 2), pues explicarían la presencia de disímiles formas de concebir la manufactura de estos objetos durante los diferentes estadios temporales así como la factible variedad de autores y, por extensión, probablemente también en las intencionalidades y en los contenidos simbólicos.

En relación con la filiación cultural de los materiales rupestres, y de acuerdo a los modelos interdisciplinarios de poblamiento en los que se plantean los orígenes ancestrales de los troncos lingüísticos Maipure-Arawak y Caribe de la Costa y su arribo a la región tacarigüense (Zucchi, 1985; Tarble, 1985; Oliver, 1989), el PARANOT puede entenderse como la continuidad de una forma de expresión cultural propia de la región amazónica, pese a un posible origen pre-agroalfarero y a la distancia geográfica y generacional que separan tanto a las regiones como a los grupos sociales implacados (mapas 5 y 6). La hipotética filiación

cultural amazónica de la mayoría de las manifestaciones rupestres del PARANOT trae a la palestra la posibilidad de que el arte rupestre de una vasta extensión perteneciente a las tierras bajas del Norte de Suramérica, incluyendo la región insular caribeña - en la que los estudios arqueológicos ubican los procesos de migración y ocupación Arawak y Caribe -, ostenten un origen ancestral común.

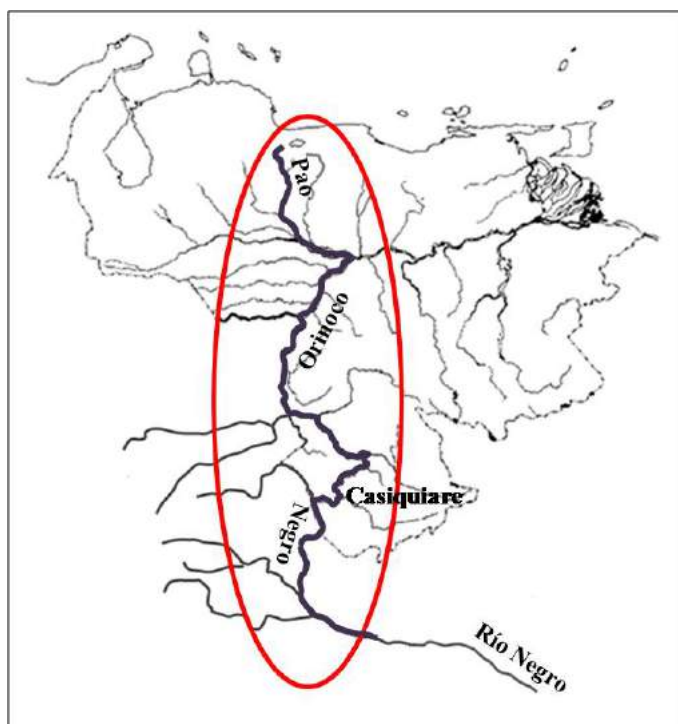
4. El PARANOT durante la época Colonial (1499 d.C. - 1810 d.C.)

Tomando en cuenta lo complejo que resulta la construcción de un discurso de incuestionable validez respecto al estatus social y cultural del PARANOT durante la época Colonial, debido a la ausencia de datos directos que den cuenta siquiera de la existencia del material rupestre en el contexto tacarigüense u otra región Norte-costera venezolana, pudiera plantearse tentativamente el desenvolvimiento de uno o varios de estos escenarios:

1) desconocimiento de los indígenas de la existencia de los SAR;

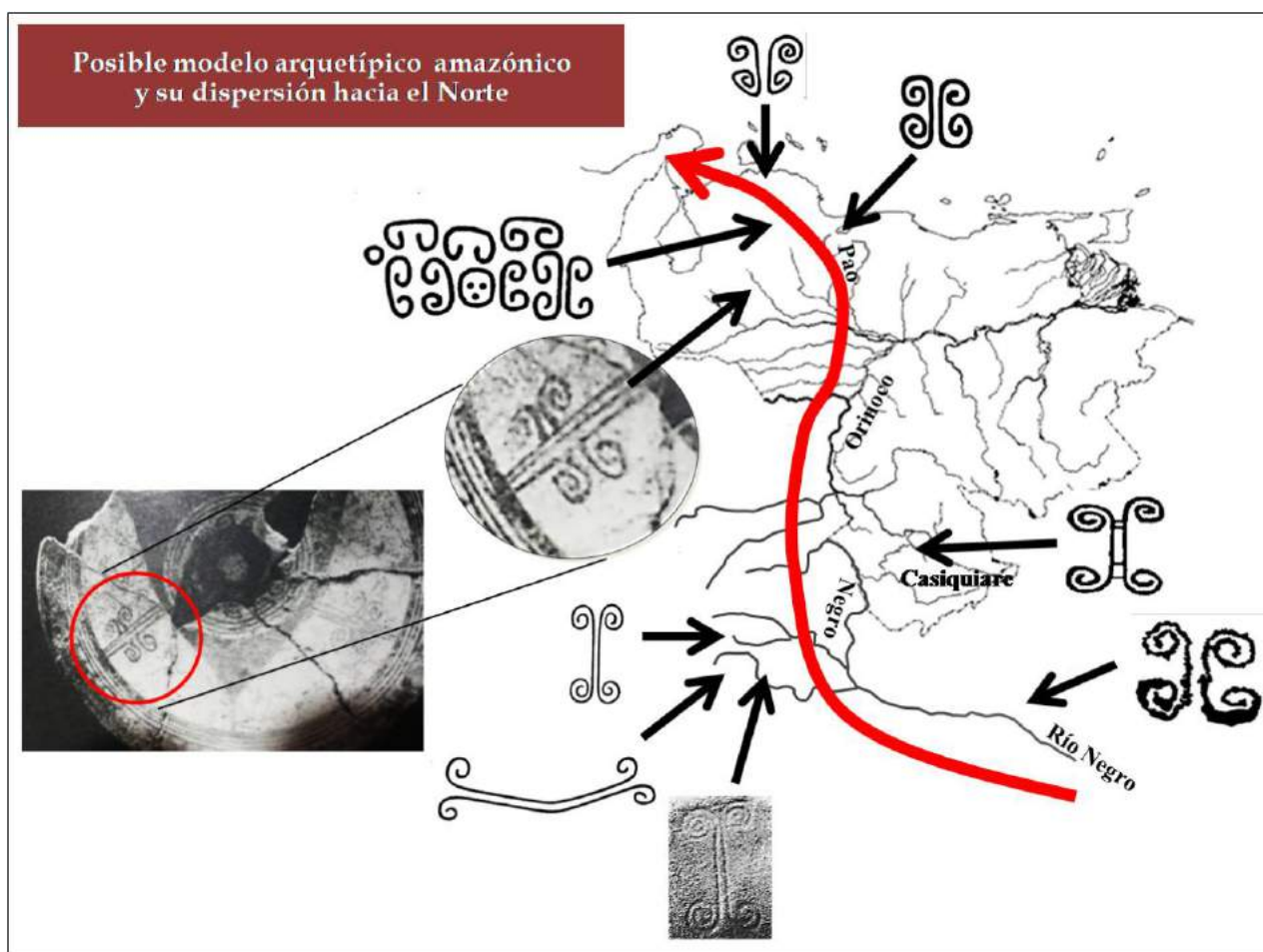


Imagen 2: Algunos tipos de surco en diseños de petroglifos del PARANOT. Izquierda: diseño ubicado en el SAR La Cumaquita, municipio San Diego, estado Carabobo. Derecha: diseño localizado en el SAR La Corona del Rey, municipio Guacara, estado Carabobo. Foto e infografía: Leonardo Páez.

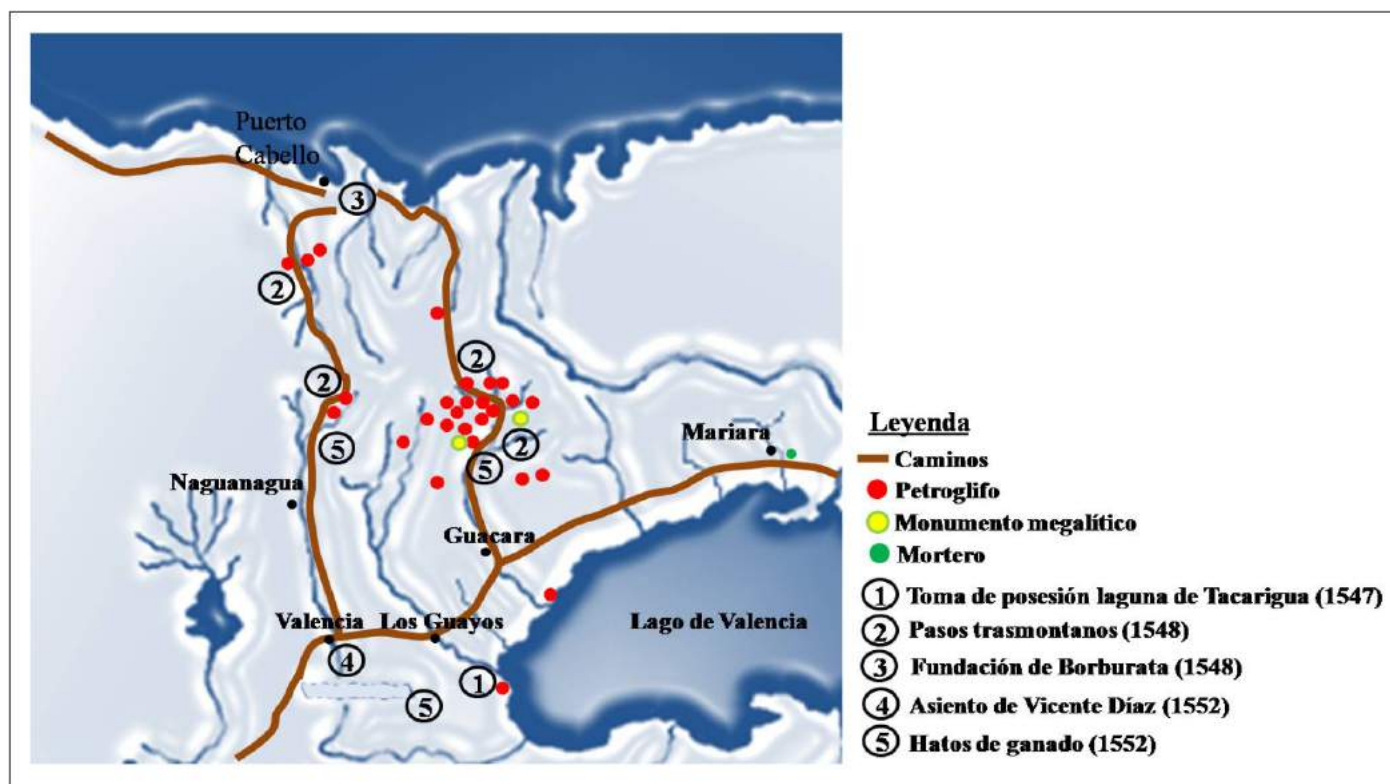


Mapa 5: Vía fluvial Negro-Casiquiare-Orinoco-Apure-Portuguesa-Pao, señalada por la arqueología como una de las rutas migratorias utilizadas por los colectivos étnicos de la Amazonía para arribar a la región tacarigüense. Elaboración propia sobre mapa de Tarble (1985).

2) desconocimiento de los europeos de los SAR;
 3) conocimiento de los SAR entre los indígenas pero sin ninguna significación social o ausencia de actividades colectivas dignas de documentar; 4) conocimiento de los SAR entre los indígenas con pervivencia de imaginarios y/o actividades que no fueron percibidas y/o documentadas por los europeos; o 5) conocimiento de los SAR entre los europeos pero no documentado en su oportunidad. La total omisión de datos en los documentos coloniales, permite suponer la inoperatividad social del PARANOT o su poca importancia o significación entre los grupos indígenas tacarigüenses del siglo XVI, aún a sabiendas de la existencia de las manifestaciones rupestres de sus predios. Tal presunción pudiera sustentarse en las oportunidades que habrían tenido los europeos de captar, observar y/o conocer el contexto social aborígen a raíz de su vinculación en momentos más o menos intactos de supervivencia de sus costumbres y modos de expresión cultural, lo que



Mapa 6: Por la ruta fluvial Negro-Casiquiare-Orinoco-Apure-Portuguesa-Pao posiblemente se movilizaron desde la cuenca amazónica hacia el Norte algunos signos presentes en el arte rupestre y en la alfarería precolonial, como la denominada "doble espiral invertida", traída a colación en la gráfica. La pieza cerámica observada corresponde a un plato con pedestal de la Serie Osoide rescatado en el Fundo La Betania, estado Barinas (fuente: Arroyo, Blanco y Wagner, 1999). Fuente de los diseños rupestres: Koch-Grünberg (1907), De Valencia y Sujo Volsky (1987), Ortiz y Pradilla (2002) y Valle (2012). Elaboración propia sobre mapa de Tarble (1985).



Mapa 7: Hitos históricos del siglo XVI asociados al PARANOT. Fuente: Páez, 2016.

tendría su cenit en el momento que se sucedieron los repartimientos y la reducción indígena al régimen de encomienda, precisamente cuando se debió haber producido un contacto más estrecho a raíz de asignársele a los recién llegados la responsabilidad de velar por su adoctrinamiento (Briceño, 1943; Ponce y Vaccari, 1980; Castillo, 2002; Cubillán, 2004). Pero además, acaso también se evidencie en el uso consuetudinario europeo de los caminos trasmontanos del PARANOT a partir de la segunda mitad del dieciseiseno siglo, con lo cual habrían tenido la oportunidad de avistar, observar y/o detallar trazas de uso y operatividad de los SAR aledaños a estas sendas, asunto que sin embargo los documentos no explicitan (mapa 7).

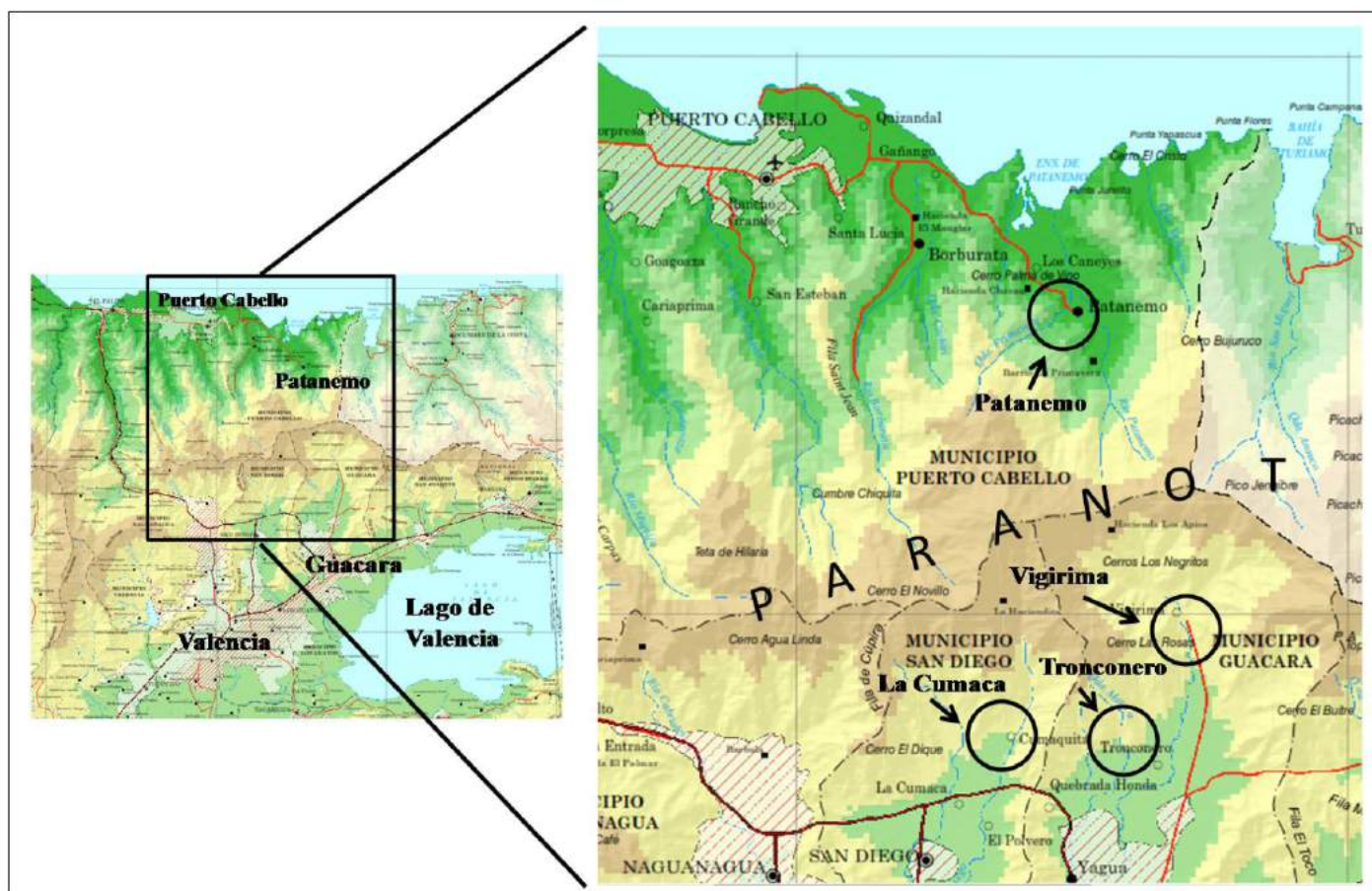
A pesar de la inadvertencia de operatividad social del PARANOT entre los grupos aborígenes del dieciseiseno, los datos etnográficos colectados en los siglos XVIII y XIX en otras regiones venezolanas permiten no descartar la pervivencia de ciertos referentes que, de alguna manera, quizá le otorgaban un sentido o valor dentro del contexto social de la época Colonial. Tal vez la existencia de imágenes y estereotipos alrededor de los SAR del PARANOT estaría estrechamente vinculada al conocimiento mismo de su presencia en el paisaje,

investido éste de una connotación mítica, tal vez agorera, como sucedería entre los grupos aborígenes que habitaban la región de la cuenca orinoquense y guayanesa durante el tiempo aludido, algunos de filiación Caribe, por tanto emparentados lingüística y culturalmente con los pobladores tacarigüenses que hicieron contacto y convivieron con los conquistadores y colonizadores europeos (Humboldt, 1969; Schomburgk R., 1841; Schomburgk M.R., 1922 [1847]; Im Thurn, 1883).

5. El PARANOT durante la época Republicana (1.810 d.C. - 1.950 d.C.)

La posible subsistencia de imaginarios colectivamente compartidos y culturalmente emparentados a la ancestral cultura indígena tacarigüense durante la época Colonial y Republicana, pudiera evidenciarse en los datos preliminares colectados entre los habitantes actuales de ciertas comunidades insertas en el PARANOT (mapa 8). En efecto, el trabajo etnográfico realizado entre estos avecindados - (posiblemente descendientes mestizos de pobladores cuyos orígenes se remontan a tiempos tempranos de la historia regional) deja al descubierto la presencia de cierta memoria acerca

⁶ En el municipio San Diego, al Suroeste del PARANOT.



Mapa 8: Comunidades del PARANOT consideradas en el trabajo etnográfico: La Cumaca, Tronconero, Vigirima (vertiente Sur cordillerana) y Patanemo (vertiente Norte). Elaboración propia sobre mapa del Instituto Geográfico de Venezuela Simón Bolívar (www.igvsb.gob.ve).

de una ascendencia aborígen así como de cierta huella indígena en la valoración actual de algunos SAR.

Tal situación se hizo evidente en el caso de la comunidad La Cumaca⁶, donde se colectó la creencia, mantenida hasta mediados del pasado siglo, sobre la existencia de seres inmateriales (los denominados espantos y aparecidos) actuando en la llamada Piedra El Altar de la Virgen, una roca con grabados rupestres del SAR La Cumaquita (imagen 3). En efecto, este sitio se consideró entre los lugareños un lugar fatídico del cual había que cuidarse de sus nefastos influjos, una valoración que recuerda enormemente las observaciones realizadas entre comunidades indígenas guayanesas por algunos de los autores decimonónicos consultados (Im Thurn, 1883). La creencia sobre fuerzas adversas operando en este espacio, acaso represente un aporte y reinterpretación de origen cristiano (el llamado catolicismo popular) de un antiguo imaginario indígena precedente (Ascencio, 2012), asociado éste con la presencia de influjos mágicos operando en

torno a los petroglifos y demás manifestaciones rupestres.

La posible re-significación agorera del SAR La Cumaquita a mediados del siglo XX, incita a no descartar tal situación como una constante para todos los SAR del PARANOT y demás espacios de la región tacarigüense, aunque no se posean datos concretos todavía. En todo caso, se sugiere que la categorización de espacio funesto para los SAR sería un elemento proveniente del mundo simbólico y conceptual que los indígenas tacarigüenses manejaban en torno a estos parajes, quizá vigente a partir de la pérdida de su uso y función social originaria asignada por sus productores-usuarios en algún momento postrero de la época Precolonial.

A su vez, la praxis etnográfica llevada a efecto permitió notar la pervivencia de otros posibles imaginarios indígenas, puesto de manifiesto en relatos como la denominada leyenda del Mojano. En efecto, los testimonios colectados entre los vecinos más longevos de la comunidad de Tronconero⁷ dan cuenta de la creencia, conservada aún en la actualidad, sobre la existencia de

⁷ En esta localidad se ubican cinco SAR, entre ellos el de Piedra Pintada, uno de los sitios emblemáticos del arte rupestre venezolano (cfr. Páez, 2011).

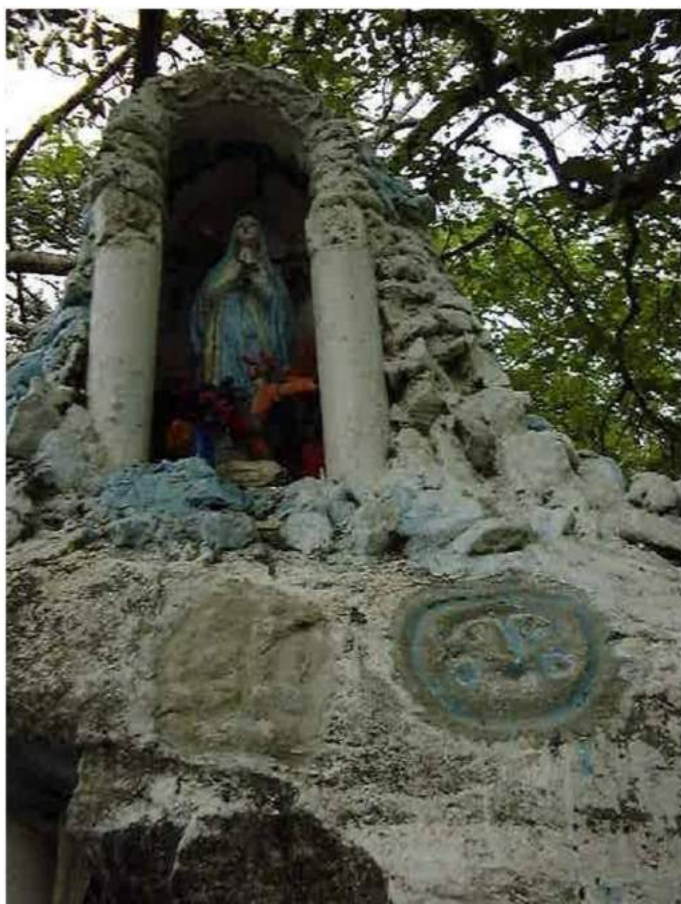


Imagen 3: Vista parcial de la roca conocida como "Piedra El Altar de la Virgen". SAR La Cumaquita, municipio San Diego, estado Carabobo. Nótese el nicho donde reposa una imagen escultórica de la virgen de Lourdes, exactamente arriba de unos grabados rupestres. Foto: cortesía Marta de Araujo (2004).

individuos (Mojanos) con capacidad de transmutarse en felino u otorgar salud o enfermedad por medio de plantas y oraciones. Esta particularidad recuerda enormemente los poderes atribuidos a los piaches indígenas, tal como lo describe el gobernador Juan de Pimentel en la segunda mitad del siglo XVI (En Arellano, 1964), así como a entidades zoomorfas insertas en el imaginario aborígen que pueden adoptar también la forma humana (Perrin, 1993). El atributo siniestro o demoníaco hacia la figura del Mojanos, probablemente originado a partir del carácter peyorativo con que la iglesia católica envistió a las prácticas religiosas aborígenes, acaso fungiría de elemento probatorio para establecer analogías entre dicha figura y el piache. Un dato importante que permitiría afianzar aún más esta presunción, se encuentra en el hecho del poder de transmutación con que los testimonios envisten a este personaje, como el de convertirse en felino (Ídem.).

Por su parte, otras valoraciones tradicionales hasta hace poco practicadas en las comunidades del

PARANOT-con posibles elementos que sugieren cierta continuidad con el pasado indígena de la región-, saldrían a la luz con el trabajo etnográfico realizado. En tal sentido se pueden mencionar algunas referencias al trasiego trasmontano para el intercambio de bienes entre costa y lago (incluida la sal como bien trocado), la producción de alfarería con técnicas y formas tradicionales, ciertos topónimos de origen indígena o que pudieran tener equivalente en lengua indígena o el reconocimiento de la ancestralidad aborígen, por ejemplo.

6. Consideraciones finales

De manera sucinta se ha puesto sobre la palestra un cuerpo de ideas tentativo referido al estatus social y cultural del PARANOT a través de un espacio temporal de cuatro mil años. Pareciera que ciertas actitudes no cesaron con la desaparición de sus creadores y usuarios originarios, ni de su mundo social y cultural ni el propósito de su elaboración, sino que permanecieron en el tiempo, llegando incluso a la época actual. Eso sí, con las transformaciones inevitables que ocasionaron siglos de coexistencia y fusión de las comunidades originarias con los otros componentes pobladores. Las relaciones diacrónicas de este espacio con su entorno social, sean o hayan sido de carácter funcional, sacro, agorero, mnemónico, de temor o respeto, desidia o desdén, de admiración, patrimonial, entre otras, se muestran interesantes de examinar, pudiendo formar parte de futuras pesquisas, especialmente porque la desmedida transformación urbana y demográfica de la región tacarigüense amenaza simultáneamente tanto su estado físico como la memoria oral de las comunidades que moran en sus alrededores. Aunque con el presente trabajo se procura visibilizar este valioso legado, la cantidad de trabajo por hacer y el envejecimiento y desaparición de los moradores con mayor cúmulo de información, hacen perentorio continuar esta labor.

Bibliografía

- Antczak, M. M. y Antczak, A. (editores) 2007. *Los mensajes confiados a la roca. Sobre el inventario de petroglifos de la Colonia Tovar de Peter Leitner*. Editorial Equinoccio. Caracas.
- Arellano M., A. (compilador), 1964. *Relaciones geográficas de Venezuela*. Academia Nacional de la Historia. Caracas, Venezuela.

- Ascencio, M., 2012. De que vuelan, vuelan. Imaginarios religiosos venezolanos. *Colección Trópicos*, # 98. Editorial Alfa. Caracas, Venezuela.
- Briceño I., M. (Ed), 1943. *Actas del cabildo de Caracas*, Tomo I 1573 - 1600. Consejo Municipal del Distrito Federal. Editorial Élite. Caracas.
- Castillo L., L., G., 2002. Nortemar Aragüeno, las querencias de azul y oro. *Noticias coloniales de Choroni, Chuao y Zepe*. Tomo I. Academia Nacional de la Historia. Caracas.
- Cruxent, J. M., Rouse, I., 1982 [1958]. *Arqueología cronológica de Venezuela*, volumen 1. Ernesto Ermitano Editor. Caracas.
- Cubillán, L., 2004. Un nuevo capítulo sobre la historia de la Nueva Valencia. En: *La historia oculta de Valencia*. Edición aniversario del Diario Notitarde, 9 de agosto de 2004. Valencia, estado Carabobo, pp. 6-8.
- Decarli R., F. 2008. Estado Carabobo. En: *Geo Venezuela*, tomo 5: Geografía de la división político territorial del país. Fundación Empresas Polar, pp. 684-715.
- González Náñez, O. 1980. *Mitología Warekena*. Editorial Monte Ávila. Caracas.
- Guevara D., J. M., 1983. *Geografía de las regiones Central y Capital*. Editorial Ariel-Seix Barral Venezolana. Caracas.
- Herrera M., E., 2009. *Una reevaluación de la serie Valencioide*. [Resumen en línea]. Trabajo de Grado presentado como requisito parcial para optar al Título de Magíster Scientiarum en Antropología, no publicado. Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas, Centro de Estudios Avanzados. Caracas. Disponible: https://www.academia.edu/3012095/Una_reevaluaci%C3%B3n_de_la_Serie_Valencioide [Consulta: 2014 febrero 15].
- Humboldt, A. de, 1969. *Alejandro de Humboldt por tierras venezolanas*. Fundación Eugenio Mendoza. Caracas.
- Im Thurn, E. F., 1883. *Among the Indians of Guiana*. [Libro en línea]. Kegan Paul, Trench, & CO. Londres. Disponible: <https://archive.org/details/amongindiansgui00thurgoog> [Consulta: 2015, marzo 23].
- Jaimes Ramírez, A. 2011. *El pensamiento religioso y sus manifestaciones en los habitantes del Noroeste del estado Táchira*. Trabajo presentado para optar al grado de Magister Scientiae en Etnología Mención Etnohistoria. Universidad de Los Andes. Mérida.
- Martínez C., D. M., 2012. *Lineamientos para la gestión patrimonial de sitios con arte rupestre en Colombia como insumo para su apropiación social*. [Tesis en línea]. Trabajo de Grado para optar al título de Magíster en Patrimonio Cultural y Territorio. Pontificia Universidad Javeriana, Facultad de Arquitectura y Diseño. Bogotá, Colombia. Disponible: <https://repository.javeriana.edu.co/handle/10554/3585> [Consulta: 2015, febrero 10].
- Morón, C. 2007. *Piedras Vivas en Falcón*. Universidad de Los Andes, Universidad Nacional Experimental Francisco de Miranda. Mérida.
- Navarrete, R. 2013. Payara ancestral: la historia indígena originaria a través de los petroglifos de Candelaria (Ciudad Bolívar). En: Banko, Catalina y / Eggers, María Alejandra (Compiladoras). *Las ciencias sociales: perspectivas actuales y nuevos paradigmas*. [Libro en línea]. Universidad Central de Venezuela. Facultad de Ciencias Económicas y Sociales. Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales "Dr. Rodolfo Quintero". pp. 316-359. Disponible: <https://antropologiacaruaio.files.wordpress.com/2011/09/las-ciencias-sociales-perspectivas-actuales-y-nuevos-paradigmas.pdf> [Consulta: 2015, enero 13].
- Oliver, J., 1989. *The archaeological, linguistic and ethnohistorical evidence for the expansion of Arawakan into Northwestern Venezuela and Northeastern Colombia* [Resumen en línea]. Trabajo final para optar al grado de doctor of philosophy in anthropology. University of Illinois. Urbana, Illinois, Estados Unidos de América. Disponible: <https://www.ideals.illinois.edu/handle/2142/23502> [consulta: 2014, agosto 15].
- Páez, L. 2016. *Arte rupestre de la región Noroccidental de la cuenca del lago de Valencia. Un acercamiento desde la arqueología, la etnohistoria y la etnografía*. s/p. Trabajo presentado para optar al grado de Magister Scientiae en Etnología Mención Etnohistoria. Universidad de Los Andes. Mérida, Venezuela.
- Páez, L., 2011. *Piedra Pintada y la gestión sustentable del patrimonio arqueológico*. [Documento en línea]. Disponible: <http://tacariguarupestre.blogspot.com/2011/04/piedra-pintada-y-la-gestion-sustentable.html> [Consulta: 2009, diciembre 8].
- Perrin, M., 1993 [1980]. *El camino de los indios muertos. Mitos y símbolos guajiros*. 3ra. Edición. Monte Ávila Editores Latinoamericana. Caracas, Venezuela.
- Ponce, M., Vaccari de V., L. (comp.), 1980. *Juicios de Residencia en la provincia de Venezuela II*. Juan Pérez de Tolosa y Juan de Villegas. Academia Nacional de la Historia. Caracas, Venezuela.
- Rivas G., P. J., 2001. Arqueología de los procesos de Etnogénesis y ocupación territorial precoloniales en la Región Norcentral de Venezuela. En: Meneses, Lino y Gordones, Gladys (eds.), *La arqueología venezolana en el nuevo milenio*. CONAC, Museo Arqueológico ULA,

- CIET-GRIAL-ULA. Mérida, Venezuela, pp. 211-233.
- Rivas G., P. J. 1993. Estudio preliminar de los petroglifos de Punta Cedeño, Caicara del Orinoco, Estado Bolívar. En: Fernández, Francisco y Gassón, Rafael (editores). *Contribuciones a la arqueología regional de Venezuela*. Fondo Editorial Acta Científica Venezolana Caracas. Pp. 165-197.
- Sanoja, M., Vargas-Arenas, I., 1999. *Orígenes de Venezuela. Regiones Geohistóricas Aborígenes hasta 1500 d.C.* Fundación V Centenario. Venezuela.
- Schomburgk, M. R., 1922 [1847]. *Travels in British Guiana 1840-1844*. Vol. I. [Libro en línea]. Published by authority. Georgetown, British Guiana. Disponible: <http://www.archive.org/details/richardschomburg01schouoft> [Consulta: 2014, febrero 10]
- Schomburgk, R., 1841. *Reisen in Guiana und am Orinoko. Während der Jahre 1835-1839*. [Libro en línea]. Editorial de Georg Wigand. Leipzig, Alemania. Disponible: <https://books.google.co.ve/books> [Consulta: 2014, febrero 10].
- Sujo Volsky, J. 1987. ...acerca de lo arqueológico en el estudio de los petroglifos. En: de Valencia, Ruby de y Sujo Volsky, Jeannine. *El diseño en los petroglifos venezolanos*. Fundación Pampero. Caracas. Pp. 71-143.
- Tarble, K., 1985. Un nuevo modelo de expansión Caribe para la época prehispánica. En: *Revista Antropológica* núm. 63-64, pp. 45-81. [Revista en línea] Disponible: [http://www.fundacionlasalle.org.ve/userfiles/ant_1985_63-64_45-81\(2\).pdf](http://www.fundacionlasalle.org.ve/userfiles/ant_1985_63-64_45-81(2).pdf) [Consulta: 2011, noviembre 10].
- Tarble, K. y Scaramelli, F. 1993. Una Correlación Preliminar entre Estilos Cerámicos y el Arte Rupestre del Municipio Autónomo Cedeño, Edo. Bolívar, Venezuela. [Artículo en línea]. *XV International Congress for Caribbean Archaeology*, San Juan, Puerto Rico, pp. 581-594. Centro de Estudios Avanzados de Puerto Rico y el Caribe. Disponible: <http://ufdcimages.uflib.ufl.edu/AA/00/06/19/61/00574/15-52.pdf> [Consulta: 2016, noviembre 14].
- Tarble de Scaramelli, K. y Scaramelli, F. 2010. El arte rupestre y su contexto arqueológico en el Orinoco Medio, Venezuela [Documento en línea]. En: Pereira, Edithe y Guapindaia, Vera (Organizadoras). *Arqueologia Amazonica 1*. Museo Goeldi. Belem, Brasil. Pp. 286-315. Disponible: https://www.academia.edu/382441/El_Arte_Rupestre_y_su_Contexto_Arqueol%C3%B3gico_en_el_Orinoco_Medio_Venezuela [Consulta: 2013, febrero 3].
- Vargas Arenas, I. 2010. Análisis del llamado “arte rupestre” en la cuenca del río Caroní desde la perspectiva de género. [Artículo en línea]. *RET. Revista de Estudios Transdisciplinarios*, vol. 2, núm. 1, enero-junio, pp. 55-66. Fundación de Estudios Avanzados, Venezuela. Disponible: <http://artificialwww.redalyc.org/articulo.oa?id=179221238006> [Consulta: 2014, diciembre 7].
- Zucchi, A., 1985. Evidencias arqueológicas sobre grupos de posible lengua Caribe. En: *Revista Antropológica* núm. 63-64. Pp. 23-44. [Revista en línea]. Disponible: [http://www.fundacionlasalle.org.ve/userfiles/ant_1985_63-64_23-44\(1\).pdf](http://www.fundacionlasalle.org.ve/userfiles/ant_1985_63-64_23-44(1).pdf) [Consulta: 2014, febrero 3].



<http://www.pacadnetwork.com/itm/index.php/techne/techne-2018>

eISSN: 2182-9985

Conflitos em torno do patrimônio edificado no Pontal do Paranapanema (Estado de São Paulo – Brasil)

Luís Antonio Barone*

Professor Assistente Doutor; Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; Câmpus de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, Brasil

Artigo submetido em
05/10/2017

Artigo aceite em
12/08/2018

Artigo publicado em
14/09/2018

Palavras-chave:

Patrimônio Edificado; Gestão
Do Patrimônio Cultural;
Paisagens Culturais;

Resumo

Este trabalho analisa as posições e o conflito entre distintos grupos sociais que tomam o patrimônio cultural como arma e arena para seu empoderamento no território do Pontal do Paranapanema (Oeste do Estado de São Paulo), sobretudo a partir do estudo dos casos nos municípios de Álvares Machado e Presidente Venceslau. O estudo busca avaliar o potencial das políticas de proteção patrimonial frente às pressões de atores sociais mais ou menos empoderados. A partir dos inventários de bens e sítios, tombados ou passíveis de tombamento, busca-se compreender a resignificação de lugares e paisagens vis-à-vis sua transformação por interesses, sobretudo imobiliários. A sistematização preliminar dos dados aponta para o conflito entre atores sociais que lutam pela promoção e resignificação do patrimônio edificado e aqueles que têm força suficiente para imobilizar ou contornar os dispositivos legais para se apropriarem de áreas envoltórias, ou para ignorar o valor de bens com interesse social.

1. Introdução

Este trabalho analisa o patrimônio histórico-arquitetônico atualmente tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), órgão ligado à Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo, no oeste paulista, mais especificamente na área abrangida pelo Território Rural/da Cidadania do Pontal do Paranapanema. Inclui-se, também, um patrimônio em processo de inventário e passível de tombamento, igualmente presente na região. A análise foca nos atores e interesses que se mobilizam em torno do processo de tombamento e gestão desses patrimônios. O estudo busca avaliar o potencial das políticas de proteção patrimonial

frente às pressões de atores sociais mais ou menos empoderados. A sistematização preliminar dos dados aponta para o conflito entre atores sociais que lutam pela promoção e resignificação do patrimônio edificado e aqueles que têm força suficiente para imobilizar ou contornar os dispositivos legais para se apropriarem de áreas envoltórias ou para ignorar o valor de bens com interesse social.

2. Paisagem e patrimônio

Os elementos materiais que denotam a ação humana sobre o espaço, bem como seu significado, são constitutivos das paisagens. Esses objetos, embora produção e representação humana, com

* Luís Antonio Barone | labarone@uol.com.br

intencionalidades diversas para além do monumento, são marcas no território que o simbolizam e emolduram a vida dos homens, garantindo-lhes pertencimento, identidade e reconhecimento. Como afirmam Bertrand e Bertrand (2007):

"(...) a paisagem nasce quando um olhar percorre um território. Ao mesmo tempo objeto material e sujeito de representação. Ela é em essência, um produto de interface entre a natureza e a sociedade. Ela é a expressão do trabalho das sociedades humanas sobre a natureza, ao mesmo tempo com e contra esta última. A paisagem então não é apreendida fora de sua dimensão histórica e de seu valor patrimonial. Ela tornou-se um ponto de encontro interdisciplinar privilegiado, em particular entre historiadores e geógrafos. (Bertrand e Bertrand, 2007, p.191).

Segundo Anchuets, Wilshsen e Scheik (2001), a paisagem "é tanto um registro material de padrões de comportamento dentro de contextos ambientais específicos como uma construção simbólica" (Anchuets; Wilshsen; Scheik, 2001, p. 4). Dessa forma, ela resulta das interações dinâmicas entre natureza e cultura, nas quais uma não se sobrepõe à outra. Se todas as ações humanas são movidas por valores (conforme já afirmava Max Weber), estes se materializam no cenário natural, criando paisagens. Como afirma Balée (2008, p. 9), "não podemos entender a paisagem fora das suas relações [tanto] de tempo quanto de espaço". Essa interação dinâmica entre natureza e cultura determina a paisagem, que se modifica com o tempo, embora guardando suas marcas por longos períodos.

Tais marcas, com a evolução das sociedades e de suas técnicas, muitas vezes acabam por perder sua importância mais funcional – como locais de moradia, de produção ou de realização de determinadas práticas – mantendo, no entanto, seu valor de testemunho da ação humana pretérita. Esses testemunhos são recorrentemente reapropriados e ressignificados por diferentes agentes, sempre que estes, em outro tempo e contexto social, buscam reconhecimento e pertencimento. Esse processo, nas sociedades modernas, passa pela assunção do termo patrimônio cultural a uma posição importante nos discursos e práticas de tais agentes, sujeitos da recuperação/valorização do patrimônio. Neste

sentido, a paisagem e, sobretudo, o patrimônio (ou bens culturais, históricos e artísticos) são simultaneamente arenas de disputas e armas para construção de sujeitos políticos. Ou, no dizer de Nora (1997, p. 392), o patrimônio "é muito mais reivindicado que herdado, muito menos comunitário que conflitivo".

Este estudo se volta para a evidência das posições e da confrontação/conflito entre distintos grupos de atores que tomam o patrimônio cultural como arma e arena para seu empoderamento no território do Pontal do Paranapanema (oeste do Estado de São Paulo), sobretudo a partir do estudo de casos nos municípios de Álvares Machado e Presidente Venceslau.

Na busca por reconhecimento e empoderamento, seja frente a outros grupos da mesma região, seja frente a outras regiões e seus grupos hegemônicos, o patrimônio cultural (seja ele material ou imaterial) significa presença duradoura (histórica) desses grupos litigantes, mediante certas práticas, objetos ou construções. Também, ao gerar identidades, coesionam segmentos mais ou menos diferentes, ligando-os pela valorização desse patrimônio e o sentimento de pertencimento (a um território ou a um grupo) dele derivado. No dizer de Poulot (1997, p. 36), "a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e, mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais".

Entende-se o patrimônio como um "conjunto de bens, de natureza material e/ou imaterial, que guarda em si referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos sociais" (Ghirardello; Spisso, 2008, p. 13). Segundo Oosterbeek (2013):

o Patrimônio Cultural incorpora os bens materiais e imateriais e valoriza as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações (artísticas, científicas e tecnológicas), as obras, objectos e documentos, e ainda os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, etc. (Oosterbeek, 2013, p. 3).

Na gestão do patrimônio, diversas abordagens são possíveis e foram ensaiadas nos últimos anos (com destaque evidente para a legislação de proteção e salvaguarda). Porém, poucas iniciativas e/ou propostas circulam pelos espaços acadêmicos e de tomada de decisão que buscam uma visão da gestão

do patrimônio cultural de forma integrada a outras dimensões do desenvolvimento. Nas palavras de Oosterbeeck (2013, p. 28), a “dicotomia entre economia e cultura só serve para impedir sua análise, pois ambas consistem no mesmo fenômeno”. A separação entre ambas gera, ainda segundo o autor, uma segmentação pouco produtiva nas políticas públicas entre políticas de desenvolvimento e políticas de preservação (Oosterbeeck, 2013).

3. A abordagem territorial do desenvolvimento no Brasil e o território do Pontal do Paranapanema

A abordagem territorial para as políticas de desenvolvimento no Brasil tem sua origem em estudos acadêmicos nos anos 1990. Essa tendência, marcada por estudos sobre redes institucionais “que permitem ações cooperativas – que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação – capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade” (Abramovay, 2003, p. 84), foi rapidamente incorporada ao discurso oficial. Tal perspectiva passou a ser recomendada no planejamento do desenvolvimento rural, já a partir da segunda metade da década de 1990.

Na busca por uma operacionalização mais normativa do desenvolvimento rural, Shejtman e Berdegú (2003) indicam o desenvolvimento territorial rural como um processo de transformação do espaço rural com vistas à redução da pobreza e sua melhor dinamização econômica. Apesar de a ênfase ser fundamentalmente na economia, para esses autores está óbvio que o território é uma construção social, na qual se expressam a identidade e o pertencimento – algo coletivamente compartilhado (Schejtman e Berdegú, 2003).

A mudança de governo nas eleições de 2002 fez com que uma discussão, até então sem muita concretização em termos de políticas públicas, efetivamente se materializasse como ação governamental. A chegada de uma coligação de partidos, liderada pelo PT, ao Governo Federal dinamizou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ampliando seus instrumentos de

ação. Então, um conjunto de iniciativas acabou por conformar um campo institucional e ampliou-se o corpo técnico que possibilitou, dentre outras coisas, dar realidade política à abordagem territorial do desenvolvimento rural concebida no período anterior¹.

A priorização regional dos territórios teve por base a atuação do MDA, definindo “territórios rurais” como aqueles territórios nos quais “explicita ou implicitamente” se apresenta a “predominância de elementos rurais”, mesmo compreendendo os espaços urbanizados das “pequenas e médias cidades, vilas e povoados” (MDA, 2004, pg. 10). Para a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, repercutindo, diretamente, reflexões mais ou menos consensuais na academia (Abramovay, 2003; Perico, 2009), a identidade é:

“uma característica do território, relacionando-a com suas origens, com os modos de ocupação do espaço e com o contexto social construído. Definida como um elemento aglutinador, a identidade territorial facilita a construção de um futuro mais solidário e interdependente, onde se reconhece e se valoriza a diversidade, a coesão de princípios, a mediação de interesses e a convergência de dinâmicas sociais, culturais e econômicas” (Brasil, 2011, s/p.).

No Território do Pontal do Paranapanema (extremo oeste do Estado de São Paulo), tem-se, desde 2003, uma tentativa de integração de políticas, com vistas à superação de uma visão setorial. Em seu escopo, o programa Territórios da Cidadania (instituído em 2008), buscou integrar 19 pastas ministeriais, requalificando parte dos Territórios Rurais, ou “Territórios de Identidade”, definidos no início da política territorial do governo Lula da Silva (2003). O Território em questão é composto por 32 municípios inseridos na 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo (Figura1).

A realidade histórico-geográfica do Pontal do Paranapanema apresenta, sem dúvida, grandes desafios para um desenvolvimento sustentável e substantivo. Com uma ocupação que data do final do século XIX, a região revela, em seu histórico fundiário, o mais conhecido caso de grilagem de terras do país (Leite, 1998). Apesar da flagrante

¹ A partir de 2016, paulatinamente, o governo Temer vai desmontando as agências federais ligadas ao desenvolvimento territorial. Cita-se a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em maio de 2016, substituído pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário e, posteriormente, ainda nesse ano, a extinção da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Em 2017, nos primeiros editais de financiamento ligados ao desenvolvimento territorial, não se faz mais menção aos Colegiados de Desenvolvimento Territorial com mediadores de projetos.

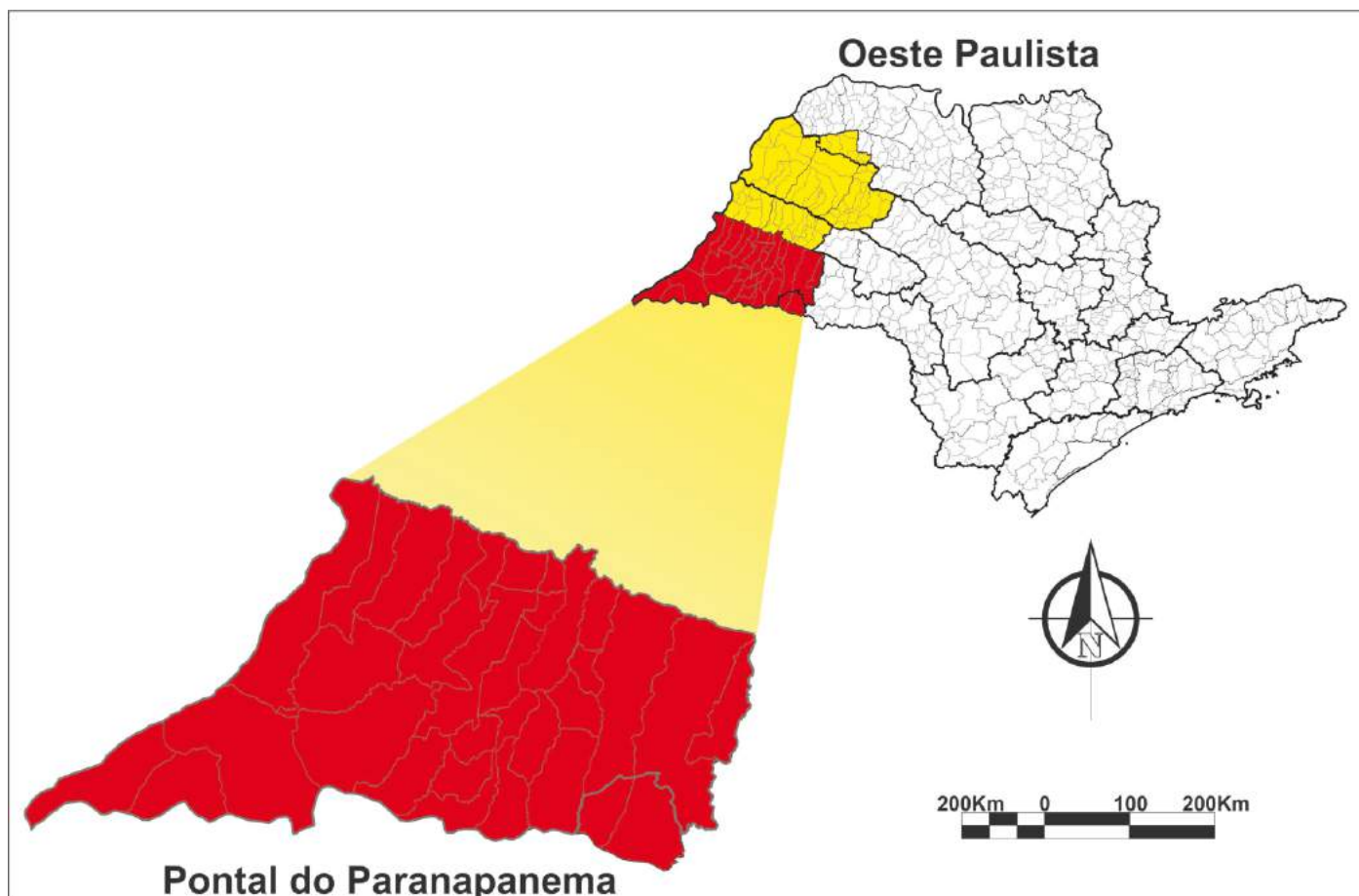


Figura 1: Regiões Administrativas do Oeste do Estado de São Paulo, com destaque para os limites municipais do Território do Pontal do Paranapanema. Fonte: Thomaz Jr. (2007).

irregularidade que cercou a ocupação desse território, seu desenvolvimento econômico sempre esteve diretamente ligado aos empreendimentos agropecuários. Primeiro o café, depois o algodão e, a partir dos anos 1970, a exploração da pecuária extensiva de corte. Mais recentemente, a atividade econômica mais dinâmica no território está ligada à cadeia de produção sucroalcooleira.

Ressalvando pequenas intervenções oficiais, sobretudo através de reassentamentos de população atingida pelo impacto de barragens, a partir dos anos 1990 essa região será palco da mais abrangente iniciativa de assentamento rural do Estado, caracterizando-se, a partir de então, pelos conflitos fundiários e pela forte intervenção do governo estadual na promoção de assentamentos de trabalhadores rurais (Fernandes, 1996). Hoje, o Pontal do Paranapanema é a região do Estado de São Paulo com maior número de assentamentos e de famílias assentadas por reforma agrária (Barone, Ferrante, 2012). Esse território tem mostrado uma dinâmica sociopolítica extremamente rica e complexa em suas interfaces com os processos e

projetos de desenvolvimento regional.

Um representativo grupo de atores (sem-terras, agricultores familiares e assentados, ONGs, Universidades) compõe o Colegiado Territorial do Pontal do Paranapanema – CODETER/PONTAL. Todavia, apesar dos ganhos em discussão, em geral esta não têm como foco a questão do desenvolvimento integrado à cultura, a não ser talvez pelo viés da sua pobreza – argumentando-se sobre a falta de cultura organizativa ou capital social. Registram-se, também, fortes cisões no contexto territorial, opondo aqueles setores sensibilizados pelas temáticas agrária e ambiental e os grupos organizados mais ligados aos poderosos interesses econômicos regionais (pecuaristas-ruralistas e os empresários do setor sucroalcooleiro), que sequer se fazem presentes nos fóruns promovidos pelo Colegiado Territorial.

4. O patrimônio edificado no Pontal e os conflitos em torno dele

Existe, constata-se, uma flagrante desvalorização do patrimônio histórico e cultural na região do Pontal.

Há escassos bens patrimoniais protegidos, revelando um desinteresse dos agentes públicos e da sociedade civil, supostamente porque há uma percepção equivocada de seu valor, já que as cidades têm menos de 100 anos (Hirao; Neres, 2011). Tomando como referência os bens edificados tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), constam, no território do Pontal do Paranapanema, apenas a sede da fazenda Santa Sofia (Presidente Venceslau) e o Cemitério Japonês (Álvares Machado). Além disso, há vários sítios arqueológicos de grupos Guarani e Kaingang, registrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (Faccio, 2016).

No caso do chamado "Mirante" e da casa sede da fazenda Santa Sofia, no município de Presidente Venceslau, o patrimônio tombado é composto pela casa do pioneiro e principal líder político do município da primeira metade do século XX (Álvaro Antunes Coelho), mais uma torre, conhecida como Mirante. Segundo Erbella (2006), o Mirante teria sido originalmente uma torre para catavento que movimentava a bomba de sucção da água do poço da propriedade.

Esse conjunto é representativo do período do café na região, sendo um patrimônio diretamente ligado à elite local (casarão mais torre), símbolo também da força política dos grandes proprietários e grileiros do Pontal do Paranapanema. Antes sede

de uma propriedade rural (a fazenda Santa Sofia), à época do tombamento já estava inserida no tecido urbano de Presidente Venceslau.

Seu processo de tombamento junto ao CONDEPHAAT deu-se em 1991, tendo seus estudos prévios iniciados em 1989 (Nascimento, 2013). Segundo Nascimento (2013), um embate muito específico ocorreu entre o proprietário atual do imóvel tombado e o CONDEPHAAT, tendo como objeto a área envoltória do patrimônio reconhecido. No decorrer da década de 1990, após seguidos procedimentos judiciais, um acordo permitiu que o proprietário – desde que restaurasse os bens tombados – loteasse a área envoltória, objetivo desde o início da pendenga judicial movida pelo herdeiro do falecido coronel. Graças a esse acordo, o Mirante está literalmente "cercado" por condomínios construídos no loteamento (figura 2), o que retira sua possibilidade de melhor apreciação pela população local. Segundo Meneses (2006), a visualização do bem: "implica acesso necessário para a fruição do bem, em particular, dos diversos valores que especificamente tenham sido declarados como razão para a ação protetora do Estado [...] o beneficiário da observação/fruição visual, por certo, não pode ser circunscrito ao morador local, mas deve ampliar-se para todo o cidadão que pratique o espaço em causa" (Meneses, 2006, p. 42).

Além desse bem tombado, no município existe o conjunto da sede e as antigas instalações do



Figura 2: Vista do Mirante da sede da Sta. Sofia (no detalhe, à direita, é visível a distância reduzida entre o bem tombado e o muro do condomínio vizinho). Fonte: o autor (2017).

confinamento bovino do assentamento Primavera, hoje área da reforma agrária (Barone e Oliveira, 2014). A realidade mostra que os sujeitos em questão - os assentados - buscam apropriar-se deste patrimônio, cuja ambiência precária, revela conflitos entre agentes de maior ou menor consciência da importância histórica e/ou cultural dos referidos patrimônios. É nesse sentido que as edificações adquirem outras finalidades que não aquelas originais, dentro da dinâmica da temporalidade da paisagem. Na maioria das vezes, as edificações tornaram-se obsoletas e, até mesmo, impróprias para uso (Barone e Oliveira, 2014).

A concorrência do poder público, agindo na recuperação desses espaços é fundamental, já que ganha evidência, então, a noção arquitetônica de refuncionalização, compreendida a partir da união entre o passado e o futuro, onde as formas são mantidas e as funções são renovadas ao longo do tempo, de acordo com a intencionalidade e o momento histórico (Ferreira, 2011).

No Assentamento Primavera, a antiga sede da fazenda foi reformada para abrigar uma escola municipal (Figura 3), refuncionalizando essas

instalações. No entanto, o imenso patrimônio produtivo, herança da antiga fazenda de criação de gado de corte, não logrou o mesmo tratamento, ainda que assentados e a Prefeitura (ao menos na gestão que reformou a escola) tentassem a viabilização de um projeto por parte do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), órgão responsável pelo assentamento. Essas instalações produtivas, depredadas antes da instalação do Projeto de Assentamento, hoje são testemunho da falta de um maior apoio econômico a esses empreendimentos da reforma agrária (Figura 4).

No caso do Município de Álvares Machado, sua origem remonta a 1916, quando pioneiros chegaram à localidade denominada “Brejão”, desmembrada da Fazenda Pirapó - já na época, reconhecida como uma gigantesca gleba de terras griladas (Leite, 1999).

No país desde 1908, os imigrantes japoneses chegaram em grande número ao “Brejão”, adquirindo terras ali desde 1918 – mesmo antes da ferrovia ser concluída. Esse processo teve importância ímpar na configuração de Álvares Machado. Segundo uma pesquisadora desse



Figura 3: Imagens da sede do Assentamento Primavera convertida em escola Municipal. Fonte: Arquivo do grupo de pesquisa Nupedor-GEPEP (FCT/Unesp).



Figura 4: Imagens do confinamento de gado (PA Primavera). Fonte: Arquivo do grupo de pesquisa Nupedor-GEPEP (FCT/Unesp).

processo: [...] a estrutura fundiária do município de Álvares Machado se difere dos demais municípios do Pontal do Paranapanema e da região Oeste de São Paulo, pois a presença do imigrante japonês possibilitou que a terra fosse vendida em pequenos e médios lotes (Bomtempo, 2007, p.7).

Nos primeiros anos de colonização no Brejão, uma epidemia vitimou muitos colonos imigrantes. Como o único cemitério da região ficava distante mais de 15 quilômetros, os colonos compraram uma área comunitária, onde construíram um cemitério e uma escola da comunidade - instalação que faz parte do conjunto arquitetônico do cemitério japonês² (Miyashita, 1968).

Pouco tempo depois da abertura do cemitério em 1919 (Takenaka, 2003), sentiu-se a necessidade de realizar-se uma celebração aos mortos, ritual tradicional no Japão. Em 1921, celebra-se o Shokonsai – “convite às almas” em japonês (Miyashita, 1968), realizado todos os anos, exclusivemente no período da 2ª Guerra Mundial, devido às restrições civis impostas aos imigrantes japoneses no Brasil. O “ohaka” (cemitério em japonês) funcionou de 1919 até 1943, quando foi fechado pelas autoridades machadenses por orientação do governo brasileiro. No total, foram enterrados ali 784 mortos (Takenaka, 2003). Após o término da 2ª Guerra, mesmo com o cemitério desativado, o Shokonsai voltou a ser celebrado, tornando-se uma

efeméride em Álvares Machado, até mesmo pela importância de sua comunidade nissei (Figura 5).

Sendo um dos únicos cemitérios exclusivos da colônia japonesa da América do Sul (há outro no Peru), o cemitério japonês foi tombado pelo CONDEPHAAT em 1980, após mobilização da comunidade nissei de Álvares Machado.

A construção da nova capela budista, na verdade uma reivindicação e melhoria que a comunidade nissei de Álvares Machado demandava, na medida em que ocorreu após o processo de tombamento, foi, num primeiro momento, vista como depredação e intrusão ao patrimônio protegido (Nascimento, 2009). No entanto, além do péssimo estado de conservação da antiga construção – em madeira – a nova capela atende melhor os requisitos para a realização de um culto budista como hoje se pratica no Brasil. Depois de uma troca de correspondência ríspida entre CONDEPHAAT e comunidade, o órgão reconhece que o patrimônio cultural em tela é dinâmico e tem uma vida que deve ser respeitada. Assim, nenhuma sanção foi aplicada aos detentores da propriedade do cemitério – eles mesmos descendentes de imigrantes japoneses.

Conclusão

No contexto deste estudo, pode-se afirmar que o oeste paulista também é palco de lutas por reconhecimento e pertencimento que são, por sua

² Segundo Miyashita (1968), a primeira escola também foi erigida em 1919.



Figura 5: Imagem do cemitério Japonês de Álvares Machado. Fonte: Arquivo do Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudo da Paisagem – LAG (FCT/Unesp).

vez, atravessadas por distintas dimensões da gestão patrimonial. A paisagem, antes experimentada apenas como monumento da história local/regional, passa a incorporar, agora, contornos mais explicitamente políticos, conforme apresenta Nora (1997), através do debate sobre gestão patrimonial – mesmo que muito mais por parte de atores sociais e municípios em particular do que das forças mais dinâmicas do território como um todo, bem como em seus colegiados mais amplos.

A sistematização preliminar dos dados aponta para o conflito entre atores sociais que lutam pela promoção e ressignificação do patrimônio edificado e aqueles que têm força suficiente para imobilizar ou contornar os dispositivos legais para se apropriarem de áreas envoltórias ou para ignorar o valor de bens com interesse social.

Bibliografia

- Abramovay, R., 2003. O Futuro das Regiões Rurais. P. Alegre, EdUFRGS.
- Anschuetz, K. F.; Wilshusen, R. H.; Sheich, C. L., 2001. Na Archaeology of Landscapes: Perspectives and Directions. *Journal of Archaeological Research*, vol. 9, n. 2, pp.157-211.
- Balée, W., 2008. Sobre a Indigeneidade das Paisagens. *Revista de Arqueologia*, 21, n. 2.
- Barone, L.A.; Ferrante, V.L.S.B. Assentamentos rurais em São Paulo: estratégias e mediações para o desenvolvimento. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 55, no 3, 2012, pp: 755-785.
- Barone, L.A.; Oliveira, F.H.F. 2014. Os assentamentos de reforma agrária e a refuncionalização de estruturas arquitetônicas rurais: um estudo de caso no Pontal do Paranapanema. *Retratos de Assentamentos*, v. 17, p. 93-116.
- Bomtempo, D. C. 2003. Os sonhos da migração: um estudo dos japoneses e seus descendentes no município

- de Álvares Machado – SP (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente, FCT/Unesp.
- Bertrand, G.; Bertrand, C. 2007. Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. (Organizador: Messias Modesto dos Passos) Maringá, PR: Editora Massoni.
- Brasil - Governo Federal. 2010. Ministério do Desenvolvimento Agrário /Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Brasília: MDA/SDT. Acesso em: 17 jun. 2016. Disponível em: < http://sge.mda.gov.br/sge/doc/SGE_documento_referencia.pdf >.
- Erbella, I., 2006. Rabiscos Históricos de Presidente Venceslau. P. Venceslau, EAG Pedriali.
- Faccio, N. B. 2016. O Estudo dos sítios arqueológicos do Oeste Paulista. Relatório de campo.
- Fernandes, B. M. 1996. MST: formação e territorialização. S. Paulo, Hucitec.
- Hirao, H.; Neres, R. M. 2013. Arquitetura e paisagem: Niemeyer, Mendes da Rocha e Siza/ forma singular, gesto e ação poética. Tópos (UNESP. Presidente Prudente), v. 7, p. 129-143.
- Ferreira, T. 2011. Patrimônio Histórico e refuncionalização de centros antigos: novas funções na zona portuária do Rio de Janeiro. Anais do I Simpósio de Estudos Urbanos: Desenvolvimento Regional e Dinâmica Ambiental. Rio de Janeiro.
- Leite, J.F. 1998. A ocupação do pontal do Paranapanema. São Paulo, Hucitec.
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário., 2004. Atlas dos Territórios Rurais. Brasília, CONDRAF.
- Meneses, U.T.B. 2006. A cidade como bem cultural – áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: Mori, H. et al., (Org.). Patrimônio: atualizando o debate. Brasília, IPHAN.
- Miyashita, R. 1968. Takkon. São Paulo: Editora Paulista.
- Nora, P. 1997. Conclusions des Entretiens IN: Nora, P. (sous La direction de). Science et conscience du patrimoine. Paris: Fayard.
- Poulot, D. 1997. Musée, nation, patrimoine, 1789-1815. Paris: Gallimard.
- Takenaka, M.E.M. 2003. Raízes de um povo: a colônia japonesa de Álvares Machado-SP (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente, FCT/Unesp.
- Nascimento, R.M. 2009. Relações entre o Patrimônio Material e Imaterial: o caso do cemitério japonês. Fênix - Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 6, Ano VI, no. 2.
- Nascimento, R.M., 2013. O patrimônio rural no Oeste Paulista: o tombamento da Fazenda Santa Sofia – 1989-1992. Revista Cultura Histórica e patrimônio. Alfenas/ MG, vol. I, no. 2.
- Thomaz Jr., A. 2007. Agronegócio Alcoolizado e Culturas em Expansão no Pontal do Paranapanema: legitimação das Terras Devolutas/Improdutivas e Neutralização dos Movimentos Sociais. Relatório do Projeto Agronegócio e Conflito pela Posse da Terra em São Paulo: a dinâmica territorial da luta de classes no campo e os desafios para os trabalhadores. FAPESP, Presidente Prudente.
- Perico, R. E., 2009. Identidade e Território no Brasil. Brasília: IICA.
- Ghirardello, N.; Spisso, B. 2008. Patrimônio histórico: como e por que preservar. Bauru, SP: Canal 6.
- Oosterbeek, L. 2013. Do patrimônio ao território: um novo contexto para a arqueologia. In: Cruz, A. R.; Graça, Oosterbeek, L.; Rosina, P. Iº Congresso de Arqueologia do Alto Ribatejo: Homenagem a José da Silva Gomes, Arkeos 34. Tomar, Portugal.
- Oosterbeek, L., 2013. Arqueologia da paisagem em Angola: das materialidades às dinâmicas territoriais. Africana Studia, Edição Do Centro De Estudos Africanos Da Universidade Do Porto, n.º 20.
- Schejtman, A. Berdegué, J. 2003. Desarrollo territorial rural. RIMISP, Santiago/Chile, 54 p.



<http://www.pacadnetwork.com/itm/index.php/techne/techne-2018>
eISSN: 2182-9985

Sistema de ocupação Guarani no Vale do Rio Paranapanema: Município de Iepê, SP.

Neide Barrocá Faccio*

Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil

Rua José Tarifa Conde, n. 368, Vila Santa Isabel, Presidente Prudente, SP, Brasil, CEP: 19020-540

Contato: 18-32223856 / 18-997033146

Artigo submetido em

05/10/2017

Artigo aceite em

15/08/2018

Artigo publicado em

14/09/2018

Resumo

A fim de contribuir para o conhecimento da ocupação Guarani no Município de Iepê, Estado de São Paulo, Brasil, ocupado no período de 700 a 900 antes do presente realizamos uma revisão bibliográfica a partir de trabalhos na área da Arqueologia, análise de imagens de satélite, de fotos aéreas, trabalho de campo e de laboratório. A análise buscou caracterizar o Sistema de Ocupação dos Guarani a partir do estudo dos Sítios Arqueológicos: Lagoa Seca, Aguinha, Terra do Sol Nascente, Pernilongo, Ragil, Capisa e Ragil II.

Palavras chave:

Arqueologia; Guarani; Paisagem;

Projecto Paranapanema;

1. Introdução

Embora seja ainda uma ciência pouco divulgada no Brasil, os vestígios arqueológicos estão presentes em, praticamente, todas as regiões do país.

A Etno-História da região do Vale do Rio Paranapanema, lado paulista, no Brasil, aponta para a presença dos grupos Guarani, Kaingang e Xavante. Neste contexto, apresenta-se a análise de sete sítios de grupo indígena Guarani: Lagoa Seca, Aguinha, Terra do Sol Nascente, Pernilongo, Ragil, Ragil II e Capisa (Figura 1).

Na região do Vale do Rio Paranapanema, lado paulista – objeto específico deste estudo – pesquisas arqueológicas acontecem desde a década de 1960.

O Estado de São Paulo foi densamente povoado por índios, cuja presença era marcante no Vale do Paranapanema até o início do século XX.

A faixa de terra dos sete sítios arqueológicos estudados no Município de Iepê, SP está localizada próxima à margem paulista do Rio Paranapanema e, até o momento, revela-se como a de maior

proximidade entre sítios numa mesma área, pois, numa extensão de 9.300 metros estão os sete sítios arqueológicos Guarani.

Procuramos, aqui, estudar os elementos da cultura material presente na área desses sítios, com atenção especial para o material cerâmico – principal identificador da cultura Guarani e da forma de implantação em área de terraço. Contudo, desde já, esclarecemos que muito se perdeu devido à ação do tempo e do homem, prejudicando um trabalho mais completo, nesses sítios, cujas ocupações datam de 700 ± 160 a 1668 ± 180 anos (Faccio, 2011).

Deles, pudemos conhecer apenas parte de sua área e dos materiais arqueológicos, tendo em vista não sabermos o quanto de cada um deles está submerso nas águas do Lago da Usina Hidrelétrica (UHE) da Capivara. Mesmo em períodos de seca, quando o nível desse lago baixa até 10 metros, eles não emergem totalmente.

* Neide Barrocá Faccio | nfaccio@terra.com.br



Figura 1: Localização dos Sítios Lagoa Seca, Aguiinha, Terra do Sol Nascente, Pernilongo, Ragil, Ragil II e Capica.

O lago da UHE da Capivara foi formado em 1974 e desde essa época os sítios em estudos encontram-se submersos emergindo apenas em períodos de seca como as ocorridas em 1999 e 2008. Tais sítios se inserem naquilo que Moraes (2002) define como sistema regional de ocupação de agricultores, perspectiva teórico-metodológica que adotamos para sua contextualização. A maior parte desses sítios apresentou grande quantidade de materiais cerâmicos, além de líticos lascados, líticos polidos, urnas funerárias, manchas pretas e adornos em resina de jatobá. Buscamos executar uma sistemática e criteriosa arqueografia desses materiais e do meio físico, embora os sítios não possam – devido à sua localização intermitentemente submersa – ser exaustivamente pesquisados em sua totalidade.

Na região do Vale do Rio Paranapanema, lado paulista – objeto específico deste estudo – pesquisas arqueológicas acontecem desde a década de 1960.

O Estado de São Paulo foi densamente povoado por índios, cuja presença era marcante no Vale do Paranapanema até o início do século XX.

A faixa de terra dos sete sítios arqueológicos estudados no Município de Iepê, SP está localizada próxima à margem paulista do Rio Paranapanema e, até o momento, revela-se como a de maior proximidade entre sítios numa mesma área, pois, numa extensão de 9.300 metros estão os sete sítios arqueológicos Guarani.

Procuramos, aqui, estudar os elementos da cultura material presente na área desses sítios, com atenção especial para o material cerâmico – principal identificador da cultura Guarani e da forma de implantação em área de terraço. Contudo, desde já, esclarecemos que muito se perdeu devido à ação do tempo e do homem, prejudicando um trabalho mais completo, nesses sítios, cujas ocupações datam de 700 ± 160 a 1668 ± 180 anos (Faccio, 2011).

Deles, pudemos conhecer apenas parte de sua área

e dos materiais arqueológicos, tendo em vista não sabermos o quanto de cada um deles está submerso nas águas do Lago da Usina Hidrelétrica (UHE) da Capivara. Mesmo em períodos de seca, quando o nível desse lago baixa até 10 metros, eles não emergem totalmente.

O lago da UHE da Capivara foi formado em 1974 e desde essa época os sítios em estudos encontram-se submersos emergindo apenas em períodos de seca como as ocorridas em 1999 e 2008. Tais sítios se inserem naquilo que Moraes (2002) define como sistema regional de ocupação de agricultores, perspectiva teórico-metodológica que adotamos para sua contextualização. A maior parte desses sítios apresentou grande quantidade de materiais cerâmicos, além de líticos lascados, líticos polidos, urnas funerárias, manchas pretas e adornos em resina de jatobá. Buscamos executar uma sistemática e criteriosa arqueografia desses materiais e do meio físico, embora os sítios não possam – devido à sua localização intermitentemente submersa – ser exaustivamente pesquisados em sua totalidade.

O Sistema Regional de Ocupação Guarani

O Sistema Regional de Ocupação Guarani é formado por índios Guarani, provavelmente originários da Amazônia. Esses índios migraram por um longo período pelas calhas do Rio Paraná e de seus afluentes, transitando pelas bordas ocidentais do Planalto Central Brasileiro. Os sistemas regionais de agricultores do Estado de São Paulo foram desmantelados pelas várias frentes de invasão ibérica, a partir do século XVI (MORAIS, 2017). Para a identificação dos Sistemas Regionais de Ocupação é necessário que se observem os parâmetros arqueológicos como:

(...) georreferenciamento de registros arqueológicos [considerados marcadores territoriais dos sistemas]; datações [consideradas marcadores temporais dos sistemas], compondo um quadro de fluxos e refluxos de expansão; inserção dos registros arqueológicos em quadro tipológico referencial, adequado ao escopo das aproximações cartográficas [escalas] (Moraes, 2007, p.8).

Tem-se que a migração dos Guarani da área do Vale do Rio Madeira, Amazônia Central, para a calha do Rio Paraná e de seus afluentes, teria ocorrido no período de 3.500 a 2.000 anos antes do presente (Meggers, 1977). Apesar dessa dispersão

espaço-temporal, a cultura material e as estratégias de subsistência do grupo original foram mantidas pelos seus descendentes ao longo dos séculos (Noelli, 1993). Segundo Rita Schell-Ybert, pesquisadora do Museu Nacional, “o povo tupi-guarani já vivia na região de Araruama (RJ) há 2.920 anos – aproximadamente 1.180 anos antes do que as evidências científicas indicavam até hoje” (Geraque, 2008, p.1). Sobre esse dado, Eduardo Goes Neves, arqueólogo do MAE/USP, coloca que:

Os resultados são bem surpreendentes. Eles complicam um pouco as coisas, talvez até nos levando a rejeitar uma origem amazônica dos tupis-guaranis [...] as datas potencialmente candidatas para as ocupações da Amazônia são as mesmas que as divulgadas agora para o Norte do Rio de Janeiro, “ou até mais recentes”. Mas essas datações são baseadas em dados linguísticos e não arqueológicos (Geraque, 2008, p.1).

Segundo Schell-Ybert, “essa ocupação antiga dos tupis-guaranis no Rio, se não tira a importância da Amazônia como centro de origem desse grupo indígena, ajuda a mostrar, talvez, que a saída do norte do país começou bem antes do que se imaginava” (Geraque, 2008, p. 2). Segundo Schmitz, no Brasil havia duas populações do tronco linguístico tupi-guarani: “uma do Paranapanema para o norte e ao longo da costa leste brasileira, que fala Tupi; a outra, no Paraguai, nos três estados meridionais do Brasil e em partes do nordeste argentino, falando Guarani” (Schmitz, 1991, 37). O autor ressalta, ainda, que, além de possuírem línguas distintas, esses dois grupos também mantinham diferenças tecnológicas (Schmitz, 1977). No Estado de São Paulo, o limite para as ocupações tupi e guarani ainda não estão bem definidas. Sabemos que a área do Baixo Paranapanema Paulista foi ocupada por grupos indígenas Guarani. A Tradição Tupiguarani é atribuída a tribos indígenas guarani ou tupi, devido à correlação que se faz com grupos históricos, embora saibamos que, quando essa tradição foi criada, ela não assegurou correspondência étnica com tribos indígenas guarani ou tupi (Moraes, 2003).

Sítios Guarani do Vale do Rio Paranapanema, SP.

Na área do Médio e Alto Paranapanema os arqueólogos Luciana Pallestrini e José Luiz de Moraes foram pioneiros no resgate e estudo

sistemático de sítios Guarani.

O primeiro sítio prospectado e escavado sistematicamente na região foi o Alves, situado no Município de Piraju:

(...) nele foram realizadas duas campanhas de escavações (1969 e 1970) que resultaram na evidência dos vestígios remanescentes de uma aldeia pré-histórica datada de há mil anos e situada em meia encosta de uma colina (Morais, 1981, p.143).

Conhecer as características do Sítio Alves propiciará uma melhor compreensão dos sítios de Iepê, SP por tratar-se de um sítio bem conservado semelhante aos sítios de Iepê, os quais se encontram em mau estado de conservação. A área do Sítio Arqueológico Alves, localizado no Município de Piraju, SP, fica a 110 metros do curso d'água, em meia encosta de uma colina de 17 metros de altitude em relação a um riacho de base, o Ribeirão Alves, com afloramento de basalto e de arenito silicificado no entorno (Pallestrini, 1974, 1975). A autora evidenciou, na área deste sítio, sete manchas pretas em forma de elipse, cinco urnas funerárias, fragmentos de cerâmica e indústria lítica (Figura 2). As cinco urnas funerárias do Sítio Alves apresentam as seguintes características: 1) tipo pintado, com ossos no seu interior (Figura 3); 2) tipo liso, com quatro recipientes em seu interior; 3) tipo liso, com restos de ossos em seu interior; 4) tipo liso, com seis recipientes em seu interior (Figura 4) e 5) tipo simples, fragmentada, com uma tigela rasa em seu interior (Pallestrini, 1975).

As urnas funerárias estão localizadas sempre fora das áreas de manchas pretas e possuem forma ovalada e eixo máximo de dez metros por um mínimo de cinco metros (Pallestrini, 1975). As manchas pretas apresentaram “intensa riqueza arqueológica, representada por vestígios cerâmicos e líticos” (Pallestrini, 1975, p. 47).

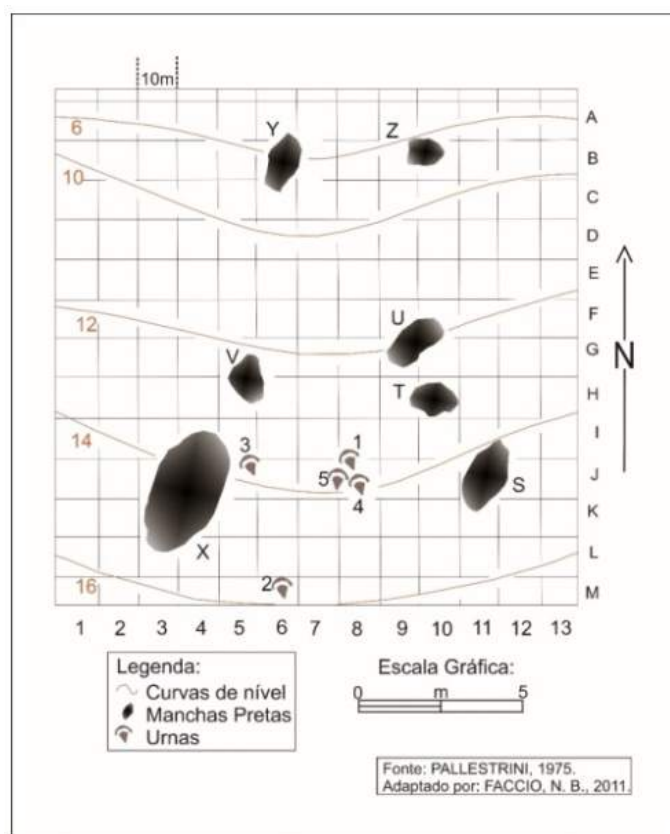


Figura 2: Área do Sítio Arqueológico Alves - Piraju, SP. Fonte: Faccio (2011, adaptado de Pallestrini, 1975).

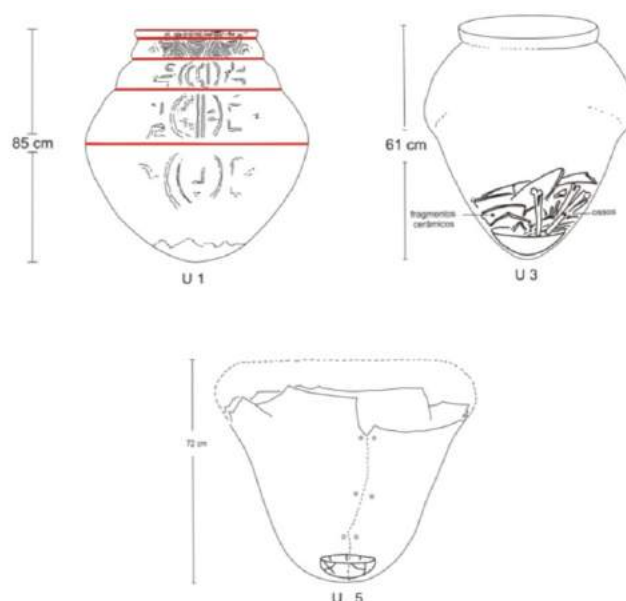


Figura 3: Urna funerária do Sítio Arqueológico Alves - Piraju, SP. Fonte: Faccio (2011, adaptado de Pallestrini, 1975).

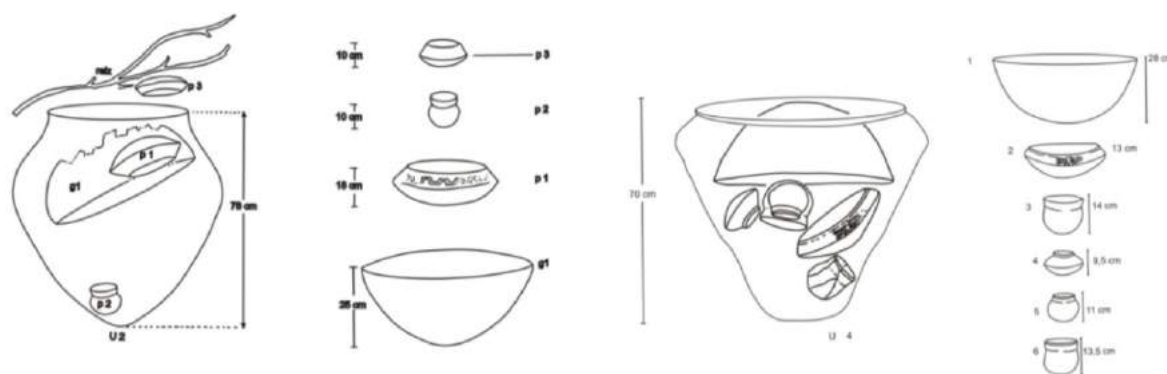


Figura 4: Urna funerária do Sítio Arqueológico Alves - Piraju, SP. Fonte: Faccio (2011, adaptado de Pallestrini, 1975).

Da cerâmica do Sítio Alves, Pallestrini escreve que “seu estilo, dentro da Tradição Tupiguarani, apresenta matizes particulares quando comparado com o estilo dos Sítios Fonseca e Jango Luiz; não só a forma é diferente, como a ornamentação pintada se apresenta sempre em linhas duplas” (Pallestrini, 1975, p. 49). O Sítio Alves apresentou cerâmicas dos tipos lisos e pintados. Os líticos do Sítio Alves foram feitos nas matérias-primas sílex, arenito silicificado e quartzo.

Na área do Baixo Paranapanema, os Sítios Arqueológicos Guaraní começaram a ser estudados a partir da década de 1980. Apresentaremos o Sítio Arqueológico Alvim escavado na área do Baixo Vale do Rio Paranapanema, no âmbito do ProjPar¹.

O Sítio Alvim, localizado no Município de Pirapozinho, SP e trabalhado em estudo anterior (Faccio, 1992), apresentou contexto perturbado por forte solapamento das margens do Rio Paranapanema, ocorrido no ano de 1983, que deixou, em superfície, os materiais arqueológicos misturados de forma caótica. Neste caso, além dos materiais evidenciados em superfície fora da posição original, trabalhou-se com uma pequena área do sítio não destruída pela erosão. Na mesma área ainda foram encontrados cerâmicas, líticos lascados e polidos. O material cerâmico apresentou urnas funerárias fragmentadas, na forma de cambuchi e yapepó, miniaturas, cambuchi cabagua, yapepó e ãaeta. Pela quantidade de cerâmica fragmentada espalhada pela área do sítio pressupõe-se a presença de um número de sete ou mais manchas pretas.

As pedras polidas são objetos mais raros e, frequentemente encontrados muito desgastados ou quebrados. Exceção é observada quando essas peças estão associadas a cemitérios indígenas, na forma de oferendas, ou fora da área do sítio (na forma de ocorrência arqueológica), dando a impressão de terem sido perdidas. Nesse contexto, as peças, geralmente, estão bem conservadas.

As pedras lascadas são abundantes nas áreas de Sítios Guaraní. São evidenciados, no geral, lascas, percutores duros e muitos resíduos. Os objetos dessa indústria são adequados para raspagem e corte de osso, carne e frutas.

Os sítios arqueológicos do Município de Iepê, SP

A pesquisa em tela corroborou o fato, já

evidenciado para a área do Médio Paranapanema Paulista, onde está localizado o Sítio Alves de que os grupos indígenas Guaraní apresentam aldeias pré-históricas semelhantes, demonstrando a forte resiliência desse grupo. Os sítios em estudo encontram-se a uma distância máxima de 400 metros do Rio Paranapanema, sendo suas áreas a leste ou a oeste delimitados por um córrego que deságua no Rio Paranapanema. A área desses sítios, antes da ocupação pela sociedade nacional, apresentava uma exuberante Floresta Latifoliada Tropical.

Tendo em vista a história de ocupação da área, incluindo a construção de uma obra de grande impacto, como é o caso da Usina Hidrelétrica da Capivara, verificamos que na década de 1960, a área dos sítios arqueológicos não apresentava cobertura vegetal de mata. Com a formação do lago da Usina Hidrelétrica da Capivara, os afluentes, que apresentam depósitos de argila, foram inundados, bem como os seixos utilizados para lascamento que se encontravam próximos das margens do Rio Paranapanema ou de seus afluentes na forma de stone lines.

Verificamos, agora, depois da formação do Lago da UHE da Capivara, que os sítios ficam submersos a maior parte do ano, em quase todos os anos, ou em faixa de depleção. Segundo Moraes (1995), nas áreas de reservatórios de usinas hidrelétricas, a oscilação da lâmina d'água e o embate das ondas afetam os sítios arqueológicos alcançados pela nova margem. Deslocamentos e rearranjos de materiais ocorrem pelo movimento turbilhonar das águas e pelo solapamento de barrancos que provocam desmoronamentos.

Por outro lado, ocorre, também, o soterramento de objetos arqueológicos pela deposição de sedimentos, principalmente nos braços assoreados correspondentes. O nível da água do Lago da Usina Hidrelétrica da Capivara recua e avança nas diferentes estações do ano, provocando correntes de fundo e ondas que “decapam” a área dos sítios arqueológicos, fragmentando a cerâmica, destruindo as manchas pretas e, portanto, modificando as feições originais da área de cada um dos sítios. Atualmente as áreas dos sítios de Iepê em estudo estão protegidas por demarcação das áreas de proteção permanente; não estão

¹ O Projeto Paranapanema foi criado na década de 1960 pela professora Dra. Luciana Pallestrini, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para realizar pesquisas arqueológicas na margem paulista do Rio Paranapanema.

protegidos, contudo, das ações do Lago da Usina Hidrelétrica da Capivara que, a cada estação, destrói mais uma parte de cada um dos sítios. Os sítios estão submersos ou em área de depleção. O ideal seria empregar técnicas de arqueologia subaquática nessa área.

Na área desses Sítios Guarani de Iepê, não se pode deixar de considerar o fato de que se trabalhou, certamente, apenas parte de cada um dos sítios, os quais apresentam área bem mais ampla que aquela que emerge em algumas épocas do ano de alguns anos. A Figura 5 mostra a área pesquisada em períodos em que o nível do lago da UHE da Capivara baixa e a provável área imersa nesses períodos.

Assim, é certo que lidamos, também, com apenas parte de suas indústrias, tanto qualitativa quanto quantitativamente. As condições dos sítios impediram que se tivesse qualquer tipo de controle amostral em relação à área trabalhada, ou seja, qual

seu significado morfológico e funcional dentro do todo. Nesse sentido, as análises de material realizadas priorizaram as discussões tecnológicas, uma vez que tais análises intra-sítio, largamente propostas pela Arqueologia se veriam, já de início, parcialmente comprometidas. Dentro desse contexto, procuramos adotar metodologias de análise que permitissem proceder, ao menos, a uma minuciosa caracterização das indústrias, bem como obter os primeiros elementos para discussões sobre a cadeia operatória envolvida na produção de artefatos obtidos (Faccio, 1988).

O estado de conservação dos sítios dificultou a obtenção de dados referentes ao significado funcional da parte estudada das indústrias, bem como a análise dos padrões de distribuição espacial da cerâmica intra-sítio, uma vez que, para isso seria necessário estudar todo o espaço do sítio. Com isso, a análise do material privilegiou as discussões tecnológicas, tendo em vista que as análises intra-

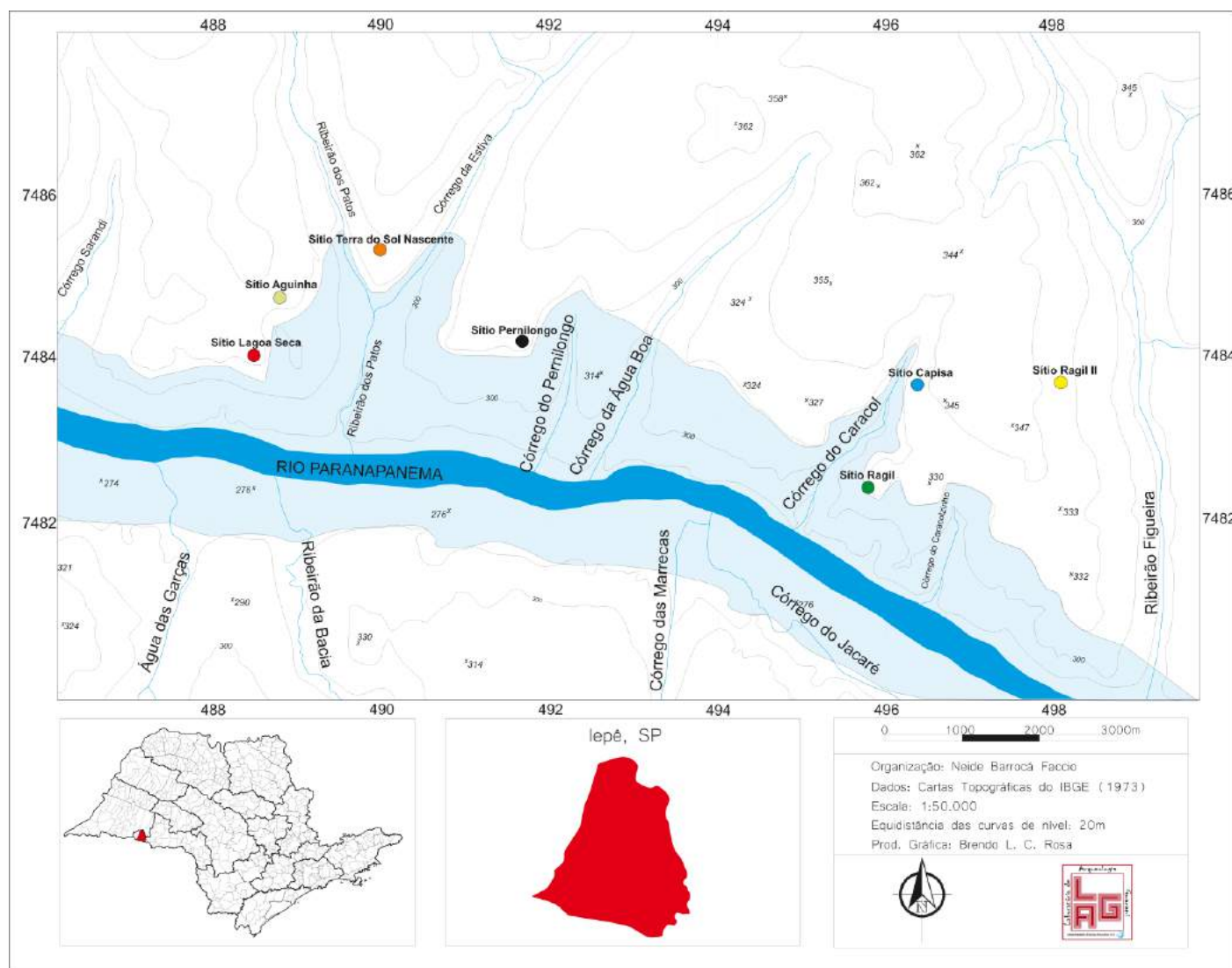


Figura 5: Área pesquisa e provável área submersa. Fonte: a autora (2017).

sítio estão comprometidas. Procuramos dessa forma, adotar metodologia de análise que permitisse caracterizar e oferecer elementos, para discussão e compreensão da sequência de gestos técnicos realizados para a produção dos artefatos da indústria cerâmica.

A análise do material cerâmico seguiu os pressupostos teórico metodológicos definidos para o estudo das ocupações ceramistas do Projeto Paranapanema, com as adaptações julgadas necessárias. Nesse sentido, tomou-se o artefato - uma vasilha - para objeto de análise, pois, como todo comportamento cultural, a produção cerâmica é estruturada em padrões e sequências que não podem ser obtidas por dados isolados (fragmentos), mas sim pela maneira como as informações se estruturam entre si, ou se padronizam numa forma de vasilhame (Faccio, 1998).

Na Arqueologia Brasileira, o material cerâmico é coletado na forma de fragmentos, sendo raros os vasos recuperados inteiros. Assim, o encaminhamento proposto foi agrupar os fragmentos provenientes de uma mesma vasilha por meio da análise da distribuição das peças na área do sítio, da verificação dos seus planos de fratura e dos diferentes atributos tecnológicos e estilísticos apresentados. A partir do agrupamento dos fragmentos de peças de uma mesma vasilha, obtêm-se diferentes conjuntos de fragmentos, que passam a constituir o objeto inicial da análise (Robrahn, 1991). A partir da análise dos conjuntos obtêm-se as características gerais das vasilhas, sempre levando em consideração o estado de conservação das peças.

Para a área do Baixo Vale do Rio Paranapanema, lado paulista, está se consolidando um trabalho de sistematização das formas de todas as vasilhas encontradas inteiras e presentes em museus ou coleções particulares. Esses vasos inteiros servem de parâmetro e proporcionam uma maior fidelidade ao esboço de reconstrução das vasilhas. Contudo, para reconstituir a forma de uma vasilha a partir do fragmento de borda, consideramos ser necessário que a borda tenha acima de 10% do diâmetro da boca e um comprimento que possibilite representar, com segurança, o contorno do vaso. Em áreas ou sítios onde se conhecem as formas das vasilhas é mais segura a sua reconstituição gráfica. Dessa forma, analisando o estudo realizado por Brochado e Monticelli (1990), resolvemos realizar o

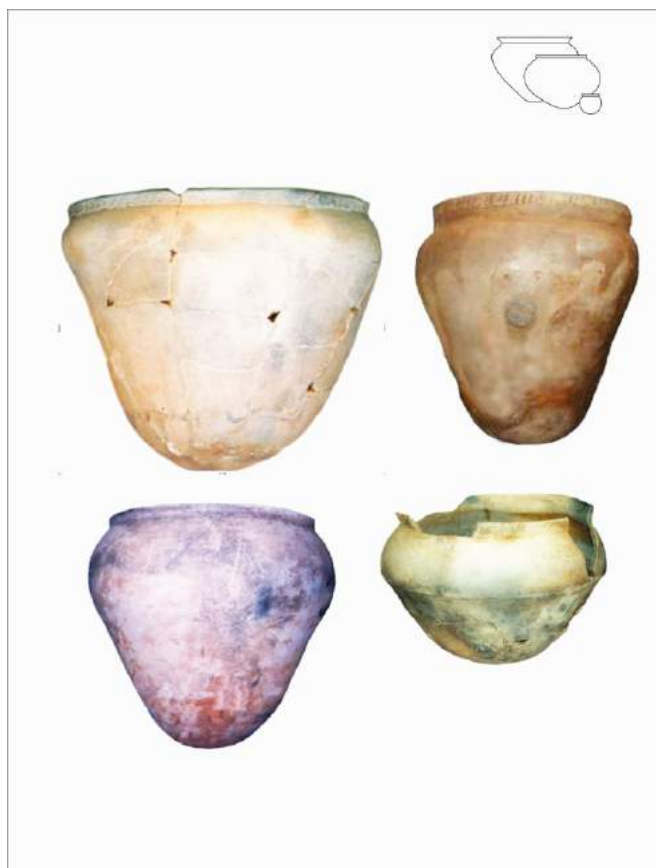
mesmo estudo com as vasilhas provenientes dos sítios arqueológicos do Município de Iepê.

Foram obtidas as medidas do diâmetro da boca e altura de 11 yapepó em três sítios (Aguinha, Pernilongo e Lagoa Seca). Nota-se que o diâmetro da boca variou de 6 a 56 cm. Já a altura vai de aproximadamente 6,3 a 60,5 cm.

Em geral, a altura dos yapepó pesquisados é menor do que o diâmetro da boca, ou seja, os yapepó têm a boca mais aberta e uma profundidade menor. Essa informação foi obtida com a análise da inclinação. Então, da mesma forma que foi obtida a altura do yapepó tendo em mãos o diâmetro da boca, seria possível obter o diâmetro da boca sabendo-se a altura do yapepó (fotos de 1 a 7).

A cerâmica dos sete sítios de Iepê apresentam características semelhantes: base da vasilha confeccionada com a técnica de modelagem e o corpo por rolete. Os antiplásticos utilizados foram o caco moído e o mineral. Algumas peças apresentam somente o antiplástico mineral. A cerâmica lisa é predominante, mas registra a presença do engobo, da pintura, do corrugado, do unglado e do inciso. A pintura apresenta motivos mínimos que se repetem por toda a peça. Quando há carena na cerâmica, a pintura está na parte superior do ângulo de parede; na parte externa da peça pintada é comum a repetição de um motivo mínimo. No caso dos ñaetá a pintura ocorre na face interna e em alguns casos apresentam figuras, como a de um macaco verificado na vasilha cerâmica do Sítio Lagoa Seca (figura 6 e foto 31). A inclinação de valores referentes ao diâmetro da boca e altura dos cambuchi dos Sítios Aguinha, Lagoa Seca e Pernilongo é de 47,26 graus. Isso significa que, em geral, a altura é maior que o diâmetro da boca (fotos de 14 a 18). Os cambuchi caguaba são dos Sítios Aguinha e Pernilongo. Nesse caso observou-se que a altura, em geral, é menor que o diâmetro da boca, e isso ocorre para todos os cambuchi caguaba, isto é, para as nove amostras encontradas, a altura é menor que o diâmetro da boca (fotos de 19 a 25).

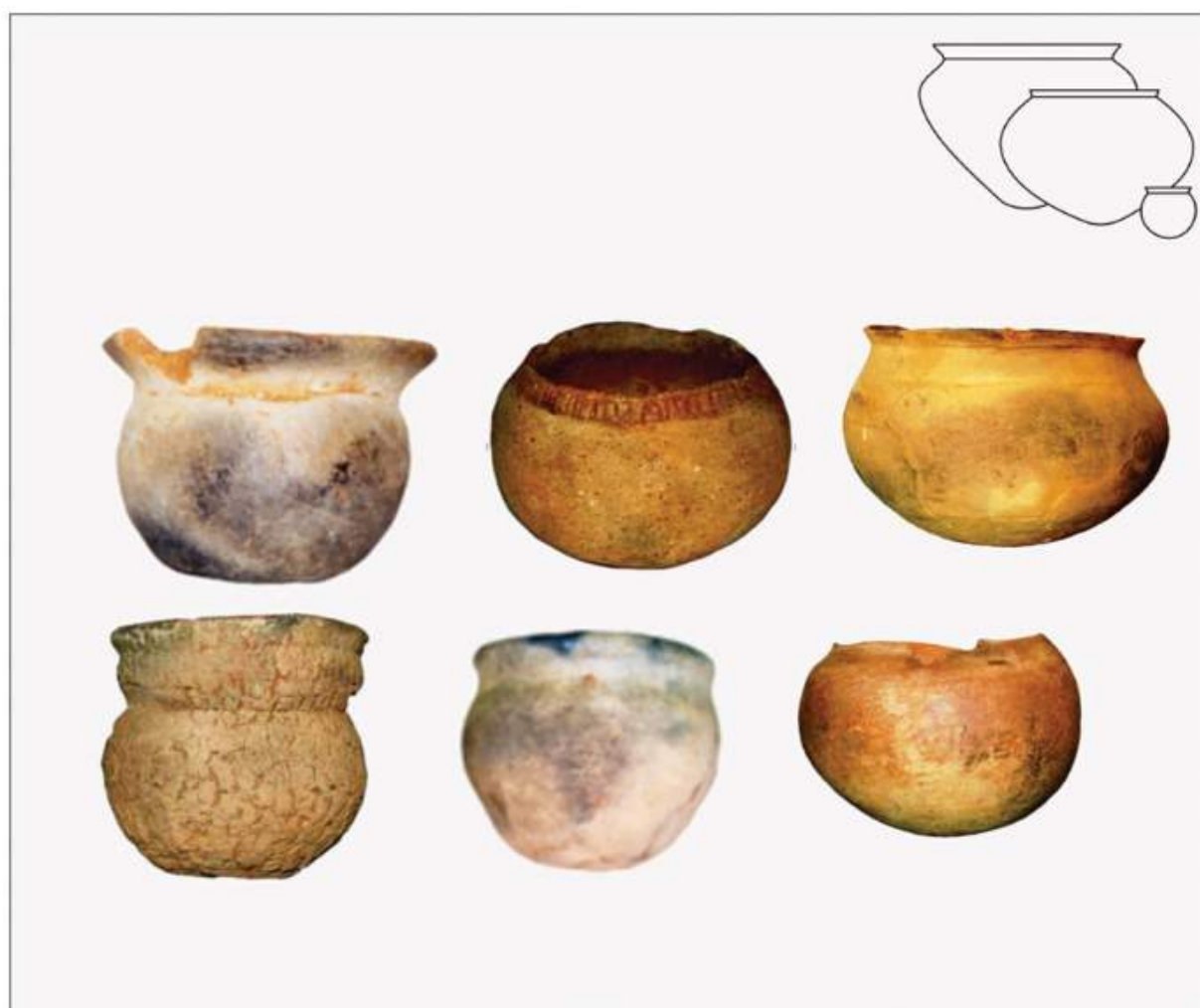
Foram analisados cinco ñaetá dos Sítios Aguinha, Lagoa Seca e Pernilongo. O diâmetro da boca do ñaetá varia de 20 a 50 cm, enquanto na altura essa variação é de 11 a 18 cm. Nesse caso, verificou-se que a altura é menor que o diâmetro da boca (fotos 26 a 30).



Fotos 1 a 4: Cerâmica Guarani na forma de Yapepó do Sítio Arqueológico Pernilongo. Fonte: A autora (2017).



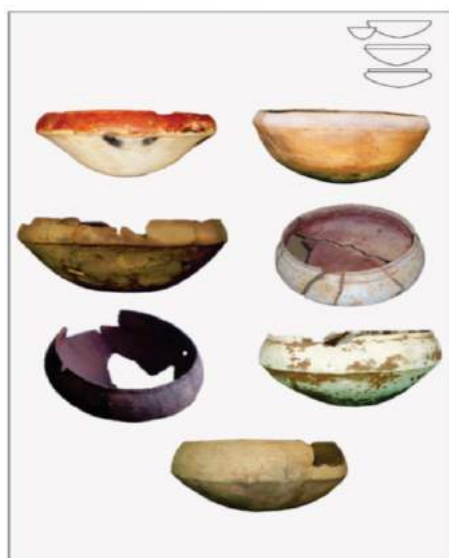
Fotos de 5 a 7: Cerâmica Guarani na forma de Yapepó.



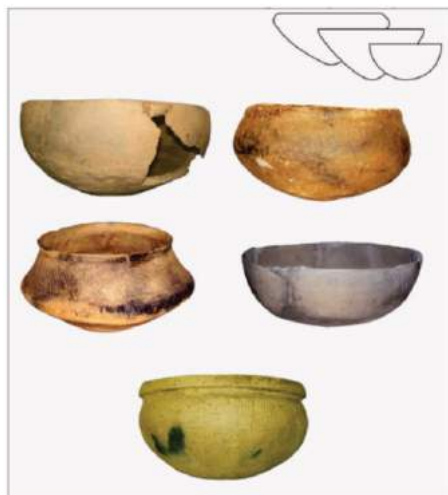
Fotos de 8 a 13: Miniatura da cerâmica Guarani, na forma de Yapepó.



Fotos de 14 a 18: Cerâmica Guarani na forma de Cambuchi. Fonte: a autora (2017).



Fotos de 19 a 25: Cerâmica Guarani na forma de cambuchi caguaba. Fonte: a autora (2017).



Fotos de 26 a 30: Cerâmica Guarani na forma de ñaetá. Fonte: a autora (2017).

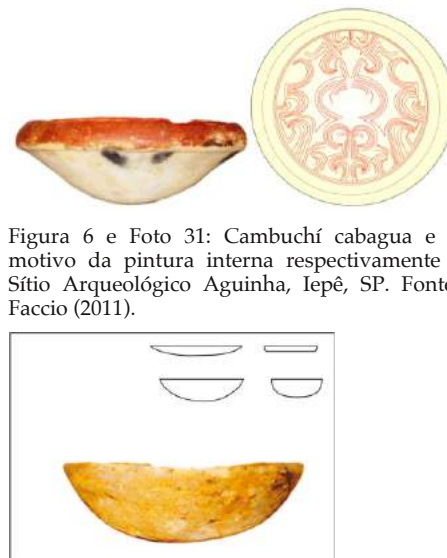


Figura 6 e Foto 31: Cambuchí cabagua e o motivo da pintura interna respectivamente - Sítio Arqueológico Aguiinha, Iepê, SP. Fonte: Faccio (2011).

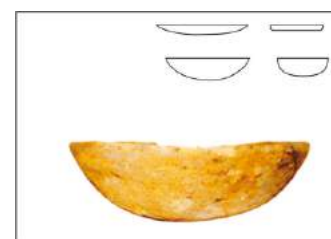


Foto 32: Cerâmica Guarani na forma de naembé - Sítio Arqueológico Pernilongo.

No caso dos líticos lascados prevaleceu o lascamento com percutor duro. A matéria-prima utilizada foram os seixos de arenito silicificado, silexito e quartzo. A maior frequência foi para matéria-prima de arenito silicificado. O uso de percutor macio foi utilizado em pequena quantidade e nenhum deles foi encontrado nas áreas dos sítios, objetos deste estudo, mas provavelmente para essa finalidade foi utilizado o chifre de veado ou a madeira. Para todos os sítios verificou-se uma indústria sobre seixo com produção de lascas, choppers, raspadores e pontas. O retoque é pouco comum.

O lítico polido em basalto é comum á área de todos os sítios na forma de lâminas de machado e mãos de pilão. Na área do Sítio Aguinha também foram encontradas boleadeiras e um virote e na área do Sítio Pernilongo foram encontrados tembetás e brincos em resina de jatobá.

Somente na área do Sítio Pernilongo foi identificada a presença de uma mancha preta em área de depleção, parte estava emersa e parte dentro do lago da UHE da Capivara.

Analisando a área dos sete Sítios Guarani verifica-se que, com exceção dos Sítios Ragil e Terra do Sol Nascente os outros citados apresentaram forma de implantação e materiais semelhantes, aliado ao modo de produção e tipologia dos materiais líticos e cerâmicos, ou seja, a implantação fica a aproximadamente 20 metros do córrego, que deságua, em área de média/baixa vertente a menos de 400 metros no Rio Paranapanema.

O Sítio Ragil, diferentemente desses sítios, ocupa a área de entorno do Córrego do Caracolzinho, que deságua no Rio Paranapanema depois de 500 metros.

O Sítio Terra do Sol Nascente ocupa uma área praticamente circundada pelas águas dos Córregos dos Patos, Estiva, Macacos e Rio Paranapanema. Essa área antes da formação do lago da UHE da Capivara configurava-se quase que como uma Ilha. A Tabela 1 mostra as datações realizadas a partir do método de termoluminescência para a cerâmica dos sete sítios em análise.

Analisando a tabela 1 verifica-se que o Sítio Pernilongo e Terra do Sol Nascente apresentam a mesma data, com variação de apenas 30 anos apontada na margem de erro da datação. Assim, existem as possibilidades de tratar-se de ocupações diferentes ou de ser a mesma ocupação e essa área

<i>Sítio</i>	<i>Datas</i>
<i>Lagoa Seca</i>	770±70
<i>Aguinha</i>	700±160
<i>Pernilongo</i>	750±110
<i>Terra do Sol</i>	750±80
<i>Nascente</i>	
<i>Ragil</i>	±1668
<i>Capisa</i>	850±150
<i>Ragil II</i>	900±180

Tabela 1: Localização e Datação de Sítios Guarani - Município de Iepê, SP. Fonte: Faccio (2011).

ser usada para atividades específicas, que não a habitação. Ressalta-se que para a área do Sítio Terra do Sol Nascente só foram encontradas vasilhas cerâmicas pequenas e médias, sendo o único sítio onde não se encontrou nenhuma urna funerária, ou fragmentos de vasilhas grandes. Esse fato reforçaria nossa segunda hipótese.

Considerações Finais

Quando analisamos a forma de implantação dos Sítios Guarani Lagoa Seca, Aguinha, Terra do Sol Nascente, Pernilongo, Ragil, Ragil II e Capisa verifica-se que, com exceção do Sítio Ragil e Terra do Sol Nascente, os demais apresentam o mesmo tipo de importância.

No caso dos sete Sítios Guarani de Iepê, pelo histórico de intervenções realizadas na área e pelo fato de conhecermos apenas parte da área de cada sítio, torna-se difícil fazer análise intra-sítio. Contudo, pelo que se conhece, verificamos que os

sítios em análise mantém um mesmo padrão de assentamento verificado para outros Sítios Guarani estudados nas áreas do baixo e do médio Paranapanema Paulista, no que se refere à cerâmica e a forma de implantação.

Assim, pode-se afirmar que o Sistema de Ocupação Guarani no Vale do Rio Paranapanema, no Município de Iepê, SP, segue um padrão já conhecido para outras áreas do Vale do Rio Paranapanema, lado paulista.

A resiliência dos Guarani já reconhecida na produção da cerâmica, também pode ser verificada na forma de implantação de seus assentamentos.

Bibliografia

- Aytai, D., 1991. Um estilo de decoração tupi: ordem no caos. *Publicações do Museu Municipal de Paulínia*. Paulínia. n. 48, 25-35.
- Bertrand, G.; Bertrand, C., 2007. Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá, PR: Massoni.
- Brochado, J. P.; Monticelli, G., 1990. Analogia etnográfica na reconstrução gráfica das vasilhas guarani arqueológicas. In: *Veritas*. Porto Alegre, v. 35, n. 140, p. 727-743.
- Caldarelli, S.B., 1983. Aldeias tupiguarani no vale do rio Mogi Guaçu, Estado de São Paulo. *Revista de Pré-História*, São Paulo, 5: 37-124.
- Caldarelli, S.B., 2001-2002. A Arqueologia do Interior Paulista evidenciada por suas Rodovias. *Revista de Arqueologia, Sociedade de Arqueologia Brasileira*, 14/15:29-56.
- Chmyz, I., 1968. Notas sobre a arqueologia do rio Itararé. *Revista do Cepa*, Curitiba, 01: 07-23.
- Chmyz, I., 1977. Contatos interétnicos verificados em sítios arqueológicos no Estado do Paraná, Brasil. *Hombre y cultura. Revista do Centro de Investigações Antropológicas*. Universidade do Paraná. Tomo 3, n. 2.
- Faccio, N. B., 1992. *Estudo do Sítio Arqueológico Alvim no Contexto do Projeto Paranapanema*. Dissertação. (Mestrado em Ciências – Área de concentração: Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 154p.
- Faccio, N. B., 1998. *Arqueologia dos cenários das ocupações horticulturas da capivara, Baixo Paranapanema*. Tese. (Doutorado em Ciências – Área de concentração: Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 295p.
- Faccio, N. B., 2010. *Relatório de Resgate do Sítio Célia Maria*. Laboratório de Arqueologia Guarani, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Presidente Prudente, SP.
- Faccio, N.B., Di Baco, H.M., Luz, J.A.R., Alves, A.F., 2011. (a) Estudo do Sítio Arqueológico Alvorada no Contexto da Região Aguapeí no Interior Paulista. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Universidade de São Paulo – USP, nº21: 275-292.
- _____. (b). Arqueologia no Interior Paulista: cultura material do Sítio Alvorada IV. *Revista Terra Indígena*, Araraquara, SP, 2011. Autores?
- Geraque, E. Tupis-guaranis já estavam no Sudeste há 3.000 anos. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u480384.shtml>>. Acesso em: 17 dez. 2008.
- Kashimoto, E. M., 2007. O Alto Curso do Rio Paraná: fronteiras ambientais e arqueológicas (Livro Docência em Arqueologia). *Museu de Arqueologia e Etnologia*, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, v. 1 e v. 2.
- Kashimoto E. M.; Martins, G. R. 2009. Arqueologia do leste do Mato Grosso do Sul. *Anais do I Encontro de Arqueologia de Mato Grosso do Sul*, Campo Grande, p. 114-138.
- Künzli, R., 2007. O Papel Educacional do Cemaarq: desafios e transformações conceituais, valorizando a educação e atraindo mais público. *Anais do 4º Congresso de Extensão Universitária Educação, Faculdade de Ciências e Tecnologia*, UNESP.
- Laplantine, F., 2005. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Papirus.
- Meggers, B. 1977. Vegetation Fluctuation and Prehistoric Cultural Adaptations. In Amazonia – some tentative correlations. *World Archaeology*, 8 (3), 287-303.
- Morais, J. L., 1981. Projeto Paranapanema: Avaliação e Perspectivas. *Revista de Antropologia*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciências Sociais. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.
- Morais, J. L., 1995. Salvamento arqueológico na área de influência da PCH Moji-Guaçu. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, MAE-USP, São Paulo, 5: 77-98.
- Morais, J. L., 1998. Piraju Guarani. Artigo de Divulgação [4 de janeiro de 1998]. Piraju, *Folha de Piraju*. Número de páginas?
- Morais, J. L., 1999/2000. Arqueologia da região Sudeste. *Revista da USP*, São Paulo, 44: 194-217.
- Morais, J. L., 2002. *Resgate arqueológico na área de influência da duplicação das rodovias SP342 e SP346: preservação do patrimônio dos sítios Ipê e Mota Pais*. Relatório técnico

- científico final, São Paulo, SP.
- Morais, J. L., 2003. *Relatório de Arqueologia Preventiva*, São Paulo, SP.
- Morais, J. L., 2007. Da Pré-História ao Contato: sistemas regionais de povoamento indígena no território paulista. Power Point apresentado no Simpósio da SAB, sob o tema: Olhares Diversos da Arqueologia Paulista, Coordenado por Afonso, M. C.
- Myasaki, N; Aytai, D., 1974. A Aldeia Pré-Histórica de Monte Mor. *Publicações Avulsas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas*. Campinas.
- Noelli, F. S., 1993. *Sem Tekoá não há Tekó. Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência guarani e sua aplicação a uma área de domínio no Delta do Jacuí*, Dissertação. (Mestrado). PUCCRS, Porto Alegre.
- Pallestrini, L., 1974. Sítio Alves. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, SP.
- Pallestrini, L., 1975. Interpretação das estruturas arqueológicas em sítios do Estado de São Paulo. *Coleção Museu Paulista, Série Arqueologia*, v.1, Edição Fundo de Pesquisa do Museu Paulista da USP, São Paulo.
- Pallestrini, L., 1988. Projeto Paranapanema: Sítio Arqueológico Nunes – Estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista. Nova Série*. v. XXXIII. São Paulo, pp. 129 – 142.
- Robrahn, E.M., 1991. *A ocupação pré-colonial de grupos ceramistas*. São Paulo: MAE/USP.
- Rodrigues, R. A., 2011. *Cenários da Ocupação Guarani na Calha do Alto Paraná: um estudo etnoarqueológico*. Dissertação. (Mestrado). Museu de Arqueologia da Universidade de São Paulo.
- Schiavetto, S.N.O., 2003. *A Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena*. São Paulo: Annablume.
- Schiavetto, S.N.O., 2005. Levantamento Arqueológico no Médio Mogi-Guaçu e Médio Jacaré-Guaçu/SP: um primeiro olhar sobre os sítios cerâmicos. *Anais do XIII Congresso de Arqueologia Brasileira*, Campo Grande, MS: (Cd-Rom).
- Schmitz, P.I., 1991. Uma Pré-História para o Rio Grande do Sul. In: Schmitz, P.I., (Org.). *Arqueologia do Rio Grande do Sul. Documentos*. São Leopoldo, pp. 7-8.
- Schmitz, P.I., 1977. Os Primitivos Habitantes do Rio Grande do Sul. In: II Simpósio Nacional de Estudos Missionários, Santa Rosa, RS. *Anais do II Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Santa Rosa: pp. 50-60.
- Zanettini Arqueologia, 2003. *Relatório de Vistoria Não Interventiva. Usina Nossa Senhora Aparecida e Adjacências, Virgulino de Oliveira S/A, Município de Itapira*. São Paulo.



<http://www.pacadnetwork.com/itm/index.php/techne/techne-2018>
eISSN: 2182-9985

Povoamento Jê Meridional no Planalto de Santa Catarina: inferências a partir de dados arqueológicos e paleoambientais

Raul Viana Novasco*

Espaço Arqueologia

Rua Lauro Cristiano Koenig, 48 - Tubarão/SC - CEP 88705-470

Pedro Ignacio Schmitz**

Instituto Anchieta de Pesquisas

Artigo submetido em

18/09/2017

Artigo aceite em

15/08/2018

Artigo publicado em

14/09/2018

Palavras chave:

Arqueologia; Paleoambiente; Casas subterrâneas; Jê Meridional; Campos de Lages;

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar um quadro interpretativo acerca do processo de ocupação pré-colonial empreendido pelos povos Jê Meridionais no planalto sul catarinense. A proposição aqui apresentada tem como base o cruzamento de dados arqueológicos e paleoambientais. Os dados arqueológicos foram obtidos em sítios escavados no município de São José do Cerrito pela equipe do Instituto Anchieta de Pesquisas, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, enquanto que os dados paleoambientais foram obtidos na bibliografia especializada. Como resultado deste cruzamento, apresenta-se a hipótese de que, por volta do século XI da era cristã, a estrutura cultural e social dos povos Jê Meridionais que ocupavam a região dos Campos de Lages e a fitofisionomia dessa mesma área, de forma simbiótica, sofreram significativas transformações.

1. Introdução

Há mais de 50 anos a arqueologia brasileira procura respostas para as perguntas que envolvem a ocupação pré-colonial no planalto meridional do Brasil. Até o momento já foram identificados tipos de sítios arqueológicos que denotam grande diversidade cultural e, quiçá, étnica, indicando, também, diferentes estágios do processo de migração dos grupos que ocuparam a região no período pré-colonial. Este artigo terá como objeto central o processo de ocupação empreendido por um desses grupos: os Jê Meridionais.

Estudos linguísticos e etnográficos (Wiesemann, 1972; Urban, 1992; Henry, 1964; Schaden, 1977) informam que os grupos Jê Meridionais, hoje

representados pelos Kaingang e Xokleng, fazem parte do tronco linguístico Macro-Jê, originado no planalto central brasileiro, mais precisamente entre as nascentes dos rios São Francisco e Araguaia. De acordo com dados glotocronológicos, apresentados por Wiesemann (1972) e Urban (1992), os Jê meridionais teriam iniciado sua migração em direção ao sul há 3.000 anos, mas até o momento se desconhece o momento de sua chegada na região e as motivações de tal migração.

Acredita-se, contudo, que, ao longo do processo de ocupação empreendido no planalto meridional brasileiro, estes desenvolveram um ethos que está diretamente associado às configurações e às transformações ambientais dessa região. Deste

* Raul Viana Novasco | raulnovasco@gmail.com ** Pedro Ignacio Schmitz | anchietano@unisinis.br

ethos, o que é possível captar através das pesquisas arqueológicas está depositado nos artefatos e nas estruturas de habitação e cerimoniais deixadas por esses grupos. Dos artefatos, encontram-se fragmentos de cerâmica e materiais líticos produzidos a partir do lascamento e/ou do polimento sobre blocos de basalto e arenito. Já as estruturas de habitação e cerimoniais, podem apresentar formas e dimensões diferentes, isoladas ou compondo agrupamentos. Tais variáveis são algumas das peças que compõem o quebra-cabeça que os arqueólogos vêm montando há décadas.

Na região do planalto catarinense é possível verificar a ocorrência de movimentos culturais que acompanham as transformações naturais do ambiente através do estudo do sítio arqueológico Rincão dos Albinos, situado no município de São José do Cerrito. As datas obtidas neste sítio sugerem que a ocupação teve seu início em, aproximadamente, 1400 AP, período em que, segundo dados paleoambientais apresentados por Behling (1997, 2002), a região do planalto catarinense é, majoritariamente, coberta por campos. Contudo, nesse mesmo período, mudanças climáticas tornam possível a subida da mata de araucária para o planalto, iniciando uma alteração no ambiente e na concepção de paisagem dos grupos Jê.

Assim, correlacionando dados arqueológicos com os dados paleoambientais, desenvolveu-se a hipótese de que a área onde se localiza o sítio Rincão dos Albinos era dominada por campos úmidos cercados por malhas de mata com araucária que, por sua diversidade de recursos, foram constantemente reocupadas. Tal hipótese se reforça quando verificamos que a ocupação neste sítio se estende continuamente até o século XI da era Cristã, momento próximo aquele em que tem início uma grande expansão da mata de araucária.

É também em torno do século XI que se verificam alterações no padrão construtivo das estruturas subterrâneas e na cultura material a elas associada (Schmitz et al., 2016a; Novasco; Schmitz, 2016), indicando mudanças no comportamento e na estrutura social dessas populações.

2. A Arqueologia das casas subterrâneas em São José do Cerrito

A equipe do Instituto Anchieta de Pesquisas realizou, e vem realizando, pesquisas que tem o

principal propósito de contribuir para a compreensão da trajetória dos grupos Jê no planalto meridional brasileiro. Em Santa Catarina foram realizados trabalhos no vale do Rio Itajaí, município de Taió (Schmitz et al., 2009), e nos Campos de Lages, no município de São José do Cerrito (ver Schmitz et al., 2010; Schmitz et al., 2013a, Schmitz et al., 2013b; Schmitz et al., 2016a; Schmitz et al., 2016b).

As pesquisas desenvolvidas no município de Taió resultaram em dados cronológicos e morfológicos muito interessantes. No sítio SC-TA-04, composto por 14 casas subterrâneas, um montículo funerário e um aterro construído, provavelmente, a partir das sobras de material mineral proveniente das casas subterrâneas, foram realizadas quatro datações, através das quais se obtiveram as datas mais antigas para casas subterrâneas no estado de Santa Catarina até então: 1390 AP e 1220 AP (Schmitz et al., 2009).

A ampliação do horizonte cronológico obtido a partir dos trabalhos de Taió, foi reforçada e testada nas pesquisas realizadas em São José do Cerrito entre os anos de 2008 e 2017. Nesse período foram escavadas estruturas de duas áreas arqueológicas que apresentam diferenças estruturais, incluindo tamanhos, formas e disposição das casas subterrâneas, e amplitude espacial da área do sítio: Rincão dos Albinos e Boa Parada (figura 1).

Na área arqueológica da Boa Parada, verificou-se a ocorrência dos padrões ocupacionais encontrados nos sítios escavados no vale do Rio Pelotas por Mentz Ribeiro; Ribeiro (1985), Copé e Saldanha (2002), Saldanha (2005) e Müller (2008), mas em um período mais recuado. Aglomerados compostos por até 6 casas subterrâneas e a ocorrência de casas subterrâneas isoladas; a intensificação do uso de cerâmica, a presença do danceiro, aterros cerimoniais em forma de plataforma e a maior dispersão dos conjuntos de estruturas, são características comuns aos sítios associados à ocupação Jê no planalto meridional a partir do século XII da era Cristã (Schmitz; Novasco, 2011).

Já a área arqueológica do Rincão dos Albinos, é composta por 107 casas subterrâneas, dispostas sobre uma área de 180 metros de raio (Novasco; Schmitz, 2016). Em duas casas subterrâneas que compõem o sítio foram obtidas datas que remetem ao início desta ocupação ao mesmo período daquela empreendida em Taió, aproximadamente 1.400

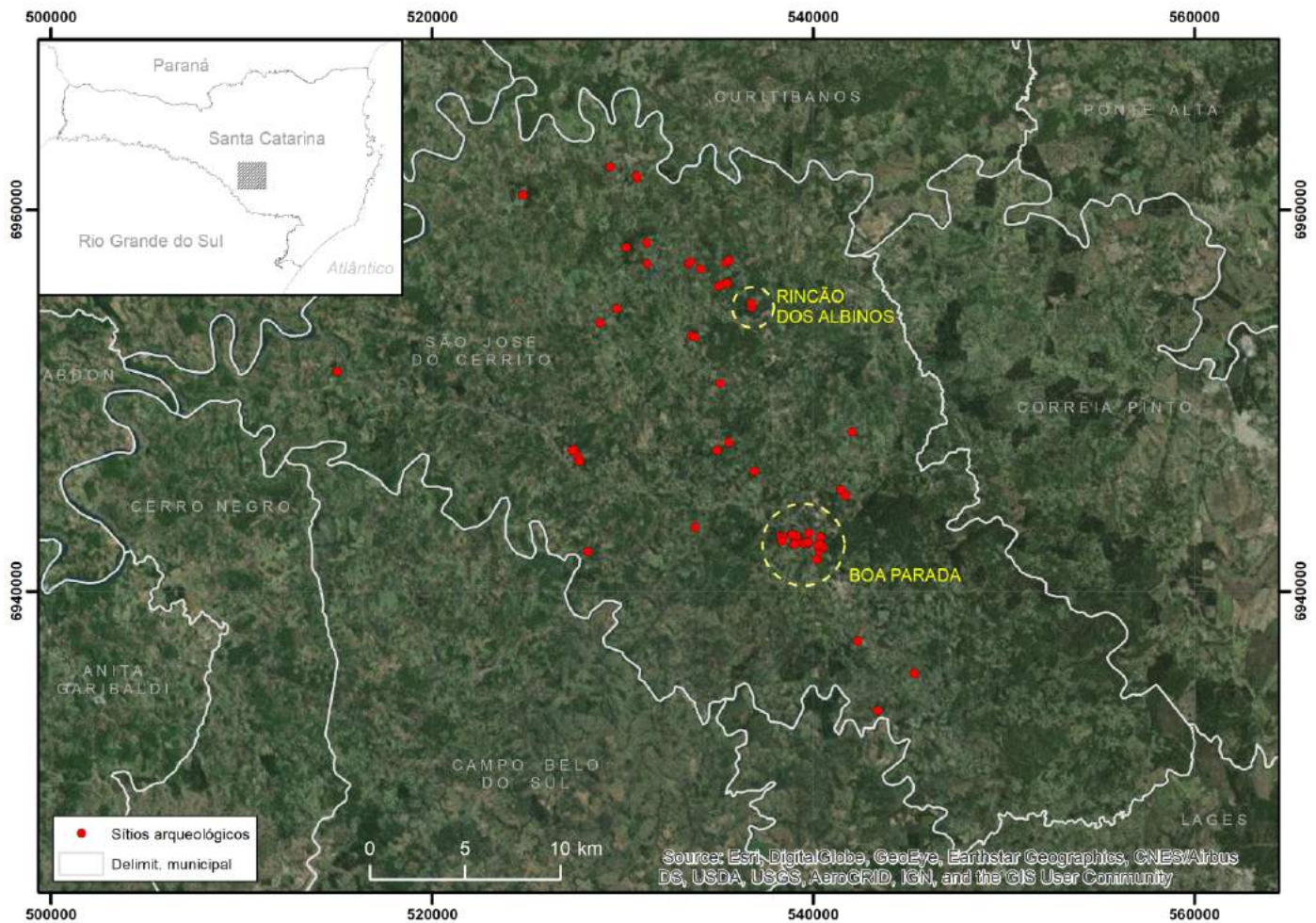


Figura 1: Localização das áreas arqueológicas Rincão dos Albinos e Boa Parada.

anos AP. Neste sítio as casas estão aglomeradas, como se construídas em sobreposição. Nesta área não ocorrem danceiros e a cerâmica aparece em algumas estruturas, nos níveis mais superficiais (Schmitz et al., 2013a; Novasco, 2013).

A partir de dados obtidos nas pesquisas realizadas em São José do Cerrito, alguns elementos do ethos do Jê Meridional puderam ser captados, como a persistência temporal e geográfica da prática de construir casas subterrâneas, a utilização de monumentos cerimoniais ligados à cremação e a manufatura de cerâmica.

A respeito do padrão de assentamento, em sua maioria, os sítios com estruturas subterrâneas encontram-se implantados em encostas pouco íngremes formadas por terraços coluviais, próximos a fios de água de banhados de elevação; os abrigos rochosos ocorrem com maior frequência em grutas associadas a cascatas que as "protegem"; os sítios superficiais estão comumente implantados em média/alta encosta ou topo vertente; já os 'danceiros' e os aterros plataforma estão

implantados em áreas mais planas, principalmente no topo de elevações (Schmitz et al., 2010; Schmitz et al., 2013a; Schmitz et al., 2013b; Schmitz et al., 2016a; Schmitz et al., 2016b).

Sobre os sítios compostos por uma ou mais estruturas subterrâneas uma particularidade foi observada: os sítios com as datas mais recuadas apresentam casas com dimensões variadas, mas são produto de sucessivas reocupações e estão muito próximas umas das outras, formando aglomerados com várias estruturas; já nos sítios com datações mais recentes, aproximadamente a partir de 900 anos AP, o número de casas por sítio reduz, os aterros das casas são mais bem definidos e ocorrem estruturas cerimoniais associadas com maior frequência (danceiros e/ou montículos).

Em se tratando da cerâmica, ao que tudo indica, ela passa a ser produzida a partir 900 anos AP e se estende até os sítios mais recentes, com datas de 320 anos AP. A cerâmica pode ser um dos elementos culturais que, quando presentes nos sítios, pode indicar a transição do modo de vida caçador-coletor

para o forrageiro de baixa mobilidade, ou ainda, para a adoção de uma horticultura incipiente.

Conforme dito acima, esta mudança de comportamento, relacionada à mobilidade do grupo, foi verificada nas áreas arqueológicas Rincão dos Albinos e Boa Parada. Acredita-se que esta mudança de comportamento se deu de forma gradual e está associada a mudanças que ocorreram no ambiente nesse mesmo momento, e sobre isso se discorrerá mais à frente.

3. Dados paleoambientais existentes para o Planalto Meridional Brasileiro

O Planalto Meridional Brasileiro, onde se localiza o município de São José do Cerrito, compreende ao domínio morfoclimático dos planaltos subtropicais com araucárias. Situado entre os meridianos 54° 0'W e 49° 30' W, e entre o Trópico de Capricórnio (paralelo 23° 30'S) e o paralelo 30° 00'S, este domínio abrange uma área de, aproximadamente, 400.000 km², distribuídos entre os estados do sul do Brasil (ocupa 60% do território do estado do Paraná, 80% do território do estado de Santa Catarina e 35% do território do estado do Rio Grande do Sul).

Para compreender o processo de formação e transformação desse ambiente, seria necessário realizar uma ampla revisão de eventos hidrodinâmicos, processos de pedogênese, transições entre períodos de glaciação e períodos secos, os quais são responsáveis pela atual configuração da Terra. No entanto, nesse item objetiva-se apresentar dados paleoambientais obtidos na bibliografia e que se referem a análises palinológicas realizadas nas terras altas do sul do Brasil.

Dados palinológicos obtidos no planalto de Santa Catarina por Behling (1995), indicam uma redução de espécies do gênero *Isoetes*, *Lycopodium* e *Croton* (indicadores de locais com baixas temperaturas) e um aumento da *Dicksonia sellowiana* (xaxim, indicador de locais com alto teor de umidade) na transição Pleistoceno-Holoceno (entre 10,8 e 10,5 mil anos antes do presente), denotando um período de mudança para clima quente e úmido. Entre 10,5 e 10 mil anos A.P. o clima se torna mais frio e seco, o que pode ser evidenciado pelo aumento de *Isoetes* e diminuição de *Dicksonia sellowiana*.

Dados de Roth e Lorscheitter (1993) coletados no Parque Estadual de Aparados da Serra indicam,

novamente, o aumento da umidade por volta de 10 mil anos A.P, período no qual se dá o início do avanço da Floresta de Araucária na região. As análises realizadas sobre as amostras obtidas em Aparados da Serra indicam a não ocorrência de clima seco na região durante o Holoceno.

Para a região da Serra dos Campos Gerais, no estado do Paraná, Behling (1997) obteve dados palinológicos a partir de 12,3 mil anos antes do presente. Em seu diagrama palinológico é possível identificar a ocorrência de algumas espécies características da Floresta Ombrófila Mista, tais como a *Mimosa scabrella* (Bracatinga), *Podocarpus lambertii* e *selowii* (Pinheiro-bravo) e, com menor frequência, a *Araucaria angustifolia* (Pinheiro do paraná ou araucária), entre 12 e 8 mil anos AP, período em que o planalto era ocupado majoritariamente por vegetação de campo. Entre 8 e 4 mil anos AP as espécies da Floresta Ombrófila Mista praticamente somem, ao contrário de alguns gêneros de Floresta Ombrófila Densa, que apresentam um aumento significativo.

Entre 4 e 1,5 mil anos AP, verifica-se através dos diagramas palinológicos a vigência de um clima seco, com períodos de até três meses sem chuva nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, impossibilitando a expansão e estabilização da Floresta Ombrófila Mista. No diagrama da amostra coletada na Serra dos Campos Gerais (Paraná), há a indicação de que o clima tenha se tornado mais úmido por volta dos 1,5 mil anos AP. Já em São Francisco de Paula e Cambará do Sul o mesmo processo ocorre por volta dos 1,1 mil anos AP, indicando que a franca expansão da floresta de araucária tenha ocorrido nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul entre 1,1 e 1 mil anos AP (Behling, 1997).

Portanto, através dos dados palinológicos existentes, é possível verificar que nos últimos 10 mil anos o planalto meridional brasileiro passou por uma série de transformações climáticas, que por sua vez, acabaram modelando paisagisticamente essa região. Sabendo que o ambiente exerce forte influência na forma como os grupos humanos vivem e se organizam, acredita-se que o aprofundamento dos dados paleoambientais da região de interesse deste trabalho são fundamentais para uma melhor compreensão a respeito da dinâmica sociocultural dos grupos Jê Meridionais do período pré-colonial.

4. A ocupação Jê Meridional: uma proposta para o planalto catarinense

Neste item serão abordadas as estratégias adaptativas elaboradas pelos grupos Jê Meridionais no decorrer da ocupação por esses empreendidas na área do sítio Rincão dos Albinos. Cabe informar, contudo, que essa proposta foi desenvolvida a partir de análises arqueológicas realizadas sobre os sítios com casas subterrâneas de São José do Cerrito, e dados palinológicos disponíveis na bibliografia acerca do Planalto Meridional Brasileiro.

Entre o possível início da migração Jê em direção às terras altas do sul do Brasil (3.000 anos atrás) e a data mais antiga obtida para casas subterrâneas em São José do Cerrito (1.400 anos AP), existe um hiato de, aproximadamente, 1.500 anos, sem que vestígios concretos da presença desses grupos no planalto fossem captados. Schmitz et al (2010) informa sobre a ocorrência de um fogão encontrado abaixo do aterro de nivelamento de duas casas subterrâneas geminadas, no município de São José do Cerrito, localidade de Boa Parada, no qual obteve-se uma data por C14 de 2.640 anos AP. De acordo com os autores, a data não se refere às casas, mas sim ao que havia antes delas e, por enquanto, não é possível atribuir com toda a certeza tal ocupação aos Jê, uma vez que elementos diagnósticos capazes de permitir tal associação não foram identificados.

Considera-se muito provável, contudo, que nesse período os Jê Meridionais já ocupavam os campos que dominavam esse território e as matas fluviais situadas nos vales dos rios e córregos, subsistindo da caça e da coleta. Dados obtidos por De Masi (2001) através da análise de isótopos estáveis de carbono e nitrogênio identificados no colágeno de ossos humanos coletados de abrigos sob rocha dos municípios de Urubici e São Joaquim, indicam que, entre 1.735 e 1.182 anos AP (215 e 768 d. C.), os grupos humanos do planalto que depositavam seus entes em abrigos rochosos possuíam uma dieta baseada na caça e coleta de recursos terrestres, o que os definiria como caçadores-coletores, cuja mobilidade se restringe aos campos das terras altas. Moran (1994, p. 265), a partir da compilação de estudos antropológicos realizados no mundo inteiro, afirma que a adaptação humana em áreas de campo baseia-se na caça de animais silvestres, na criação de animais domésticos ou em estratégias

que mesclam atividades pastoris e agrícolas. Segundo o autor, pelo fato de que as regiões de campo geralmente apresentam baixo índice de pluviosidade, ou um teor de umidade muito alto devido à proximidade do lençol freático com a superfície, a caça e a criação de animais é a prática mais comum entre os grupos humanos que vivem nesses ambientes. Sobre a organização social desses grupos, Moran (1994, p. 267), ressalta que em virtude das características desiguais do meio ambiente, o nomadismo representa a forma mais comum de assegurar o suprimento adequado de pastos e água.

Associada às atividades de caça e domesticação de animais nos campos, está a necessidade do uso do fogo. De acordo com Moran (1994) as queimadas realizadas sobre os campos estão associadas ao controle do acúmulo de palha gerado por algumas espécies de gramíneas que, se não forem ceifados, queimados ou roçados, formam uma espessa camada de material vegetal sobre o solo que pode levar até três anos para decompor-se totalmente. Ainda segundo Moran, essas queimadas recorrentes mantêm as espécies arbóreas em um estágio juvenil e não frutífero, permitindo, ao mesmo tempo, que as gramíneas perenes brotem novamente, mais adaptadas do que os arbustos para resistirem aos incêndios (MORAN, 1994, p. 276).

Corroborando com as proposições de De Masi e indo ao encontro as generalizações apresentadas por Moran sobre os caçadores-coletores, dados obtidos através das análises de estratigrafia de turfeiras atentam para a ocorrência de intensas atividades de queimadas sobre o planalto meridional entre 2.800 e 1.500 anos AP (Behling, 1997; 2002; Behling et al., 2004; Iriarte; Behling, 2007), às quais são atribuídas por Behling às atividades de caça desenvolvidas sobre o campo. O autor ressalta, ainda, que, ao passo que as datas se aproximam do presente as partículas de carvão diminuem, indicando um possível abandono dessa prática (Behling, 1997). As colunas estratigráficas apresentadas por Behling também deixam claro que a expansão da mata de araucária está diretamente associada à diminuição das partículas de carvão, indicando que a expansão da mata com araucária só foi possível a partir do momento em que os grupos caçadores-coletores abandonam as práticas de queimada. Deve-se considerar, contudo, um caminho de mão inversa, no qual a expansão da

mata com araucária leva os grupos caçadores-coletores - que acreditamos serem os Jê Meridionais sem casas subterrâneas - a abandonarem a prática das queimadas.

Propõe-se que, dentro do panorama cronológico que varia entre 2.700 e 1.600 anos AP os Jê, migrantes do cerrado do Brasil Central, aplicam as mesmas estratégias de subsistência e algumas práticas desenvolvidas em sua região de origem, como a caça nas estepes e a coleta nas florestas fluviais, e o sepultamento em abrigos sob rocha (Schmitz et al. 1989; Morales, 2008). A fragilidade dessa suposição encontra-se na insuficiência de registros arqueológicos que remontem às ocupações empreendidas nesse horizonte cronológico.

Com o aumento da umidade e a intensificação do processo de expansão da mata de araucária (por volta dos 1.500 AP), é possível que características culturais, incluindo estratégias de ocupação e subsistência, tenham sido desenvolvidas em resposta às novas condições do ambiente. Suttles (1968), por exemplo, ao realizar estudos sobre grupos pescadores da costa pacífica do noroeste da América do Norte, salientou que esses grupos talvez tivessem começado como grupos de alta mobilidade, mas, em resposta à grande disponibilidade de salmão na região, foram induzidos ao acúmulo de excedentes e a uma colonização estável.

No caso dos Jê Meridionais, com a expansão das matas com araucária, a disponibilidade de recursos sofreria um significativo aumento no período da maturação do pinhão, onde além da própria semente da araucária, estaria disponível uma maior diversidade de mamíferos de pequeno e médio porte, como os porcos-do-mato e os roedores, que também são atraídos pela disponibilidade de pinhão. Ambrosetti (1895), relata que os pinheirais de San Pedro, em Misiones, eram visitados pelos indígenas todos os anos durante os meses de março, abril e maio, período de maturação do pinhão. O autor informa ainda que cuando las araucarias voltean sus piñones son muy visitadas por todos los representantes de la fauna del bosque: venados, antas, catetos y, sobre todo, por grandes piaras de chanchos jabalies que son ávidos por esta benéfica y abundante fruta (Ambrosetti, 1895, p. 307).

Considerando a grande possibilidade de que no período inicial da expansão da floresta existiam

refúgios de mata com araucária na área do Rincão dos Albinos, este se tornaria um local onde a disponibilidade de recursos seria abundante por, ao menos, três meses. De acordo com Binford (1980) e Renouf (1984), em locais em que a variação de recursos é mais temporal que espacial, os assentamentos serão sedentários ou quase sedentários, e esta redução de mobilidade acarretará alterações nas características culturais e sociais desses grupos. No caso dos Jê Meridionais, o que se propõe nesse trabalho é a hipótese de que a redução de mobilidade, decorrente da grande disponibilidade de recursos durante o período de maturação do pinhão, bem como a diminuição das temperaturas e o aumento da umidade, resultaram na elaboração de novas estratégias de assentamento, acompanhadas da adoção das casas subterrâneas.

Associando a quantidade de carvão presente nos perfis estratigráficos das turfeiras apresentados por Behling (1997; 2002), os materiais arqueológicos presentes nos sítios arqueológicos e a cronologia na qual se estende a prática do sepultamento em abrigos rochosos, sugere-se que, entre 1.500 e 1.000 anos AP, esses grupos mantêm-se nômades em boa parte do ano, período em que caçam nos campos e realizam queimadas de menor proporção, mas retornam aos "pinheirais" nos meses específicos de maturação do pinhão. Os sítios escavados nos vales do rio Itajaí do Oeste, Canoas e Chapecó (Schmitz et al. 2009; Schmitz et al., 2016a; Schwengber et al. 2012) demonstram que neste horizonte cronológico a cerâmica não é utilizada pelos construtores de casas subterrâneas, aparecendo com muita frequência nos sítios com datas de 1.000 AP a 320 AP, ou seja, após a franca expansão da mata de araucária.

Corteletti (2012) chama a atenção para outras alterações culturais desse grupo na transição do primeiro para o segundo milênio da era Cristã. Segundo o autor:

A comparação entre as datações disponíveis até o momento, para sepultamentos em grutas e em estruturas anelares, propicia a oportunidade de arriscar a hipótese de que, ao redor de 1000 AP, aconteceram mudanças de ordem social nos Jê Meridionais. Sugiro que possa ser inferida uma mudança no padrão de sepultamento destes povos, a partir da constatação de que todas as datas de esqueletos disponíveis para sepultamentos em

grutas aconteceram há mais de 1.100 anos e, por outro lado, todas as datas de sepultamentos em montículos e em estruturas anelares se colocam nos últimos 1.000 anos. Há, portanto, uma época em que os mortos são sepultados em grutas e, posteriormente, uma época em que os mortos são sepultados nos montículos e nas estruturas anelares. Por volta do ano 1000 AD ocorreu uma série de transformações nessa sociedade [...]: a grande expansão da mata de araucária, ao que tudo indica através da prática de manejo (Bitencourt & Krauspenhar 2006); as alterações climáticas que tornam o clima mais quente e úmido (Iriarte e Behling 2007) e a certeza de cultivares do tipo C4 - provavelmente milho [...] (Corteletti, 2012, p. 197-198).

As transformações citadas por Corteletti estão diretamente associadas à complexificação social dos Jê Meridionais, que está entrelaçada à maior ocorrência de locais de obtenção de recursos sazonais, nesse caso, a mata com araucária. A franca expansão da mata de araucária sobre os campos deu origem a uma nova fisionomia para boa parte do planalto catarinense. Existem a partir do primeiro milênio da era cristã, no lugar dos vastos campos, mosaicos compostos por mata com araucária e campo, provendo disponibilidade e variabilidade de recursos, tornando cada vez mais viável a sedentarização dos Jê Meridionais, e os elementos culturais que a acompanham: cerâmica, danceiros, economia mista etc.

Deve-se ressaltar que as reflexões aqui apresentadas tem o objetivo de criar hipóteses e buscar respostas a respeito das estratégias de adaptabilidade locais, desenvolvidas e aplicadas pelos grupos que ocuparam o Rincão dos Albinos. Dessa forma, a manipulação desses dados arqueológicos em associação aos paleoambientais, visa a reforçar e, ao mesmo tempo, testar a hipótese de que a trajetória milenar do Jê Meridional no Sul do Brasil não é uma simples transposição ou expansão territorial, que poderia ser tratada como uma diáspora, mas um ajuste continuado da economia, da sociedade e do mundo simbólico ao ambiente, ao crescimento interno do grupo e ao relacionamento com outras populações indígenas e coloniais que competem pelo mesmo espaço, tomando o sentido próximo de uma etnogênese (JONES, 1997).

Assim sendo, partindo para uma síntese mais

abrangente, é incontestável que, durante esses possíveis (quase) 3.000 anos de ocupação sobre o planalto sul brasileiro, os Jê Meridionais mantiveram uma relação muito estreita com o ambiente, percebendo as mudanças climáticas e alterações ocorridas principalmente na composição biótica da região (fauna e flora), elaborando respostas adaptativas às transformações naturais, e transformando a sua organização social. Teriam sido, portanto, caçadores-coletores do campo, em um primeiro momento (2.800 a 1.500 AP); com a tímida expansão da mata com araucária teriam se tornado caçadores-coletores do campo e do mato, mantendo-se estáveis por alguns meses durante a maturação do pinhão (1.500 a 900 AP); e tornaram-se grupos sedentários, com estruturas sociais complexas e economia mista, baseada na caça, coleta e agricultura (900 AP até a chegada dos europeus).

Considerações finais

Este trabalho representa uma tentativa de compreender o processo de ocupação empreendido pelos grupos Jê Meridionais no planalto catarinense, mais especificamente na região de São José do Cerrito. A associação de dados paleoambientais e arqueológicos serviram de suporte para que vislumbrássemos a possibilidade de apresentar as estratégias de adaptação e ocupação desenvolvidas pelos construtores de casas subterrâneas nesta região.

Os dados paleoambientais contribuíram na composição de uma provável configuração ambiental presente na região há 1.400 anos atrás: uma bacia bastante dissecada, coberta por mata nas suas encostas, mas tomada pelos campos úmidos no topo das vertentes. Do campo, queimado em determinadas épocas, seria possível obter basicamente a caça; e das matas, fonte sazonal de recursos, poderia ser obtido o pinhão e a caça de animais atraídos também pela maturação da semente da araucária. Os dados arqueológicos e as observações feitas em campo permitiram que identificássemos padrões e variações de assentamento, bem como os elementos que regularam os padrões e tornaram necessária a elaboração de novas estratégias de assentamento. Sabe-se, contudo, que mais do que respostas que solucionam alguns problemas que permeiam a compreensão do processo de ocupação Jê

Meridional, neste trabalho apresenta-se mais hipóteses para serem testadas em pesquisas posteriores. Ressalta-se, portanto, que muitas casas subterrâneas, montículos, estruturas anelares e sítios superficiais ainda precisam ser escavados, para que novas perspectivas sejam apresentadas para a arqueologia do planalto catarinense.

Bibliografia

- Ambrosetti, J. B., 1895. Los indios Kaingángues de San Pedro (Misiones), con un vocabulario. *Revista del Jardín Zoológico de Buenos Aires*, tomo II, ent. 10, p. 305-387.
- Behling, H., 1995. Investigations into the Late Pleistocene and Holocene history of vegetation and climate in Santa Catarina (South Brazil). *Vegetation history and Archaeobotany*, 4 (3), p. 127-152.
- Behling, H., 1997. Late quaternary vegetation, climate and fire history of the Araucaria forest and campos region from Serra Campos Gerais, Paraná State (South Brazil). *Review of palaeobotany and palynology*, 97, p. 109-121.
- Behling, H., 2002. South and southeast Brazilian grasslands during the Late Quaternary times: a synthesis. *Paleogeography, Paleoclimatology, Paleoecology*, v. 177, p. 19-27.
- Behling, H.; Pillar, V. D.; Orlóci, L.; Bauermann, S. G., 2004. Late Quaternary Araucaria forest, grassland, fire and climate dynamics, studied by high-resolution pollen, charcoal and multivariate analysis of the Cambara do Sul core in southern Brazil. *Palaeo*, 203, p. 277-297.
- Binford, L., 1980. Willow smoke dog's tail. Hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation. *American Antiquity*, 45, p. 4-20.
- Bitencourt, A. L. V.; Krauspenhar, P. M., 2006. Possibilidade prehistórica antropogênica em Araucaria angustifolia (Bert.) o. Kuntze expansion during the Late Holocene. *Revista Brasileira de Paleontologia*, v.9 (1), p. 109-116.
- Copé, S. M.; Saldanha, J. D. M., 2002. Em busca de um sistema de assentamento para o Planalto Sul Riograndense: escavações no sítio RS-NA-03, Bom Jesus, RS. *Pesquisas, Antropologia*, 56, p. 107-120.
- Corteletti, R., 2012. *Projeto Arqueológico Alto Canoas - PARACA: um estudo da presença Jê no Planalto Catarinense*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo.
- De Masi, M. A. N., 2001. Pescadores coletores da costa sul do Brasil. *Pesquisas, Antropologia*, 57, p. 1-136.
- Henry, J., 1964. *Jungle people. A Kaingang tribe of the highland of Brazil*. New York.
- Iriarte, J.; Behling, H., 2007. The expansion of Araucaria forest in the Southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications of the Taquara/Itarare Tradition. *Environmental Archaeology*, 2, p. 115-127.
- Jones, S., 1997. *The archaeology of ethnicity. Constructing identities in the past and present*. London and New York: Routledge.
- Mentz Ribeiro, P. A.; Ribeiro, C.T., 1985. Levantamentos Arqueológicos no município de Esmeralda, Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista do CEPA*, 12 (14), p. 49-105.
- Moran, E. F., 1994. Adaptabilidade humana: uma introdução à antropologia ecológica. São Paulo: EDUSP.
- Müller, L. M., 2008. *Sobre índios e ossos: Estudo de três sítios de estruturas anelares construídos para enterramento por populações que habitavam o vale do rio Pelotas no período pré-contato*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Novasco, R. V., 2013. *As casas subterrâneas e sua paisagem: cartografando o ambiente*. Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- Novasco, R. V.; Schmitz, P. I., 2016. Estratégias de assentamento: uma análise sobre o sítio arqueológico Rincão dos Albinos, Planalto de Santa Catarina – Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 27, n.1, p. 213-225.
- Renouf, M. A. P., 1984. Northern coastal hunter-fishers: an archaeological model. *World Archaeology*, 16, p. 18-27.
- Roth, L.; Lorscheitter, M. L., 1993. Palynology of a bog in Parque Nacional de Aparados da Serra, east Plateau of Rio Grande do Sul. *Quaternary of South America and Antarctic Peninsula*, 8, p. 39-69.
- Saldanha, J. D. M., 2005. *Paisagem, lugares e cultura material: uma arqueologia espacial nas terras altas do sul do Brasil*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Schaden, F. S. G., 1977. Xokleng e Kaingang. In: Schaden, F. S. G. Índios, Caboclos e Colonos: páginas de etnografia, sociologia e folclore. Vol. 1. São Paulo: *Coleção da Revista de Antropologia*, p. 77-84.
- Schmitz, P. I.; Barbosa, A. S.; Jacobus, A. L.; Ribeiro, M. B., 1989. Arqueologia nos Cerrados do Brasil Central. Serranópolis I. *Pesquisas, Antropologia*, 44, São Leopoldo.
- Schmitz, P. I.; Novasco, R. V., 2011. Arqueologia no Planalto: o uso do SIG na aplicação de análises espaciais dos sítios arqueológicos da localidade de Boa

- Parada, município de São José do Cerrito. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnografia*, v. 21, n. 1, p. 167-183.
- Schmitz, P. I.; Rogge, J. H.; Novasco, R. V.; Beber, M. V.; Ferrasso, S.; Mergen, N. M., 2016a. Santo Antônio dos Pinhós em São José do Cerrito, SC: um teste para Boa Parada. *Pesquisas, Antropologia*, v. 72, p. 63-98.
- Schmitz, P. I.; Rogge, J. H.; Novasco, R. V.; Ferrasso, S.; Perondi, V.; Mergen, N. M., 2016b. De volta a Boa Parada, lugar de casas subterrâneas, 'aterros plataforma' e 'danceiros'. *Pesquisas, Antropologia*, São Leopoldo, v. 72, p. 7-62.
- Schmitz, P. I.; Rogge, J. H.; Novasco, R. V.; Mergen, N. M.; Ferrasso, S., 2013a. Rincão dos Albinos um grande sítio Jê Meridional. *Pesquisas, Antropologia*, 70, São Leopoldo, p. 65-131.
- Schmitz, P. I.; Rogge, J. H.; Novasco, R. V.; Mergen, N. M.; Ferrasso, S., 2013b. Boa Parada: um lugar de casas subterrâneas, aterros-plataforma e 'dancheiro'. *Pesquisas, Antropologia*, 70, São Leopoldo, p. 65-131.
- Schmitz, P.I.; Arnt, F.V.; Beber, M.V.; Rosa, A.O.; Farias, D.S.E., 2010. Casas subterrâneas no planalto de Santa Catarina: São José do Cerrito. *Pesquisas, Antropologia*, 68, São Leopoldo, p. 7-78.
- Schmitz, P.I.; Arnt, F.V.; Beber, M.V.; Rosa, A.O.; Rogge, J. H., 2009. Taió, no Vale do Rio Itajaí, SC. *Pesquisas, Antropologia*, 67, São Leopoldo, p. 185-320.
- Schwengber, V. L.; Novasco, R. V.; Mello, A. B., 2012. Contribuições para a arqueologia do planalto catarinense: escavações no município de Passos Maia. *Cadernos do CEOM*, v.1, Chapecó, p.169 - 189.
- Suttles, W., 1968. Coping with abundance: subsistence on the Northwest Coast. In: Lee, R. De Vore, R. *Man the Hunter*. Chicago: Aldine, p. 56-68
- Urban, G. A., 1992. história da cultura brasileira segundo as línguas indígenas. In: Cunha, M. C. *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, p. 87-102.
- Wiesemann, U., 1978. Os dialetos da língua Kaingáng e o Xoklég. *Arquivos de Anatomia e Antropologia*, v.III, Rio de Janeiro, p. 199-217.



<http://www.pacadnetwork.com/itm/index.php/techne/techne-2018>
eISSN: 2182-9985

Os desafios da gestão do património, no âmbito da gestão do território com recurso a tecnologias de informação geográfica

Rita Ferreira Anastácio*

Instituto Politécnico de Tomar

GQP-CGeo, Grupo Quaternário e Pré-História, Centro de Geociências (uI&D 73-FCT), Universidade de Coimbra

Instituto Terra e Memória

Artigo submetido em

12/09/2017

Artigo aceite em

01/09/2018

Artigo publicado em

14/09/2018

Palavras-chave:

Gestão do Património; Gestão do
Território; Sistemas de Informação
Geográfica;

Resumo

O património cultural em Portugal é uma entidade jurídica com um objetivo próprio, composta por várias normas do Direito (Constitucional, Comunitário, Internacional e Administrativo) que definem um regime de Direito Público, e que encontra os seus fundamentos na ideologia dominante do Mundo Ocidental, na qual se define o que deve ser considerado património, o que se protege, o que se valoriza e o que se divulga, determinando o que é, ou o que não é, património em ordem à sua fruição pelas comunidades. No âmbito da gestão do território coloca-se a questão do que se deve valorizar? Apenas o que está classificado segundo a lei ou também o que tem um interesse do ponto de vista da investigação científica, fundamental para a formalização do conhecimento? A inventariação tem como finalidade conhecer para proteger e valorizar o património. As tecnologias de informação geográfica são instrumentos fundamentais para tornar eficaz esta sistematização e a base para a análise integrada em linha de conta com fatores históricos, sociais e económicos que compõem a identidade cultural de um território geográfico.

Pretende-se assim contribuir para a reflexão de como a gestão do património é um dos pilares importantes da gestão do território, e onde a utilização eficaz das tecnologias de informação geográfica é fundamental para garantir a qualidade das decisões geográficas no território.

1. Introdução

O património cultural em Portugal é uma entidade jurídica com um objetivo próprio, composta por várias normas que definem um regime de Direito Público na qual se define o que deve ser considerado património, o que se protege, o que se valoriza e o que se divulga, determinando o que é, ou o que não é, património em ordem à sua fruição pelas comunidades. No âmbito da gestão do

território coloca-se a questão do que se deve valorizar? Apenas o que está classificado segundo a lei? Os atrativos/segmentos (por exemplo para o Turismo Cultural)? Ou também o que tem um interesse do ponto de vista da investigação científica (fundamental para a formalização do conhecimento)?

A utilização de tecnologias de informação geográfica na gestão do património é essencial para

* Rita Ferreira Anastácio | rfanastacio@ipt.pt

garantir eficácia no apoio à decisão espacial dos processos de gestão do território. Neste âmbito colocam-se questões sobre a qualidade da informação geográfica versus resultados cartográficos credíveis, capazes de sustentar as opções estratégicas de desenvolvimento sustentável do território.

Neste artigo pretende-se fazer uma reflexão sobre as temáticas indicadas a fim de se compreenderem os desafios da gestão do património, no âmbito da gestão do território com recurso a tecnologias de informação geográfica.

2. A Gestão do Património Cultural

A Gestão do Património Cultural tem sido objeto de preocupação a diferentes níveis de intervenção. Para melhor compreender o Património Cultural é necessário ter em conta a legislação e os seus princípios orientadores, pois é através dela que se têm construído a noção de Património Cultural e de identidade, como testemunho cultural. A legislação obriga os diversos níveis de organização (pública), a promover a recuperação e requalificação dos centros históricos e outros conjuntos urbanos, dá relevância à participação das comunidades na gestão efetiva do património, assim como identifica novas tipologias como a arquitetura do espetáculo, o património industrial, as cercas monásticas, os jardins, o património vernacular, entre outras (Carvalho, 2007).

A construção do Património Cultural é então um produto a dois tempos: obra da academia e do rigor de tipo científico, com a consagração de dinâmicas sociais que remetem para apropriação mais do que para conhecimento (Oosterbeek, 2011). A questão que se coloca é o que se deve valorizar: o efémero ou o sedimentado no tempo (Oosterbeek, 2010). Esta reflexão terá de compreender quais os passos que podem ser dados para um futuro globalmente mais equilibrado e sustentável, no qual o Património Cultural tem um papel central (Oosterbeek, 2008), onde é necessário definir sobre os usos públicos e privados.

Os objetivos do Estado Português quanto à intervenção na cultura têm sido sobretudo: a preservação do património; apoio à criação, produção e difusão cultural; democratização do acesso à cultura; descentralização cultural e internacionalização da cultura portuguesa. Embora os objetivos desta política sejam claros, a proteção

legal dos bens culturais é feita apenas através da sua classificação e inventariação, funcionando como instrumento jurídico, com a finalidade de proteger e valorizar o Património Cultural, sem ter em linha de conta os fatores históricos, sociais e económicos que compõem a identidade cultural num território geográfico, que deveriam contribuir para o desenvolvimento socioeconómico regional e local. Desta forma, a nova lei do Património Cultural Português alicerça-se num conceito alargado, abrangente e multidimensional que envolve diferentes manifestações de Património Cultural e reflete as principais tendências internacionais e assim como os compromissos assumidos pelo Estado neste domínio (Carvalho, 2008).

Assim a ideia de preservação do Património Cultural emerge do resultado de uma descontinuidade civilizacional, contendo um propósito pedagógico relativamente ao legado cultural que cada País, que se pretende entregar às gerações futuras. Assinale-se que as finalidades da democratização e da descentralização cultural surgem, por vezes, a par do incentivo ao incremento da edificação de equipamentos culturais (bibliotecas, museus, cineteatros,...) e da organização destas infraestruturas em redes (GEPAC, 2014). Novos desafios sobre a gestão do património e da cultura se vão-se colocar ao nível das futuras políticas culturais europeias e em novas áreas temáticas em que há alguns "nichos de pesquisa" (Ortega & Peris, 2013).

A Gestão do Património Cultural é uma necessidade social que envolve diversos tipos de atividade e distintos protagonistas, com vocações distintas: equipas de campo reconhecidas e a mobilização de cidadãos parceiros privilegiados desta gestão que consideram o património como seu, que só faz sentido no quadro de uma sociedade que o valoriza e o considera como parte da sua identidade cultural.

Uma estratégia de Gestão do Património deve ter em vista a identificação, conhecimento, preservação e usufruto do património, fomentando a pesquisa e a investigação (identifica e dá sentido ao passado), a preservação e a fruição do mesmo, com a implementação de programas e planos que permitam a construção de futuros sociais, que identifiquem ações, com o objetivo de mudar os território/comunidade, conduzindo assim a sua valorização e utilização pública, mas com regras de

uso. É fundamental para o sucesso das ações a participação das comunidades no planeamento e execução das mesmas, assim como a independência e autonomia através da educação (Aledo Tur, 2003). Na base da Gestão do Património, está a caracterização cultural dos territórios, as suas políticas de gestão, assim como as instituições e organizações. As perspetivas sociais, formas de conhecimento, valores (tanto para as gerações presentes e futuras, muitas vezes em conflito) e outros fatores necessitam de ser avaliados, na lógica de uma rede que é complexa sobretudo nas abordagens de gestão, que deve ser inclusiva ou seja participada. A questão do desenvolvimento sustentável centrado no património pode ser entendido de duas formas (UNESCO, 2013):

- Como uma preocupação para sustentar a herança, considerado como um fim em si mesmo; parte dos recursos ambientais/culturais que devem ser protegidos e transmitidos às gerações futuras para garantir o seu desenvolvimento (intrínseco). Assente no pressuposto de que o Património Cultural é a capacidade de compreender o passado através da sua cultura material, como atributos da diversidade cultural, desempenham um papel fundamental na promoção de comunidades. Nesta perspetiva, proteger e promover o Património Cultural seria, em termos da sua contribuição para a sociedade, uma meta legítima per si.

- Como uma possível contribuição que a conservação do património pode fornecer ao meio ambiente, na dimensão socioeconómica do desenvolvimento sustentável (instrumental). Decorre da constatação de que o sector do património, como elemento de um sistema maior de componentes mutuamente interdependentes, deve aceitar sua parcela de responsabilidade no que diz respeito ao desafio global da sustentabilidade.

No atual contexto de crescente pressão das atividades humanas, com reduzida disponibilidade de recursos financeiros, a contribuição da proteção do património para o desenvolvimento sustentável deve ser considerada justificadamente. Na Figura 1, apresentam-se um conjunto de problemas relacionados com a Gestão do Património, problemas antigos e novos de grande complexidade individual e coletiva, e que necessitam de adequação a uma nova abordagem de gestão e planeamento centrada nos recursos, mas numa lógica de rede.

Na interpretação endógena do desenvolvimento, a dimensão institucional é de extrema importância, por considerar que os processos de desenvolvimento têm profundas raízes institucionais e culturais (North, 1994). Neste sentido um modelo de desenvolvimento sustentável parte dos recursos existentes de um território e contempla um conjunto de fatores endógenos e exógenos, assim como a interação dos fatores, para determinar a eficácia de um processo de desenvolvimento territorial (Stimson et al, 2011). Uma abordagem centrada nos valores é, em muitos aspetos, uma resposta ao reconhecimento da complexidade crescente da gestão do património, onde se promove a avaliação do significado de um lugar - com base nos valores atribuídos por todas as partes interessadas (e não apenas pelos especialistas). Esta deve ser a base do desenvolvimento de estratégias de gestão, apoiadas em diferentes valores e significados dos bens culturais, atribuídos pelas pessoas na sociedade. Esta abordagem tem sido adotada em todo o mundo e apresenta a sequência que se apresenta na Figura 2.

A gestão eficaz e a divulgação dos conhecimentos patrimoniais de um território, assim como a sua promoção através da fruição por parte da população, não só contribuem para o crescimento da autoestima e identidade cultural, mas também, dum ponto de vista económico, fomenta a recuperação de tradições antigas e consequente revitalização de atividades económicas tradicionais (Carbone, 2011). O património deve ocupar assim um papel central nos modelos de desenvolvimento, porque, disseminado pelo território e vivido pelas comunidades, contém em si a genuinidade e a singularidade, potenciais geradoras de inovação, de qualificação territorial e de coesão social (Bernardes et al, 2014). Ou seja os modelos de desenvolvimento articulados com o património, respeitando especificidades regionais e valorizando-as no contexto nacional e internacional, devem ser adotados na lógica da gestão integrada do património e devem dar orientação para fortalecer e incentivar a requalificação, conservação e valorização (por exemplo turismo cultural), articulando-se com as comunidades locais, não só pelo conhecimento do património como na educação patrimonial para a sua preservação. A perceção cultural, a partir dos ativos socioculturais



Figura 1: Exemplos de problemas antigos e novos em Gestão do Património. (Fonte: adaptado de UNESCO, 2013).

e individuais que constituem a matriz das dinâmicas humanas, encontra instrumentos eficientes nos três pilares do desenvolvimento sustentável (ambiente, economia e sociedade) e estes ativos reforçam-se precisamente com o domínio das mesmas (Oosterbeek, 2014).

Um dos objetivos a atingir no desenvolvimento territorial é a “sustentabilidade cultural”, isto é, a possibilidade de transmitir o legado patrimonial a gerações vindouras. Contudo, como transmitir e que tipo de património são questões de possível debate entre a postura tradicional de conservação/ preservação do mesmo e formas inovadoras de promoção e difusão do conhecimento relativo a esse

mesmo património (Fernandes et al, 2014). Neste contexto é cada vez mais evidente que o património é um fator incontornável dos modelos de desenvolvimento sustentável do território e perante as dificuldades que se anteveem para os próximos anos, a sua sustentabilidade no curto/ médio prazo, terá de ir no sentido de poder concorrer para a coesão social e para a melhoria das práticas de cidadania (Bernardes et al, 2014).

3. A Gestão do Território

O território como espaço geográfico apresenta várias definições complexas e abrangentes, mas inclui os conceitos de lugar, ligado a um local e de

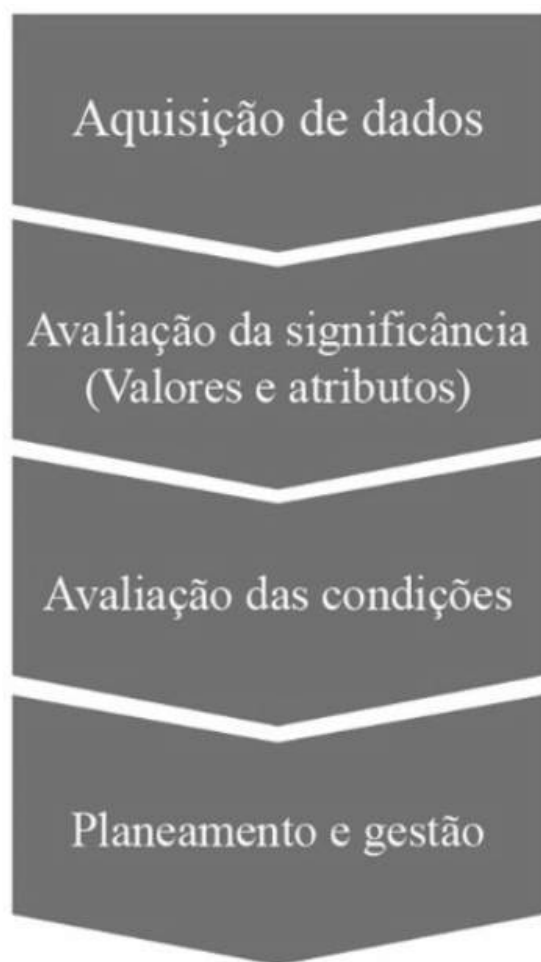


Figura 2: Abordagem do planeamento centrada nos recursos. (Fonte: adaptado de UNESCO, 2013).

paisagem como porção do espaço que a nossa visão alcança sendo produto da percepção individual. É configurado através de processos de territorialização que definem um espaço delimitado e que necessitam de processos de espacialização, que pela sua experimentação configuram as características da formação desse território, entre significância e subjetividade, estando em constante mutação, transformando-se assim em território-conceito e ator-conceito, reforçando a sua individualidade e tornando-se parte dos atores e intervenientes (Sahr, 2008). No entanto existe uma linha de entendimento comum de que o território é considerado não apenas num contexto geográfico, mas como sujeito condicionador de dinâmicas de interação em diferentes dimensões, constituindo-se um “território interdimensional” (Nunes, 2012). A definição de território que se considera é aquela que se define por um espaço geográfico que por

ação humana se transformou num território, com identidade própria, que é agora sujeito a processos de gestão.

Em função dos territórios e dos seus diferentes objetivos de gestão, criam-se necessidades específicas que têm de ser aprofundadas em instrumentos de gestão territorial adequados, que após a sua aprovação constituem as ferramentas de gestão. Neste sentido a gestão do território está associada de uma forma geral à governação do território, às respetivas políticas implementadas, com particular referência para a distribuição de tarefas e responsabilidades entre os diferentes níveis de administração, e os subjacentes processos de negociação e formação de consensos (OECD, 2001), respeitadas e valorizadas a natureza e a cultura, segundo critérios de gestão prudente, expressão da identidade territorial (Mafra, & Silva, 2004).

O território é composto por um conjunto de componentes, sociais, económicas, ambientais e culturais para os quais é possível sistematizar e sintetizar informação. A gestão do território não é mais do que o ato de gerir essas componentes que são posteriormente traduzidas, através de instrumentos especializados que controlam o processo de intervenção e sobre os quais se mobilizaram recursos, diversos atores público-privados e a sociedade em geral. Esta gestão deve ser baseada numa política pública pluridisciplinar regida pelos princípios do Ordenamento do Território, centrada no cidadão situado no espaço e no tempo, de forma a potenciar um acréscimo de eficiência num sistema territorial em constante mudança.

Numa era em que a incerteza é dominante e em que, por isso, o planeamento passa a ser uma mera linha de rumo, em permanente desfaseamento com uma realidade em permanente mutação, a gestão do território já não é apenas a dimensão espacial do processo de planeamento, resultando num conjunto de regras a aplicar num determinado território, ou seja o controle por via da administração pública e por isso a necessidade de ser integrada, isto é, tem de superar a lógica do planeamento e incorporar como estratégia a incerteza e a probabilidade (ao invés da certeza e do rigor). É nesta linha de reflexão que surge o conceito de gestão integrada do território, que a partir dos recursos existentes e centrando-se nos conceitos de sustentabilidade, em

articulação com a cultura que os interpreta e gere, procura encontrar um equilíbrio dinâmico entre todas as componentes e o próprio território, articulando perspectivas distintas e dinâmicas, muitas vezes, contraditórias, construindo um quadro de referência que evite desarticulação e dispersão de esforços (Oosterbeek, 2014).

Podemos então afirmar que a gestão do território é a dimensão espacial do processo de planeamento e resulta num conjunto de regras que visam o controlo, por via da administração pública (Anastácio, 2016). Afeta a organização espacial e influencia as dinâmicas territoriais e por isso é necessário promover uma utilização racional do espaço e uma gestão responsável dos recursos aí existentes, que se fundamente na interdisciplinaridade e no qual a gestão do património deve assumir um papel fundamental.

4. As Tecnologias de Informação Geográfica

As tecnologias da informação envolvem todos os procedimentos de recolha, classificação, armazenamento, recuperação e disseminação de conhecimentos registados. As tecnologias de informação geográfica são um caso particular das tecnologias de informação que incluem todo o tipo de instrumento para lidar com informação espacial e procura abranger todo o tipo de plataformas e sistemas informáticos utilizados no processamento de informação georreferenciada, nomeadamente os Sistemas de Informação Geográfica (SIG). A tecnologia está hoje disponível no mercado com muitas soluções de software com diversos módulos básicos de visualização, pesquisa e de análise da informação geográfica ou módulos mais complexos que permitem funções de edição avançada, modelação tridimensional e estatística avançada. Variam em função do modelo de dados a utilizar, funcionalidades disponíveis e versatilidade de integração de dados.

A sua aplicabilidade pressupõe um conhecimento aprofundado de suporte científico assente na Ciência da Informação Geográfica, suportado pela ciência cartográfica com orientações objetivas e normas de qualidade para a produção cartográfica que devem ser aplicadas de forma rigorosa, com o objetivo de produzir novo conhecimento espacial, constituindo assim um desafio ao pensamento

geográfico. É a ciência da informação que estuda os temas fundamentais decorrentes da criação, manuseamento, armazenamento e uso da informação geográfica, utiliza ou usa os SIG como ferramenta de compreensão do mundo geográfico e têm desenvolvimento e uso de teorias, métodos e dados para compreender os processos, as relações e os padrões geográficos (UCGIS)¹.

É uma ciência natural que por um lado procura descobrir princípios empíricos sobre o mundo real e por outro identifica os princípios práticos da sua aplicação, para fins humanos através do entendimento científico no que diz respeito à replicabilidade, independência do observador e do observado, partilha de termos bem definidos, e uma preocupação com a precisão, ou seja o detalhe (Goodchild, 2004).

São considerados instrumentos de operacionalização de metodologias e apoio à decisão geográfica nas várias áreas em que o espaço é parte integrante do objeto de estudo e são utilizadas nas várias etapas sucessivas de desenvolvimento de projeto. Muitas entidades já compreenderam a importância dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) como instrumentos de divulgação e de gestão e consequentemente já se encontram a desenvolver os registos da sua própria informação. O desenvolvimento de projetos em SIG, de apoio à Gestão do Património no seu modelo concetual, contempla três etapas (Anastácio, 2012):

- Inventário, que consiste na junção e organização dos dados de forma a poderem ser utilizados em futuras pesquisas;
- Análise, que requer um cruzamento de informação e exige o uso de métodos estatísticos e análise espacial que recorrem ao desenvolvimento de algoritmos que procuram dar resposta aos objetivos pré-estabelecidos;
- Gestão, que representa o aproveitamento das maiores potencialidades dos SIG, no apoio à tomada de decisões.

O encadeamento destas etapas de forma cíclica é fundamental para o sucesso das aplicações constituindo assim os SIG um importante mecanismo de apoio à decisão, com devida fundamentação técnica assente no rigor e a qualidade cartográfica das soluções, isto se forem

¹ <http://ucgis.org/>

respeitadas as metodologias e técnicas subjacentes à ciência da informação geográfica.

A integração de diversas áreas do conhecimento e de diversas abordagens metodológicas nos estudos do património cultural num SIG permite a avaliação da intervenção humana nas paisagens, onde é possível o seu relacionamento com o uso do solo e a definição do seu grau de ameaça (Anastácio, 2016). Será então necessário identificá-las e regulamentá-las como base de regime de proteção que deve fazer parte integrante de uma estratégia de gestão do património e que tenha como objetivo a sustentabilidade cultural, ou seja a transmissão do mesmo às gerações vindouras.

Conclusões

A gestão do património e consequentemente o desenvolvimento territorial são baseados na criação, articulação e consolidação de estratégias de gestão, com base em políticas públicas, fundamentadas pelo conhecimento profundo dos valores culturais e patrimoniais presentes no território, constituindo assim um importante mecanismo de valorização e defesa do mesmo. A articulação entre a gestão do património e a gestão do território na lógica da gestão prospetiva dos recursos culturais, só é verdadeiramente eficaz se toda a base geográfica de construção do conhecimento estiver assente em projetos de tecnologia SIG. As tecnologias de informação geográfica constituem instrumentos sólidos de apoio à tomada de decisão geográfica, um importante suporte na medida em que permitem a gestão das interações entre, os espaços físicos, as atividades humanas e o uso sustentado dos recursos existentes nas áreas, componentes essenciais no processo de gestão integrada do território. A sua utilização permite cumprir objetivos fundamentais no exercício da atividade de gestão do território, por proporcionar um registro permanente das decisões tomadas, e simultaneamente visão global das políticas e opções implementadas assim como a sua tradução concreta nas decisões de gestão.

É então necessário entender que as tecnologias de informação geográfica são atualmente instrumentos de operacionalização de metodologias e de apoio à decisão geográfica nas várias áreas em que o espaço é parte integrante do objeto de estudo, no entanto, a gestão do património e a sua aplicabilidade

pressupõe um conhecimento aprofundado de suporte científico assente na Ciência da Informação Geográfica, suportado por um conjunto de orientações objetivas e normas de qualidade que devem ser aplicadas de forma rigorosa.

Bibliografia

- Aledo Tur, A. 2003. Reflexiones para una antropología del posdesarrollo. In: Nogués, A. M. (Coord.). *Cultura y Turismo*. Sevilla: Signatura Demos. Pp.219-248.
- Anastácio, R. 2012. Sistema de Informação Geográfica para Gestão do Património: Caso Estudo do Médio Tejo. *Arqueologia Ibero-americana e Arte Rupestre*. Revista *Arkeos* 32. CEIPHAR. Pp.82-88.
- Anastácio, R. 2016. *Da Gestão do Património Cultural à Gestão do Território com Recurso a Tecnologias de Informação Geográfica: contributos metodológicos. Caso de Estudo - Região do Médio Tejo*. Tese Doutorado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Bernardes, J.; Oliveira, L. & Moreira, R. (Coords.) (2014). *Património e Território. Universidade do Algarve*. Consultado em março 2017: <http://www.gepac.gov.pt/Cultura-2020.aspx>.
- Carbone, F. (2011). Turismo, Arqueologia e Desenvolvimento. Gestão de Áreas Arqueológicas com fins Turísticos. O caso de Conimbriga. *Revista Turismo & Desenvolvimento*. Nº15. Pp.103-115.
- Carvalho, P. (2008). Património Cultural e estratégias de desenvolvimento em Portugal: balanço e novas perspetivas. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. *Actas X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona. Consultado em março 2017: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/289.htm>.
- Fernandes, D., Alonso, J., Julião, R.P. Lourenço, J., Ramos, R. (2014). O uso de SIG no Património Cultural: O caso do Alto Douro Vinhateiro. *Revista Engenharia Civil*. Nº48. Pp.7-21.
- Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC) - Secretaria de Estado da Cultura (2014). *Mapear os recursos, Levantamento da legislação, Caracterização dos atores, Comparação internacional*. Consultado em Janeiro de 2015: <file:///C:/Users/Rita/Downloads/i008040.pdf>.
- Goodchild, M., (2004). GIScience, Geography, Form, and Process. In: *Annals of the Association of*

- American Geographers*, 94(4). Association of American Geographers. Blackwell Publishing. Oxford. U.K. Pp. 709-714.
- North, C. (1994). Economic performance through time. *The American Economic Review*, 83. Pp.359-368.
- Nunes, S. (2012). *O papel do Território no processo de inovação empresarial*. Tese de Doutoramento em Economia, especialidade Território e Ambiente. ISCTE-IUL. Documento policopiado, não publicado.
- Oosterbeek, L. 2010. Dominant versus undermined values? A perspective from the most western seaboard of Europe. In: Oosterbeek, L., Santander, B., Quagliuolo, M. (Ed.). *Quality Heritage Management*, Tomar, CEIPHAR, Vol. 27 da série *Arkeos*, pp. 25-32.
- Oosterbeek, L. 2011. Um terreno de conflitos. Oosterbeek, L. (Ed.) In: *Direito ao património para uma Gestão Integrada do Território*. Tomar, CEIPHAR, série *Area Domeniu*, Vol. 4. Pp.7-15.
- Oosterbeek, L. (2014). Gestão Integrada de Território em Morro do Pilar: uma nova visão para o uso inteligente do Território. In: Oliveira, L.C. (Coord.) *Morro do Pilar: Cultura, memória, sustentabilidade e a antecipação do futuro*. Morro do Pilar: Instituto do Espinheiro, pp.288-313.
- Ortega, C., & Peris, I. (2013). Novos Desafios para a Investigação Sobre Cultura: Prioridades de investigação no domínio Cultural da EU. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 1(2). Pp. 48-70. Consultado em março 2017: <http://estudosculturais.com/revistalusofona/index.php/rlec/article/view/33>.
- Sahr, Wolf-Dietrich. (2008). Ação e Espaço: mundos a concretização de espacialidades na Geografia Cultural. In: Serpa, S. (Org.). *Espaços Culturais vivências, imaginações e representações*. Federal da Bahia. Brasil. Editora da Universidade, pp. 33-57.
- Stimson, R., Stough, R. e Nijkamp, P. (2011). Endogenous Regional Development. In: Stimson, R. Stough, R. Nijkamp, P. (Coords.). *Endogenous regional Development: Perspectives, Measurement and empirical Investigation*. Cheltenham (R.U.). Edward Elgar, pp.1-19.
- UNESCO (2013). *Managing Cultural world heritage*. Paris. Consultado em março 2014: <http://whc.unesco.org/en/news/1078>.



<http://www.pacadnetwork.com/itm/index.php/techne/techne-2018>
eISSN: 2182-9985

Aplicação de técnicas e métodos de registro e cadastro de sítios com arte-rupestre na região dos Campos Gerais, estado do Paraná, Brasil

Jedson Francisco Cerezer*

Espaço Arqueologia | Rua Germano Siebert, 645 – Centro, Tubarão/SC – CEP 88705-570; Instituto Terra e Memória

Valdir Luiz Schwengber**

Espaço Arqueologia / Universidade do Sul de Santa Catarina

Douglas Gonçalves Pereira***

Espaço Arqueologia

Raul Viana Novasco****

Espaço Arqueologia

Artigo submetido em

12/09/2017

Artigo aceite em

01/09/2018

Artigo publicado em

14/09/2018

Palavras-chave:

Gestão do Patrimônio; Gestão do Território; Sistemas de Informação Geográfica;

Resumo

Neste artigo propõe-se apresentar um panorama geral do programa de levantamento de sítios arqueológicos compostos por arte rupestre localizados na região dos Campos Gerais, estado do Paraná, Brasil. Como parte das ações desenvolvidas no âmbito do programa de gestão do patrimônio arqueológico afetado pela instalação de um empreendimento de transmissão de energia elétrica, na região dos Campos Gerais, estado do Paraná, foram mapeados e levantados 3 sítios de arte rupestre e cadastrados outros 27, também compostos por painéis com arte rupestre, e previamente conhecidos pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). As atividades de cadastro e recadastro dos sítios, consistiram no seu georreferenciamento, registro fotográfico em alta resolução de todos os painéis, tomada de medidas dos abrigos e afloramentos em que os painéis estão situados, e elaboração de croquis esquemáticos. Como resultado do tratamento dos dados obtidos, foram produzidas pranchas de caracterização dos sítios, onde estão concentradas todas as informações gráficas e textuais consideradas relevantes. Para este trabalho, em específico, tratar-se-á dos sítios Abrigo Iapó 1, 2 e 3, por se tratarem de sítios inéditos e aos quais se aplicou maiores recursos metodológicos.

1. Introdução

No Brasil, quando iniciadas, as pesquisas arqueológicas que se ocupavam do registro e da interpretação de pinturas e gravuras rupestres, esbarravam em obstáculos teóricos e metodológicos

que, de certo modo, limitaram os avanços nesta subárea da arqueologia. Passadas pouco mais que quatro décadas do início das primeiras pesquisas sistemáticas, novas abordagens e avançados recursos tecnológicos surgiram e vêm sendo

*Jedson Francisco Cerezer | jfcpicci@gmail.com **Valdir Luiz Schwengber | valdirluiz@gmail.com *** Douglas Gonçalves Pereira | arq.douglaspereira@gmail.com **** Raul Viana Novasco | raulnovasco@gmail.com

adotados em estudos recentes que envolvem a arte rupestre.

Nesse contexto de inovações e com o intuito de prover novas premissas metodológicas, foram desenvolvidos o registro e o levantamento de 3 (três) sítios arqueológicos na região dos Campos Gerais, no Paraná, durante a execução do Programa de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação da Linha de Transmissão 230 kV Figueira – Ponta Grossa Norte. Tais sítios são denominados Abrigo Iapó 1, Abrigo Iapó 2 e Abrigo Iapó 3, e estão localizados no vale do Iapó, curso d'água que transcorre no interior dos cânions do Parque Estadual do Guartelá.

Em suma, as atividades desenvolvidas para a execução do referido projeto representam a adoção de um protocolo metodológico próprio, adaptado para esta pesquisa, cujas bases são amplamente difundidas nas redes internacionais de investigação em arte rupestre, em especial a IFRAO (International Federation of Rock Art Organizations - <http://www.ifrao.com/ifrao/>) (Bucco, 2012; Collado, 2006; Garcês, 2017), tendo ainda como suporte o Laboratório de Arte Rupestre do Instituto Terra e Memória de Mação, Portugal. Dessa forma, não compõe o conjunto de objetivos deste projeto interpretar os motivos identificados nos sítios, mas sim, testar e adaptar protocolos de captura de dados que potencializem as atividades de campo e permitam alcançar avanços interpretativos quando da análise dos dados em gabinete.

Assim, neste artigo ater-se-á em apresentar o conjunto de procedimentos, técnicas e recursos utilizados na coleta de dados em campo, e o resultado obtido após o tratamento destes, incluindo a proposição de uma prancha de caracterização de sítios, onde informações morfométricas e locais dos abrigos/painéis são concentradas, permitindo uma avaliação contextual dos sítios arqueológicos.

2. Materiais e Métodos

Para o desenvolvimento dos levantamentos foram adotados princípios técnicos que permitem obter grandes quantidades de dados e informações dos sítios com pinturas rupestres, a fim de propiciar a compreensão do contexto em que se inserem os sítios com arte rupestre do entorno do Parque Guartelá. Esta definição foi usada para situar geograficamente a área de estudo e possibilitar

melhor interação entre a paisagem reconhecida e o patrimônio cultural.

A metodologia consiste em contemplar objetivos técnicos de levantamento sistemático de arte rupestre, para com eles avaliar a real situação de cada sítio, no que tange o estado de conservação, a documentação das pinturas, a coleta de dados de localização e medidas de proteção e conservação.

Inicialmente a equipe técnica propôs a execução de atividades que contemplassem a realização de vistoria técnica nos 3 (três) sítios arqueológicos de arte rupestres para avaliação do estado de conservação dos mesmos. Para esta prerrogativa teve-se em conta os diferentes tipos de agentes causadores de deterioração dos sítios, como por exemplo:

- Origem antrópica - a saber, pichação, fogueiras, remoção de partes do painel ou perturbação por atividades econômicas como pastorícia, pecuária e silvicultura, além de lixo e demais resíduos deixados por visitantes ou em casos específicos acampamentos ou mesmo moradias, temporárias ou permanentes;

- De origem natural - como, líquens, algas, fungos e demais agentes, árvores, raízes cipós entre outros bióticos; a lixiviação, efeitos eólicas ou pluviais, formação de concreções naturais – como a calcita - além de bioturbações de outras naturezas como os provocados por animais, vertebrados – gado, canídeos, aves, roedores ou invertebrados – como cupins, abelhas ou vespas;

Também se conta aqui a acessibilidade e o posicionamento dos painéis em relação aos pontos cardeais, visto que a incidência de chuvas, ventos ou a iluminação solar, que influenciam na existência ou não dos agentes acima citados e outros causadores de deterioração.

Nesse levantamento, tomou-se como uma das prioridades a documentação fotográfica de alta resolução dos painéis de arte rupestre que compõem os sítios arqueológicos e, por isso, para as fotografias, foram usadas câmeras, Canon EOS 600D (18 megapixels, lente 14 55mm), Canon G3X (20.2 megapixels) e Samsung WB38OF (16.3 megapixels). Foi considerado para as fotografias manter sempre as mesmas configurações da câmera, no que diz respeito ao ISO e ao Balanço de Brancos; para o “White Balance - WB” cada realidade exigiu ajustes pelo tipo de ambiente que se estava fotografando em

especial pela iluminação; o ISSO, sempre foi mantido a 100, isso fez com que nos caso de baixa luminosidade o tempo de exposição ou a abertura do diafragma fosse alterados, sendo necessário para todas as fotos o uso de tripé ou outras bases de apoio nos locais onde a altura dos painéis em relação a base são demasiadas curtas e não comportam tripé.

Para o tripé sempre se procurou usar o menor número de extensões, para evitar que vibre com o vento ou com o disparo da câmera. O disparo foi feito com temporizador ou controle, para evitar que ao carregar no disparador a câmara trema.

Todas as fotos primaram pela ortogonalidade – para os casos em que não foi possível houve a correção posterior em laboratório digital. A distância focal perseguida foi a de 55mm, para, com isso, evitar distorções. Nos casos que não foi possível se fez necessário a correção – por esta razão o uso das escalas métricas foi fundamental.

A escala tem várias funções, contudo, a principal é dar a noção de tamanho do alvo fotografado. Porém, cumpre destacar que esta serve, também, para ajustar as distorções métricas, e no caso das escalas cromáticas, como a modelo IFRAO, serve para a regulação do sistema de cores aditivas RGB – formado pelas cores Vermelho, Verde e Azul – e, assim, obter melhor aproximação cromática em caso de ajustes de saturação ou desequilíbrio no WB. O formato do arquivo digital usado foi o JPG e o RAW, sendo o formato RAW indicado para o tratamento digital por manter as configurações e qualidade das imagens.

A sequência da tomada de fotos respeitou uma rotina baseada na escala e área abrangida. Inicialmente, fotos mais amplas e em escala menor foram obtidas, a fim de capturar vistas gerais do painel. Feitas as fotos ‘gerais’, partiu-se para o detalhamento dos painéis, com fotografias aproximadas e em escalas maiores.

Diante dos painéis as fotos priorizam uma visão total, contudo, nos casos em que não foi possível obter tal vista, várias fotos foram feitas, sobrepostas a 30%, partindo do extremo superior esquerdo ao extremo inferior direito em linhas horizontais, sempre com escala. Para o caso das fotos gerais do painel, escalas de dimensões maiores, entre 50 centímetros a 1 metro, foram utilizadas.

Em abrigos compostos por vários painéis, o mesmo procedimento foi adotado individualmente, para

cada painel sendo que as junções e agrupamentos foram realizados em laboratório, mediante a manipulação dos dados digitais. Ao mesmo tempo em que foi produzida a documentação fotográfica geral dos painéis, procedeu-se, também, à documentação dos principais motivos em separado, individualizando cada um deles.

O controle da tomada das fotografias foi realizado a partir da adoção de um plano cartesiano de coordenadas locais específicas, registradas sobre um croqui onde foram registradas as coordenadas alfanuméricas, onde, ‘X’ é letra, e ‘Y’ é número. A coordenada da imagem foi indexada ao número de armazenamento da fotografia na memória da câmera fotográfica, em vias de não perder as referências e facilitar o trabalho em gabinete.

Por fim, cumpre destacar que, para fins de georreferenciamento dos abrigos, foram utilizados receptores de sinal GPS (código C/A) da marca Garmin, modelo eTrex 30, configurados com o datum WGS 84, e sistema de coordenadas UTM. Cabe reiterar que, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015a), “[...] não existem parâmetros de transformação entre SIRGAS2000 e WGS 84 porque eles são praticamente iguais, ou seja, $DX = 0$, $DY = 0$ e $DZ = 0$ [...]”, portanto, mesmo tendo obtido as coordenadas UTM em campo a partir do datum WGS 84, todos os produtos cartográficos gerados estão georreferenciados sob o datum SIRGAS2000, respeitando a resolução nº 1/2005 do IBGE.

Ainda em campo são tomadas as dimensões do suporte, na sua maioria abrigos, para o desenho e montagem das pranchas e croquis com os perfis. É tida em consideração a orientação, disposição dos painéis.

Tendo toda a documentação em mãos é iniciado o trabalho de laboratório que resulta em uma descrição completa, com todas as informações que permitam informar de maneira técnica a localização do abrigo e seu acesso, colocando em foco o estado de conservação, a paisagem e as características do abrigo e dos painéis.

Para descrever as características dos painéis cada fotografia é trabalhada digitalmente. As distorções das fotografias são corrigidas com auxílio do programa Asrix®, sendo que a exposição cromática é calibrada via RGB e Balanço de brancos. Assim se pode montar um 2D do painel com as fotos sobrepostas e enquadradas.

Tendo as fotos corrigidas e calibradas sobre um plano geral inicia-se os decalques com uso de programas de tratamento de imagens, neste caso o Adobe Photoshop®. O objetivo é identificar todas as figuras que estão em cada painel. Em muitos casos há figuras muito apagadas e/ou invisíveis a olho desarmando, portanto, nestes casos, submete-se as fotografias referentes a elas aos métodos de saturação – plugin Dstretch®, programa ImagJ® – sendo posteriormente removidos os ruídos, restando a imagem do motivo isolada.

Cada etapa é separada por layers dentro do programa para, ao final, serem sobrepostas em camadas onde, as inferiores correspondem à base do suporte que será sobreposta pelas figuras, distintas por critérios como antiguidade da execução – sobreposições –, cor e tipologia. Dessa forma, se tem, ao final, diferentes “camadas” em que se podem ver as diferentes fases de execução das pinturas no painel.

A partir da organização das layers é possível ainda isolar os tipos e assim enquadrar a arte rupestre dentro das tipologias conhecidas atualmente no Brasil (Buco, 2012), possibilitando compor quadros próprios para interpretação.

Cada descrição de painel é composta por um quadro de imagens com suas características, colorações e dimensões. Para acrescentar informações mais detalhadas do abrigo, uma prancha em formato A3 é elaborada e, nela, há informações de localização do sítio, croqui do abrigo/suporte, descrições de cada painel, tipo de motivos e característica de cada figura. Esta prancha ainda conta com corte em escala do abrigo e seus respectivos dimensionamentos e, dessa forma, tem-se todas as informações levantadas em campo e tratadas em laboratório concentradas somente em um único local de forma sistemática e projetual, compondo o que consideramos como uma prancha analítica.

3. Resultados

Por meio da aplicação dos procedimentos acima descritos, foram registrados os painéis dos sítios Abrigo Iapó 1, 2 e 3. A descrição dos sítios e o resultado dos levantamentos realizados serão apresentados a seguir.

O acesso ao Abrigo Iapó 1 é feito pela fazenda Itaytyba. Com base localizada na face nordeste de um conjunto de afloramento rochoso, situa-se a

764m da Cachoeira dos Macacos. Implantado em meia encosta superior de uma colina, levemente inclinada em direção à calha do rio Iapó, onde predomina a vegetação arbórea e herbáceas. Próximo ao abrigo, uma área de gramíneas com árvores serve como área de pasto para o gado da fazenda.

Localizado em grande afloramento rochoso o abrigo apresenta dimensões de 9 m de comprimento, 37 m de largura e 2,96 m de altura, com pinturas no teto do abrigo a 2,40 m do solo. Desgastadas pinturas rupestres, de estilo esquemático com motivos zoomórfico, antropomórficos e idiomorfos, havendo partes pintadas que se despegam do teto; há musgos, líquens e umidade que contribuem para deterioração. Representações visíveis, com cor avermelhada e em tons de ocre, estão concentradas em 4 agrupamentos distribuídos no teto.

O abrigo sofre danos por erosão eólica e pluvial assim como bioturbação por animais (casulos insetos, aves e mamíferos) que contribuir para a deterioração. É importante mencionar o potencial para escavação junto ao abrigo, pois, logo abaixo do teto com as pinturas, existe acúmulo de sedimento de terra preta.

Seguindo a metodologia proposta, os dados de compilação das informações de campo, bem como os resultados dos decalques são apresentados de forma projetual na prancha Abrigo Iapó 1 (modelo na figura 3), onde constam as informações relevantes sobre a localização, tipologia do sítio, formação geologia características geomorfológica, vegetação do entorno, localização dos painéis no abrigo, detalhamento das pinturas e seu respectivo decalque, bem como os agentes que comprometem a conservação do sítio e das pinturas.

O sítio Abrigo Iapó 2 está localizado em grande afloramento rochoso à meia encosta superior em referência a seu compartimento topográfico, a 145 m do sítio Abrigo Iapó 1. Se caracteriza como um pequeno abrigo, destacado na paisagem, com abertura para o nordeste, sendo que a área abrigada possui 5,70 m de comprimento, 4,40 m de largura e 3,14 m de altura.

O sítio é formado por painel horizontal (teto) de 1,80 m de comprimento e 1 m de largura, e, vertical (parede), com 1,50 m de comprimento e 0,75 m de largura, possui pinturas que decoram seu interior. Avermelhadas e em tons de ocre, as pinturas contêm motivos variados, de estilo esquemático

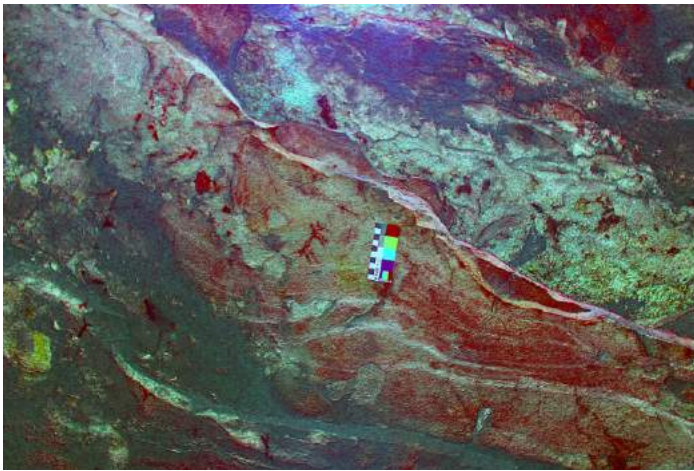


Figura 1: Paineis rupestres, sítio Abrigo Iapó 1- sob D'Stretch.



Figura 2: Levantamento das medidas no sítio rupestre Abrigo Iapó 1.

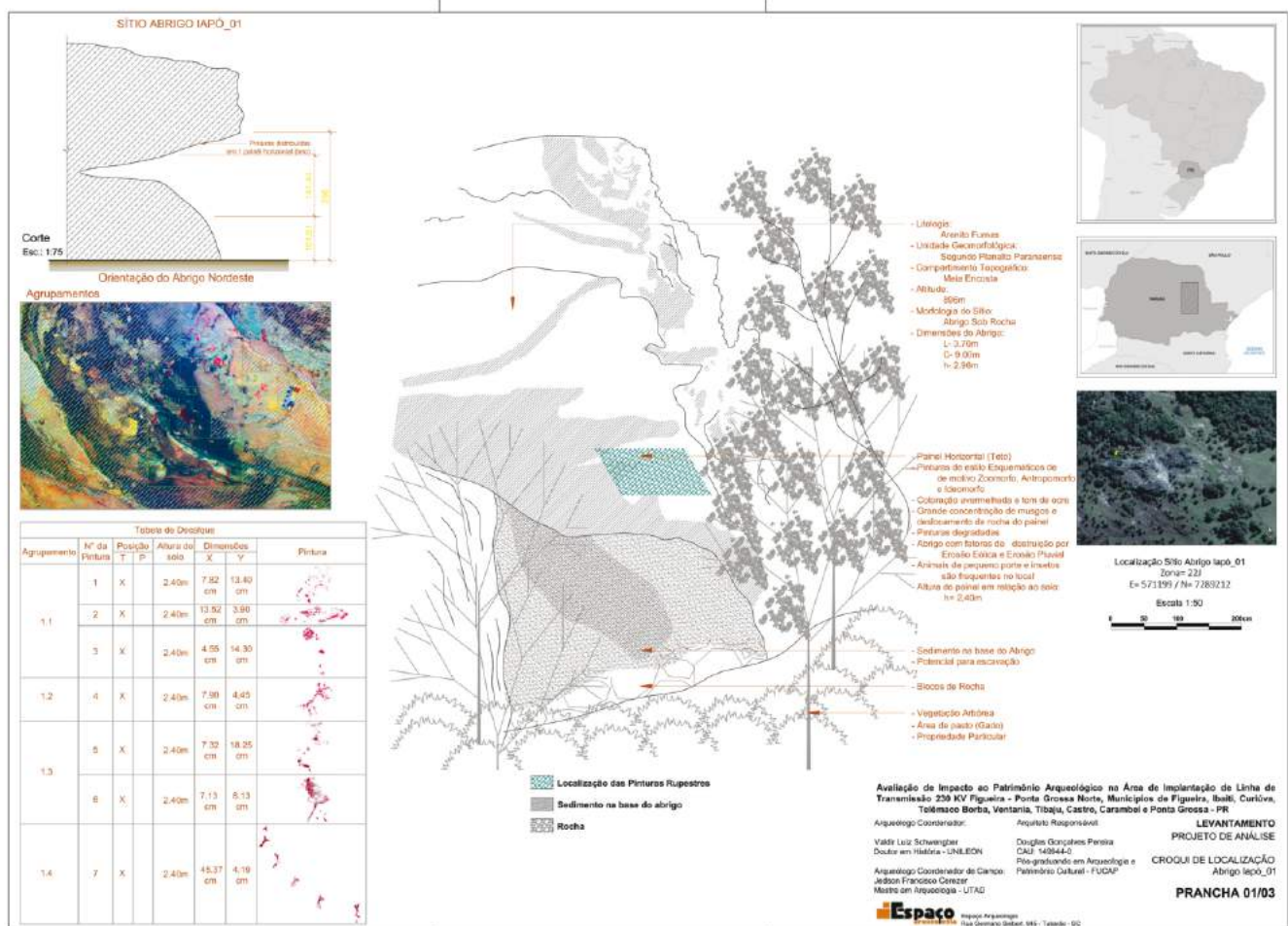


Figura 3: Prancha de levantamento e caracterização do sítio Abrigo Iapó 1.

com motivos zoomórfico, antropomórficos e idiomorfos. O painel horizontal está posicionado a 4,14 m de altura do solo, enquanto que o painel vertical está a 3,35 m do solo.

Em se tratando de fatores de degradação das pinturas, foi possível verificar desgastes causados por animais (inseto, mamíferos e aves), mas prevalecem as alterações ocasionadas por erosão eólica e pluvial, responsáveis por parte do

intemperismo que atua sobre as rochas que dão suporte às pinturas.

Por último, o sítio arqueológico Abrigo Iapó 3 se caracteriza por um pequeno bloco de rocha isolado, localizado a esquerda da rodovia PR-340, partindo de Tibagi em direção à Castro. Com dimensão de 2,30 m de comprimento, 0,35 m de largura e 0,89 m de altura, o pequeno bloco rochoso isolado não se configura como um abrigo, tendo a face do painel

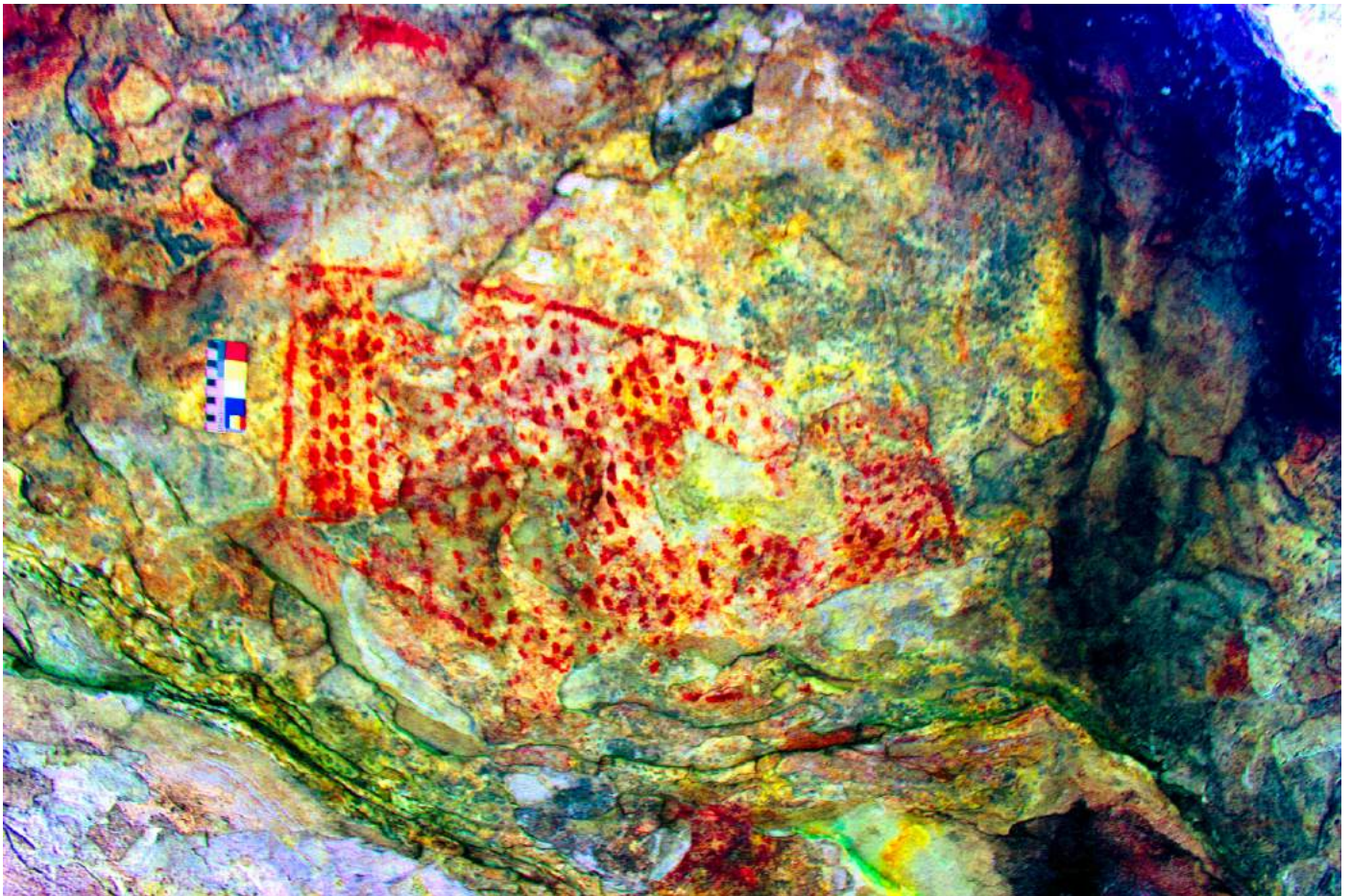


Figura 4: Pannel horizontal (teto), Abrigo Iapó 2, tratado sob D'Stretch.

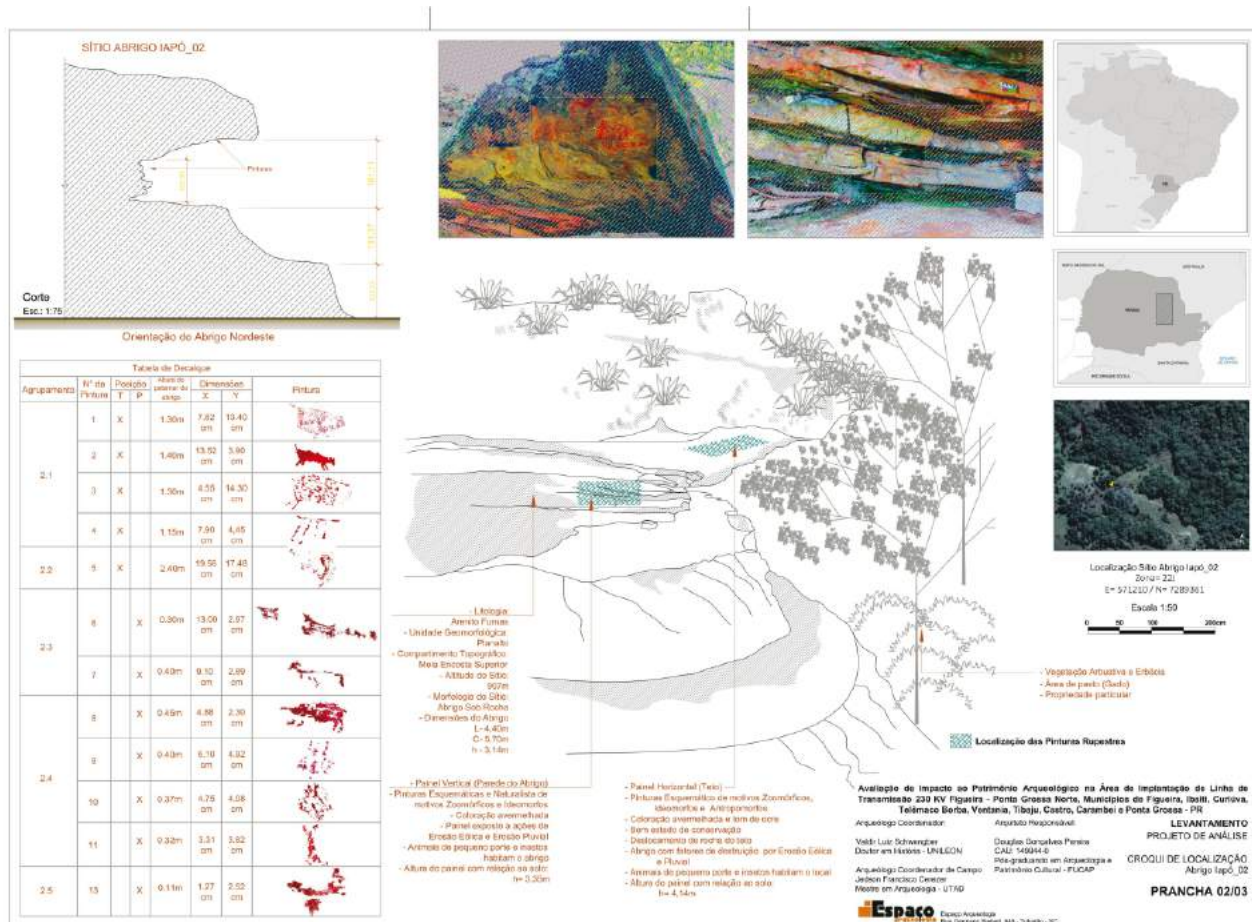


Figura 5: Prancha de levantamento e caracterização do sítio Abrigo Iapó 2.

4. Discussão

Construir um quadro sólido, em base documental, de campo e laboratório, é o principal aporte desta investigação. Como visto, os dados de campo levantados de forma sistemática, permitiram organizar grande quantidade de informações em uma prancha analítica, na qual, uma rápida leitura possibilita compreender os aspectos técnicos e metodológicos do processo de documentação, assim como das características dos sítios rupestres estudados.

Sistematizar os registros dos sítios rupestres é, para a investigação científica, de maior valia que conduzir interpretações com base a fragmentos de painéis ou de figuras isoladas. É nesta linha que esta discussão avança, conduzindo para a importância de trabalhos sistemáticos, como este que, advindo da arqueologia preventiva, demonstrou resultados positivos, tanto no recadastramento dos sítios já conhecidos, como no levantamento dos sítios inéditos.

Os aspectos considerados positivos, aqui apresentados, são: a possibilidade de conduzir análises rápidas com base na prancha analítica produzida para cada sítio. Com recurso a estas pranchas o interessado só recorre aos textos descritivos em caso de necessidades específicas, facilitando em muito a composição de quadros comparativos para análises e interpretações.

A aplicação da metodologia descrita, coloca à disposição dos investigadores um conjunto potencial de dados pertinentes para avançar em diferentes linhas da investigação em arte rupestre, facilitando a agregação de dados para a interpretação e discussão dos sítios rupestres e sua relação com o comportamento humano e o território.

5. Considerações finais

Produzir resultados científicos em arte rupestre é a premissa que esta investigação buscou no curso de suas escolhas metodológicas e abordagens conceituais. Estas têm por base a história da investigação em arte rupestre desenvolvida na Europa e transferida ao Brasil sem os devidos filtros. Cabe aqui considerar as polémicas geradas quando do “descobrimento” da arte móvel em grutas europeias, sobretudo da Cantábria, e a posterior relação com a arte rupestre, que, no curso de sua história permitiu comprovar a antiguidade

das manifestações humanas nos contextos parietais. A preocupação em relacionar a arte rupestre com as ocupações antigas foi vencida e possibilitou o surgimento de correntes teóricas e linhas de interpretação, ao passo que os métodos de registro também sofreram avanços em suas variações.

Considerar a história da arte rupestre, nas suas linhas de interpretação e, dos métodos de documentação e registro, coloca este artigo e esta investigação dentro de um cenário ainda em construção na arqueologia brasileira, onde o domínio de atributos ligados a “Tradição e Fases”, identificados com base a “estilos e aspectos pictóricos”, servem para resumir o vasto leque em que a arte rupestre está inserida. Portanto, esta iniciativa em lançar uma metodologia capaz de padronizar a apresentação dos resultados, baseada em um método rigoroso de registro e documentação, lançando também o desafio de, ao usar os dados sistematizados poder avançar para novas abordagens capazes de contextualizar a arte rupestre com o comportamento humano, nos seus aspectos territoriais, simbólicos e tecnológicos.

Bibliografia

- Buco, C. A. (2012). *Arqueologia do Movimento: Relações entre Arte Rupestre, Arqueologia e Meio Ambiente, da Pré-história aos dias atuais, no Vale da Serra Branca. Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil*. [Tese de Doutorado apresentada ao programa de Quaternário, Materiais e Culturas, UTAD].
- Coimbra, F. (2010). Portuguese Glossary. In book: *Rock Art Glossary. A multilingual Dictionary*, Chapter: Portuguese Glossary, Publisher: Australian Rock Art Research Association, Editors: International Federation of Rock Art Organisations, Robert G. Bednarik, pp.165-185.
- Collado Giraldo, H. (2007). Arte rupestre en la cuenca del Guadiana: el conjunto de Grabados del Molino Manzanez (Alconchel-Cheles). *Memorias d'Odiana. Estudios Arqueológicos do Alqueva*. 559p. Beja: Empresa de Desenvolvimento e Infra-estrutura do Alqueva, S.A.
- COSTA, A. 1943. *INDIOLOGIA*. 272p. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde.
- Collado Giraldo; H. e GARCIA ARRANZ, J. J. (Coord.). s/d. *Corpus de Arte Rupestre en Extremadura*. Vol. I. [Arte Rupestre en el Parque Natural de Monfrague: El Sector Oriental], 282p. Mérida: Junta de Extremadura.
- Garcês, S. (2017). *Cervídeos: Símbolos e Sociedade nos Primórdios da Agricultura no Vale do Tejo*. [Tese de Doutorado não publicada, UTAD].

- Gaspar, M. D. (2003). *A Arte Rupestre do Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Martins, C. (2015). *Ndalambiri e a Arte Rupestre do Ebo, Kwanza Sul, Angola Tempo, Espaço e Gentes numa Paisagem Cultural*. [Tese de Doutorado apresentada ao programa de Quaternário, Materiais e Culturas, UTAD].
- Parellada, C. I. (2015). *Arte Rupestre do Paraná: novas discussões*. In: *Tecnologia e Ambiente, Criciúma*.
- Pereira, E. (2003). *Arte Rupestre na Amazônia - Pará*. 245p. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; São Paulo: UNESP.
- Prous, A. & Ribeiro, L. (2010) As Pesquisas de Arte Rupestre no Brasil. IN: Guidon, N.; Bucu, C. & Abreu, M. S. de (Eds.), *Global Rock Art – Anais do Congresso de Arte Rupestre IFRAO 2009*. FUMDHAMentos, IX, 2: 395-415. São Raimundo Nonato: Fundação Museu do Homem Americano.
- Schwengber, V. L.; Cerezer, J. F.; Pereira, D. G.; Souza, F. S.; Dombroski, L. F.; Novasco, E. C.; Schwengber, L. M. (2017). *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação da Linha de Transmissão 230 Kv Figueira – Ponta Grossa Norte, Municípios de Figueira, Ibaiti, Curiúva, Telêmaco Borba, Ventania, Tibagi, Castro, Carambeí e Ponta Grossa - PR*. Tubarão: Espaço Arqueologia. Relatório Complementar de Pesquisa.